



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

O Gênero e a Gestão da Água no Semi-Árido da Paraíba: O Caso da Comunidade de Lajedo de Timbauba – Soledade/PB

Rute Vieira

João Pessoa - 2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Dissertação de Mestrado

**O Gênero e a Gestão da Água no Semi-Árido da
Paraíba: O Caso da Comunidade de Lajedo de
Timbauba – Soledade/PB**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba (PPGG/UFPB), como parte dos requisitos para a obtenção do título de mestre em Geografia.

João Pessoa – 2010

V658g Vieira, Rute.

O gênero e a gestão da água no semi-árido da Paraíba:
o caso da comunidade Lajedo de Timbaúba – Soledade-PB /
Rute Vieira.- João Pessoa, 2010.

143f. : il.

Orientador: Pedro Costa Guedes Viana

Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCEN

1. Geografia. 2. Articulação Semi-árido Brasileiro (ASA-
Brasil) – ações. 3. Recursos hídricos. 4. Lajedo de Timbaúba
(Soledade-PB) - atuação – mulheres. 5. Oferta de água -
regularização.

UFPB/BC

CDU: 91(043)

**“Gênero e Gestão da Água no Semi-Árido: O Caso da
Comunidade de Lajedo de Timbaúba - Soledade - PB”**

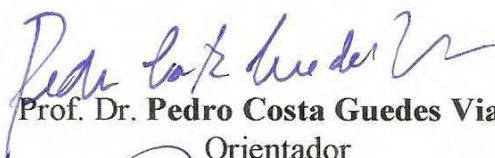
por

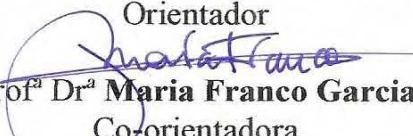
Rute Vieira

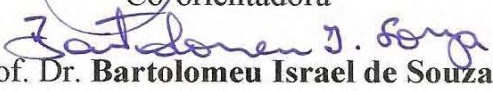
Dissertação apresentada ao Corpo Docente do Programa de
Pós-Graduação em Geografia do CCEN-UFPB, como requisito parcial para
obtenção do título de Mestre em Geografia.

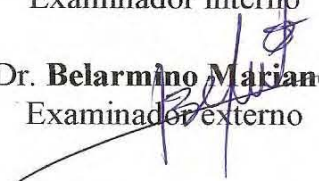
Área de Concentração: Território, Trabalho e Ambiente

Aprovada por:


Prof. Dr. **Pedro Costa Guedes Viana**
Orientador


Prof.ª Dr.ª **Maria Franco Garcia**
Co-orientadora


Prof. Dr. **Bartolomeu Israel de Souza**
Examinador interno


Prof. Dr. **Belarmino Mariano Neto**
Examinador externo

**Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Exatas e da Natureza
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Curso de Mestrado em Geografia**

Novembro/2010

Dedicatórias

Dedico este trabalho

A Amanda, pessoa de minha grande admiração, minha querida e amável companheira, minha fiel e eterna amiga

Ao meus pais, Francisca e Francisco a quem honro pelo esforço com o qual mantiveram oito filhos na escola pública, permitindo-lhes condições de galgar êxito na sociedade letrada.

Aos meus irmãos e irmãs por quem tenho muito amor e carinho, Oseas, Samuel, Mirian, Augusta, Manuel, Onelha, Maria e Raimunda.

AGRADECIMENTOS

Uma dissertação é um trabalho solitário. Todavia, para que essa fosse realizada, muitas mentes me auxiliaram nesse caminhar.

Mesmo correndo o risco de esquecer alguém, quero agradecer, especialmente:

Primeiramente a Deus, razão suprema da minha existência. pela força e coragem de vencer os obstáculos, sempre me abrindo portas para alcançar um futuro melhor; a Ele toda gratidão por tudo que tenho e sou.

Agradeço aos meus pais, pelo imenso amor, pelo carinho que nunca faltou, pela compreensão inigualável, pela confiança que sempre depositaram em mim, uma dívida de Deus, Eles em minha vida.

Um agradecimento especial à Amanda Marques, pelo tempo de dedicação, nos momentos alegres e difíceis da minha vida, sempre dando sua contribuição quando das visitas ao campo, pela colaboração no trabalho, pela gentileza de estar sempre presente. Me apoiou, acolheu e me ensinou que tudo na vida só se constrói a partir de bases sólidas. Amanda, obrigada por fazer parte da minha vida, por ser uma mulher íntegra, uma profissional exemplar e uma amiga sincera.

Agradeço aos meus irmãos extraordinários que desde o início acreditaram em minha capacidade, por tudo que fizeram para que este trabalho fosse realizado.

Sou especialmente grata ao meu professor e Orientador Pedro Vianna, sempre preocupado com a inovação e qualidade desse trabalho, pela paciência, pelos ensinamentos e créditos em mim depositados. Sempre me alertava com uma frase “Pesquisar é um desafio, e você vai vencer este desafio”, Pedro obrigada por iluminar meus passos, por ser um grande incentivador, e por sempre acreditar nos meus ideais. .

À Profa. Dra. Maria Franco, co-orientadora desta dissertação, por sua ajuda e interesse, nos momentos que mais me desesperei ela esteve presente, agradeço pelas contribuições nas orientações, sempre sugerindo leituras importantes para a pesquisa, enfim meu imenso obrigada que apesar de tantos afazeres me encorajou para realização deste trabalho.

Ao Professor Dr. Bartolomeu Israel., agradeço pela paciência, dedicação, sempre atencioso em colaborar para a concretização da pesquisa, pelo interesse de ir a campo com o intuito de contribuir cada vez mais com o trabalho.

Agradeço à professora Dr^a Renata Gonçalves, pela grande contribuição nas referencias, na leitura minuciosa deste trabalho.

Ao Professor Dr. Belarmino Mariano, agradeço por ter aceito o convite de se fazer presente na avaliação.

Agradeço Prof^a Dr^a Fátima Rodrigues, que apesar de tantos afazeres me ajudou com inúmeras referências, emprestando livros, textos e artigos via web, sempre me aconselhando, pessoa na qual sempre acreditou na minha capacidade, recordo-me que desde a graduação nunca cansou de incentivar para o ingresso ao mestrado. Ela que é uma verdadeira chama viva, é uma figura ilustre e admirável, um exemplo de vida, por quem tenho grande admiração, muito obrigado.

Agradeço sempre o carinho, a amizade e o aprendizado adquirido através da professora Vanda Regis, que apesar de esta longe sempre estará presente no coração.

Agradeço a Sônia nossa ilustre secretária, pelo excelente trabalho que tem dedicado com muito entusiasmo, pessoa que tenho muito a agradecer pela paciência que sempre mostrou quando em muitos momentos de dificuldade, procurava nos manter sempre calmos.

A amiga Allana, pelas nossas trocas de informações e nossas visitas a campo.

Aos todos os professores do Programa de Pós-graduação em Geografia, que contribuíram com o meu aprimoramento intelectual, meu sincero agradecimento.

Ao REUNI, pela bolsa concedida

Ao Centro da Mulher 8 de Março, pela dedicação das meninas, sempre preocupadas em contribuir de alguma forma para o andamento da pesquisa, e por abrir o acervo de informações bibliográficas.

Aos moradores da Comunidade Lajedo de Timbauba, que foram os principais atores dessa dissertação. E em especial, Ao seu Afonso, Dona do Ceo, Fafá e Junior, pela acolhida calorosa em sua casa.

Ao Grupo de Mulheres pela preciosa atenção durante o andamento do trabalho, pela colaboração nas informações dadas no âmbito das visitas em campo.

Ao Sr. Inácio Tota e Dona Maria, pelos depoimentos cedidos, pela solidariedade que da família.

As figuras ilustres Anderson e Aline pelos inúmeros momentos alegres, sempre regado as risadas.

A todos os meus amigos, pelos momentos de descontração: Salada, Monaliza, Hellen, Silvio, Alecsandra, Sergio, Saló, Mayra, Junior, enfim a todos aqueles que de forma direta ou indireta contribuíram para a realização deste trabalho.

Agradeço a minha corajosa turma, pelos momentos tristes e alegres. E em especial, Juliano, Silvania, Juliana, Aldo, e Carlos.

RESUMO

Essa pesquisa é parte integrante do grupo de pesquisa, GEPAT (Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Água e Território). Esta dissertação tem como propósito debater acerca de três categoriais trabalhadas na Geografia: território, gênero e água. Essa tríade proposta como objeto da análise, se justifica na medida em que essas categorias dão possibilidade de entender as relações de poder que permeiam as discussões sobre a gestão dos recursos hídricos e que estão territorializadas em diferentes recortes espaciais do semiárido paraibano. Considerando essas discussões mais gerais sobre as relações de gênero e água, buscou-se entender suas relações para elucidar essa pesquisa de mestrado. No caso das mulheres vinculadas à Articulação Semi-árido Brasileiro (ASA-Brasil) observou-se que suas ações representam também a luta de todos os povos. Essa articulação se dá através de uma política de convivência, de conscientização e articulação de projetos sociais. As discussões feitas darão destaque às diversas maneiras de conviver e permanecer no semi-árido, como por exemplo, o acesso à capacitação e ao manejo da água. A importância dos estudos sobre os espaços ocupados pelas mulheres tem sido objeto de transformação histórica e vem tomando importância não só na Geografia, mas em outras ciências como a Sociologia, Ciências Sociais, História, dentre outras. Estudamos as mulheres do Cariri Paraibano, especificamente em Lajedo de Timbaúba, no sentido do espaço relacional. Diante disso, procurou analisar os programas e ações que de alguma forma cumprem a tarefa de regularizar a oferta de água. A metodologia utilizada foi baseada em trabalhos de campo qualitativo, partindo desse pressuposto buscamos também, discutir algumas leituras iniciais de ordem teórico-metodológicas, as quais darão suporte para analisarmos as relações de gênero na gestão da água, no Estado da Paraíba.

Palavras-chave: Semi-árido; Água, Gênero, Território, Grupo de Mulheres, Lajedo de Timbauba

ABSTRACT

This research is part of the research group, GEPAT (Group of Studies and Research on Water and Land). The objective of this dissertation aims to discuss about three categorical worked in Geography: territory, gender and water. This triad proposed as the object of analysis is justified to the extent that these categories provide opportunity to understand the power relations that permeate the discussions on the management of water resources and are in different spacial territorialized of semiarid Paraiba. Given these more general discussions on gender relations and water, we sought to understand their relationships to elucidate this Masters research. In the case of women linked to the Brazilian Semi-Arid Articulation (ASA-Brazil) noted that his actions also represent the struggle of all peoples. This coordination is done through a policy of coexistence, of awareness and articulation of social projects. The discussions will highlight the various ways to live and stay in semi-arid regions, such as access to training and water management. The importance of studies on the spaces occupied by women has been subject to historical transformation and has been gaining importance not only in geography but in other sciences such as sociology, social sciences, history, among others. We studied women Cariri Paraiba, specifically in the Lajedo Timbaúba in the sense of relational space. Given this, we tried to analyze the programs and actions that somehow fulfill the task of regulating the supply of water. The methodology was based on qualitative fieldwork, under this assumption we seek also discuss some initial readings of theoretical and methodological order, which will provide support for analyzing gender relations in water management in the state of Paraiba.

Key words: Semi-arid; Water, Gender, Territory, Women's Group, Lajedo of Timbauba

LISTA DE SIGLAS

ASA	Articulação do Semi-árido
AS-PTA	Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Familiar
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
CNBB	Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMEPA	Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba
EUA	Estados Unidos da América
FAMUP	Federação de Municípios Paraibanos
FIBGE	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
FPM	Fundo de Participação do Município
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEME	Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual da Paraíba
INCRA	Instituto de Colonização e Reforma Agrária
IFOCS	Instituto Federal de Obras Contra as Secas
IOCS	Inspetoria de Obras Contra as Secas
MMA	Ministério do Meio Ambiente
ONGs	Organizações Não Governamentais
PATAC	Programa de Aplicações de Tecnologias Apropriadas às Comunidades
PROPAC	Programa de Promoção e Ação Comunitária
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RTS	Rede de Tecnologias Sociais

SAES	Aproveitamento do escoamento superficial
STD	Sólidos Totais Dissolvidos
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
UFPB	Universidade Federal da Paraíba

ÍNDICE DE FIGURAS

01	Localização das Regiões do Brasil.....	21
02	Áreas Susceptíveis à Desertificação.....	25
03	Delimitação do Semi-árido brasileiro	26
04	Região Semi-árida	39
05	Ações da ASA	42
06	Vegetação caatinga.....	51
07	Vegetação caatinga.....	52
08	Igreja Matriz Matriz.....	55
09	Via de acesso	56
10	Praça do município de Soledade.....	56
11	Lajedos.....	91
12- 13	Lajedos.....	92
14-15	Família de Sr. Inácio Tota.....	94
16	Família de Maria José.....	94
17	Família de Dona Socorro	95
18	Família de Dona Jane	95
19	Família de Dona Salete.....	96
20	Família de Dona do Ceo.....	96
21	Integrante do Grupo de Mulheres.....	97
22	O grupo de Mulher	99
23	Banco de sementes.....	100
24	Croqui da Comunidade	102
25	Cisterna de placa.....	103
26	A casa de Dona Salete.....	104
27	A casa de Dona Maria José.....	105
28	A casa de Dona Maria.....	105
29	Parte interna da casa de Dona Salete.....	106
30	Parte interna da casa de Dona Socorro.....	107

31	Parte interna da casa de Dona Salete.....	107
32	O biodigestor da comunidade.....	114
33-34	Programas de apoio na.....	104
35	O roçado de Dona Socorro.....	117
36	Quintal de Dona Socorro.....	117
37	Dona Socorro na sua cozinha.....	118
38	Dona Salete em seu quintal.....	119
39	Dona Salete em sua cozinha.....	119
40	Dona Maria José em seu quintal.....	120
41	Grupo de Mulheres.....	121
42	Grupo de Mulher	122
43 -44	Integrantes do Grupo de Mulheres.....	123
45	Sede do Grupo de mulheres.....	125
46	A Fábrica.....	126
47	Parte interna da Fabrica.....	126
48	As polpas de frutas	129
49	Integrantes do Grupo de mulheres.....	130
50 -51	Produtos confeccionados na fábrica	131

ÍNDICE DE MAPAS

01	Mapa 01 – Mapa do município de Soledade.....	47
----	--	----

ÍNDICE DE FLUXOGRAMAS

01	Fluxograma: Estrutura Discursiva sobre a região semi-árida.....	34
----	---	----

ÍNDICE DE GRÁFICO

Gráfico 01	Saldo Migratório por sexo.....	32
------------	--------------------------------	----

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1	População Brasileira por domicílio	29
Tabela 2	O Semi-árido.....	30
Tabela 3	População do município de Soledade.....	31
Tabela 4	Distribuição da População do Município por Sexo.....	45
Tabela 5	Distribuição da População do Município de Soledade.....	45
Tabela 6	Municípios que fazem parte da Bacia do Taperoá.....	46
Tabela 7	Estrutura fundiária do município de Soledade – PB.....	48
Tabela 8	Grupo Feminista Na Paraíba.....	50
Tabela 9	Grupo De Mulheres Populares Atuantes Na Paraíba.....	76
Tabela 10	Instrumentos De Trabalho.....	77

LISTA DE QUADROS

01	Divisão Regional do Brasil em 1938.....	21
02	Quantidade de água estocada em Lajedo de Timbaúba.....	115

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
CAPÍTULO 1 – O SEMI-ÁRIDO NORDESTINO: CARACTERIZAÇÃO E REFLEXÕES SOBRE O TERRITÓRIO.....	19
1.1 – Caracterização do Semi-Árido Nordeste.....	20
1.2 - Quadro físico ambiental do Semi-Árido Nordeste.....	35
1.3 - Contextualização Geográfica e Histórica de Soledade.....	44
CAPÍTULO 2 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA DAS CATEGORIAS GÊNERO E TERRITÓRIO.....	58
2.1 – Categoria Território: debates e possibilidades de análise.....	58
2.2 – Definições da Categoria Gênero.....	62
2.2.1 – Gênero e Geografia.....	67
2.3 – O surgimento dos Movimentos Sociais	69
2.3.1 - Movimento de mulheres na Paraíba.....	71
2.4 – A atuação da mulher nas regiões semi-árida	80
CAPÍTULO 3 – DA “LATA D’ÁGUA NA CABEÇA” A CONVIVÊNCIA COM A SECA: PROBLEMÁTICA HISTÓRICA DA COMUNIDADE LAJEDO DE TIMBAÚBA, SOLEDADE – PB.....	83
3.1 – Caminho Metodológico.....	83
3.2 – História da comunidade de Lajedo de Timbaúba.....	89
3.3 – Cotidiano e Experiências na Comunidade Lajedo de Timbauba	89
3.4 – O estilo de vida da mulher no campo.....	115
3.5 - O grupo de mulheres	121
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	132
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	135

INTRODUÇÃO

A água tem importância vital para a sobrevivência do ser humano, demais espécies de animais, manutenção de biodiversidade e produção de alimentos. Durante a maior parte da história ela foi considerada um recurso infinito. Porém essa cultura de abundância começa ser revertida, uma vez que a água doce representa uma parcela reduzida de toda a água existente no Mundo. A água doce é um recurso natural escasso que precisa ser protegido e preservado.

Para as mulheres do campo, a água ainda significa trabalho, pois dentro da rotina feminina, elas se utilizam desse bem em muitas tarefas, como para a preparação de refeições, a lavagem de vasilhas e roupas, banho das crianças, a limpeza da casa, entre outras atividades.

Considerando esses pressupostos iniciais, objetivamos nesta dissertação, estudar a questão de gênero frente aos recursos hídricos, enfatizando os conflitos pelo uso e posse da água no Semi-árido paraibano. Tomamos como objeto empírico de reflexão, a comunidade de Lajedo de Timbaúba, localizada no município de Soledade – PB.

Partimos do propósito de pesquisar a atuação da mulher nos movimentos sociais ao longo do tempo, bem como buscar caminhos através de experiências de trabalhos de campo no sentido de observar o processo de gestão da água no semi-árido e identificar as relações de gênero a partir das discussões e documentos oficiais sobre gestão dos recursos hídricos.

Nesse ensejo, consideramos que somente uma investigação dirigida especificamente a essa problemática, possibilitará a ampliação dos conhecimentos geográficos perante a questão da água na região do Semi-árido paraibano.

Do ponto de vista metodológico, seguimos alguns caminhos, onde nos utilizamos do trabalho de campo como peça fundamental para a reflexão das relações de gênero estabelecida na comunidade estudada. Dentre os caminhos metodológicos utilizados, destacamos:

- Pesquisa bibliográfica;
- Consulta de banco de dados;
- Trabalho de campo;
- Coleta de dados em órgão públicos;
- Entrevistas;

- Documentação fotográfica;
- Recursos áudio visuais;
- Elaboração de croquis, mapas, tabelas e gráficos.

Este trabalho teve início durante os anos de 2009 e 2010. Nesse contexto, buscamos descrever a partir de nossas idas ao campo, as histórias das mulheres, como também relatar um pouco sobre a comunidade, com vistas a reconstituir a memória do grupo, bem como, destacamos um grupo de mulheres existente, onde destacamos as atividades desenvolvidas por elas.

No que diz respeito a Lajedo de Timbaúba, minha presença na comunidade se deu em quatro momentos bastante proveitosos e gratificantes. No campo, passei a observar, fiz anotações nos cadernos, ao mesmo tempo registrava a paisagem com o auxílio de máquinas fotográficas. Cabe destacar que objetivamos utilizar a fotografia não apenas como ilustração, mas como documento e expressão da memória.

Entrevistamos as mulheres da comunidade e observamos que majoritariamente são donas de casa. O número de famílias totaliza em 32, sendo que o nosso dado amostral abarcou 50% desse total, ou seja, 16 entrevistadas.

A comunidade de Lajedo de Timbaúba localiza-se no semi-árido paraibano, situado no município de Soledade distando 15 km da área urbana. A viagem de carro dura aproximadamente quinze minutos. O veículo de transporte mais utilizado pela população é a moto. Os moradores quando precisam se deslocar para sede do Município, geralmente pegam carona com o ônibus dos estudantes principalmente em dia de feira que sempre acontece na segunda-feira.

Ao longo do processo de escrita, alguns conceitos e temas permearam a discussão sobre a nossa proposta de trabalho, entre as quais destacamos semi-árido, território, espaço, gênero e água. Sendo assim, do ponto de vista didático, organizamos a pesquisa em três capítulos que expressam as discussões que permeiam a complementam a reflexão acerca do tema.

No primeiro capítulo, enfocamos a caracterização da região semi-árida. Apresentamos as características desta porção territorial, localizada no Nordeste do Brasil, onde estabelecemos um diálogo com Andrade (1998) e Guimarães (1939) quando analisam as formas de regionalização instituídas ao longo do processo histórico, Furtado (1998) e Ribeiro (1999), quando discutem os imaginários e mitos

da região semi-árida. Sousa (1999) e Vianna (2009) nos deram luz para compreendermos alguns termos como o de seca e “convivência com o semi-árido” que é utilizado pelos movimentos sociais e organizações não-governamentais que atuam na região. Além desses, Silva (2006) e Ab’Saber (2003), foram utilizados como aporte para caracterizar do ponto de vista ambiental essa região.

No segundo capítulo, intitulado: Fundamentação Teórica Metodológica das categorias Gênero e Território; buscamos compreender o significado do território como categoria de análise da Geografia, bem como a partir da discussão de Gênero como referencial que vai nortear nosso trabalho.

Partindo desse pressuposto, alguns autores da ciência geográfica, foram fundamentais para a realização de tal discussão, como Haesbaert (2002) e (2004), Ratzel (1990), Souza (2003), Suertegaray (2001) e Raffestin (1993) ao analisarem o território como elemento de compreensão das relações de poder. Utilizamos também, alguns autores que tratam sobre as relações de gênero, tais como: Gonçalves (2005), Scott (1995), Magalhães e Oliveira (2006), Tedeschi (2008), Rabay (2000), Esmeralda (2008), dentre outros. Na sequência, utilizamos autores da geografia que tratam do tema de gênero, sendo eles, Garcia (2004), Torres (2007) e Dantas(2007), além dos citados anteriormente.

No terceiro e último capítulo, intitulado: “Da “lata d’água na cabeça”: a convivência com a seca: problemática histórica da comunidade de Lajedo de Timbaúba, Soledade – PB”, apresentamos e analisamos as experiências que tivemos no campo. Partimos de uma discussão inicial sobre a importância do trabalho de campo como metodologia importante na construção do conhecimento geográfico, onde nos utilizamos como referência de autores como Serpa (2006), Rodrigues (2005) e Santos (1996).

Ao longo dos capítulos, pudemos observar que as categorias gênero, água e território se articulam e se justificam na medida em que essas categorias dão possibilidade de entender as relações de poder que permeiam as discussões sobre a gestão dos recursos hídricos e que estão territorializadas em diferentes recortes espaciais do semi árido paraibano.

CAPÍTULO 1 – O SEMI-ÁRIDO NORDESTINO: CARACTERIZAÇÃO E REFLEXÕES SOBRE O TERRITÓRIO

Este capítulo está dividido em duas partes, no primeiro ponto daremos um enfoque à região semi-árida, onde apresentamos as características desta porção territorial, localizada no Nordeste do Brasil. Desse modo, estabelecemos um diálogo com Andrade (1998) e Guimarães (1939) quando analisam as formas de regionalização instituídas ao longo do processo histórico

Fundamentamos-nos também em autores como Furtado (1998) e Ribeiro (1999), quando discutem os imaginários e mitos da região semi-árida, que muitas vezes é referenciada como sinônimo de atraso, e que inclusive, esse discurso se faz presente na fala dos políticos locais e do próprio Estado ao justificarem determinadas práticas e ações na região.

Souza (1999) e Vianna (2009) nos deram luz para compreendermos alguns termos como o de seca e “convivência com o semi-árido” que é utilizado pelos movimentos sociais e organizações não-governamentais que atuam na região. Além desses, Silva (2006) e Ab’Saber (2003), foram utilizados como aporte para caracterizar do ponto de vista ambiental essa região.

A segunda parte do texto trará como objeto de caracterização, o município de Soledade, Paraíba, onde se localiza a comunidade Lajedo de Timbaúba, objeto de nossa análise. Para tanto, autores como Joffily (1984), Juca (1984) e Pinto (1977) foram cruciais para compreendermos o processo de formação territorial do município, bem como, Lopes (2009) ao analisar a comunidade de Lajedo de Timbaúba, a partir de um olhar sobre as tecnologias sociais.

Na comunidade Lajedo de Timbaúba, na qual se registra características de clima semi-árido ou a comum estiagem que o caracteriza (carência/excesso de águas, baixa evapo-transpiração, tipos de solos, etc.), são os objetos em questão. A superação dos problemas implicados nesses fatores naturais da região referida (de perdas ou de baixa produtividade na agricultura), que implica o desenvolvimento, é afirmada como algo possível, apesar de tais condições climatológicas, desde que se adote uma tecnologia adequada voltada para a comunidade. Lajedo de Timbaúba é uma comunidade onde se registra a introdução dos primeiros projetos de convivência com o semi-árido.

Referindo-se à problemática regional e às soluções a ela adequadas Duque (2002) aponta como uma "*verdadeira arte*" ao que chama de "*convivência com o semi-árido*":

que se verifica nas estratégias de produção e sobrevivência dos produtores frente às características dessa região: frente à irregularidade do regime pluviométrico; aos solos pouco profundos e com baixa capacidade de retenção de água, e à elevada taxa de evapo-transpiração que se encontra nessa região. [...] estratégias marcadas pelo uso prudente dos recursos: gestão econômica e racional dos recursos naturais, baseada na diversificação das atividades policulturas, criação animal e, eventualmente, extrativismo vegetal- e aproveitamento minucioso de cada parcela da propriedade. (DUQUE, 2002, p. 9).

.Essas experiências que envolvem as novas tecnologias sociais de sustentabilidade, nos fez perceber uma mudança nas práticas de produtividades, sobretudo no que diz respeito à reprodução do espaço, gerando uma maior permanência na terra. Nesse aspecto a falta d'água na comunidade deixou de ser vista como um problema, onde as mulheres foram umas das mais beneficiadas na comunidade, diminuindo em parte o seu trabalho árduo que era de carregar a água de caminhos tão distantes.

1.1 – Caracterização do Semi-Árido Nordeste

De acordo com Andrade (1998), a região Nordeste pode ser considerada com uma das mais pobres do país. Essa afirmativa se dá pelo fato de que parte dela se encontra localizada numa porção climática de grandes estações secas, assim como pela estrutura agrária da região, que é caracterizada historicamente pela concentração de terras, expropriação de camponeses e sistema monocultor, sobretudo a monocultura canavieira.

A própria delimitação da região Nordeste foi alvo de diferentes formas de regionalização. Guimarães (1939), por exemplo, faz um resgate histórico das diferentes propostas de regionalização do país, destacando autores como Carl Martius que propôs uma divisão regional em 1843, seguida de André Rebouças em 1889, Eliseé Reclus em 1893, Delgado de Carvalho em 1913, dentre outros autores que buscaram esse exercício a partir de diferentes critérios de classificação como os naturais e geográficos.

Para Andrade (1998) e Guimarães (1939), só a partir de 1938 que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, através da resolução nº75 de 18 de julho de 1938, regula no país uma forma de regionalização para fins estatísticos. Nessa regionalização, o Brasil passa a ter cinco grandes regiões, onde o Nordeste vai congrega cinco Estados, sendo eles o Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas, como podemos observar na figura e quadro a seguir:

DIVISÃO REGIONAL DO BRASIL EM 1938	
Região	Estados
Norte	Acre, Amazonas, Pará, Maranhão e Piauí
Nordeste	Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas
Este	Sergipe, Bahia e Espírito Santo
Sul	Rio de Janeiro, Distrito Federal, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul
Centro	Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais



QUADRO 1 - Divisão Regional do Brasil em 1938. **FIGURA1** - Localização das Regiões do Brasil em 1938. **Fonte:** GUIMARÃES (1939). Adaptado por Rute Vieira, outubro de 2010.

De acordo com a literatura pesquisada, essa classificação do Nordeste não foi aceita por órgãos governamentais, como a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, que classifica a região a partir dos Estados do Maranhão até o norte de Minas.

A partir de 1968, o IBGE classifica mais uma vez o Brasil, a regionaliza o Nordeste em nove Estados perfazendo uma área de mais de 1.542.000 Km², sendo a mesma classificação utilizada até os dias atuais. Representando 18,3% do território nacional, é a região com maior número de Estados são eles Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia.

Conforme Andrade (1998), a região Nordeste pode ser dividida em três porções, sendo elas, a Zona da Mata, Sertão e Agreste:

A Zona da Mata localiza-se próximo ao litoral, apresentando clima quente e com maior umidade, com suas estações do ano bem definidas, sendo uma chuvosa e outra seca. Diante disso, suas potencialidades foram sendo exploradas para o cultivo da monocultura, principalmente a cana-de-açúcar, cacau e o fumo.

O local tem encontrado na literatura um campo de produção da realidade muito expressivo. Realidades controversas do local estabelecem-se pela criação literária. Percebe-se que na literatura brasileira o lugar em referência na *Convivência com o Semi-Árido* tem até nomes distintos. Suas significações variam acompanhando a mudança de nomes.

Euclides da Cunha, por exemplo, o chamou de Sertão, concebido como o lugar onde tudo faltava: a hospitalidade, os habitantes, a civilização, e a proximidade com o outro Brasil. Neste contexto o homem sertanejo sobressai-se como um forte, cuja força se faz frente à falta de tudo: de água, de comida, de população, e de meios para obter essas coisas. (CUNHA, 1979). O Sertão nessa concepção "*era um parêntese; era um hiato, era um vácuo. Não existia.*" (ZILLY, 2000, pp. 107- 121).

'O sertão aceita todos os nomes'. Este é o pensamento que se encontra na obra de Guimarães Rosa. Ali chama-se de sertão a uma vasta área indefinida que, em termos geográficos, encontra-se no núcleo central do país, tendo sua continuidade dada mais pela forma econômica predominante, do que pelas características físicas. Caatinga seca, junta-se à barranco de rio, e forma o sertão, que não é uniforme mas bastante diversificado. "*É a presença do gado que unifica o sertão*". (GALVÃO, 1972, p. 26). Em suas impressões do local as peculiaridades que o definem são de uma ordem de poder: *Sertão é onde manda quem é forte, com as astúcias. Deus mesmo quando vier, que venha armado! O sertão é uma espera enorme.* (ROSA, 1970, pp. 17-18 e p. 436).

O Sertão, é fixado pela variedade de elementos da paisagem natural e da vida social que se explicitam na pluralidade de imagens do lugar apresentadas nessa literatura, na região geográfica do clima semi-árido. O local construído se define por um lado pela distância que se percebe entre ele e as demais partes do Brasil, pelo ser íngreme , pelo ser deserto, pelo ser lento, atrasado, inviável, impossível; noutro lado o que o define também é a pesada tradição do coronelismo, da jagunçagem, do messianismo, da dominação e da submissão, do favoritismo e do clientelismo, da concentração de riqueza em mãos de poucos, e da pobreza da maioria da população. O latifúndio, a monocultura, a criação extensiva do gado, a irregularidade das chuvas e os longos períodos de estiagem, são os aspectos que dão unidade geográfica ao lugar referido.

Por tal visibilidade esse lugar chamado Sertão se tornou objeto de preocupações e de políticas públicas diferenciadas ao longo de sua ocupação, ganhando enfoques diversos entre as distintas esferas de poder.

O Agreste é uma zona de transição entre a mata e o sertão, possuindo clima semi-árido ocidental e clima tropical na sua porção oriental. Como atividade econômica, predomina a policultura aliada a pecuária leiteira semi-intensiva.

Além da classificação expressa por Andrade (1998), órgãos como a SUDENE organizou uma nova forma de regionalização denominada semi-árido brasileiro que abrange grande parte do território nordestino (86,48%), a região setentrional do Estado de Minas Gerais (11,01%), como também o norte do Espírito Santo (2,51%).

Desse modo, esse território ocupa uma área de 974.752 Km², e foi regionalizada por apresentar características marcantes a irregularidades de chuva, podendo ser agravada pelo fato da evaporação ser superior à precipitação, favorecendo a ocorrência de secas prolongadas.

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente – MMA, no final da década de 1980, a área delimitada como semi-árida foi oficialmente criada pela SUDENE, a partir da Lei 7.827, de 27 de setembro de 1989. O critério principal para a sua delimitação foi o da precipitação pluviométrica, tendo como parâmetro, as localidades que apresentam precipitação média inferior a 800 milímetros.

No ano de 2004, conforme Brasil (2007) foi criado pelo Ministério da Integração Nacional - MIN e pelo Ministério do Meio Ambiente MMA um grupo de trabalho interministerial – GTI, com a finalidade específica de apresentar estudos e propostas de critérios para redefinir a região semi-árida brasileira visando à orientação de políticas públicas de apoio ao desenvolvimento da região (em particular, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE).

Este grupo coordenado pelo MIN, teve o apoio e a participação de técnicos do MMA, da Agência de Desenvolvimento do Nordeste - Adene, da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf, do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS, da Agência Nacional de Águas - ANA, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama, além de outros técnicos convidados das instituições como o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, Instituto Nacional de Meteorologia - Inmet, Instituto Nacional do Semi-Árido Insa, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa, Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos

- Funceme, Banco do Nordeste - BNB e Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais – Idene. (BRASIL, 2007).

Diferentemente da primeira regionalização do semi-árido, proposta pela SUDENE, que teve como único parâmetro o critério da precipitação pluviométrica inferior a 800 milímetros, o referido GTI tomou como base mais dois critérios que foram o índice de aridez de até 0,5 obtido a partir do cálculo do balanço hídrico, que relaciona a precipitação e a evapotranspiração potencial compreendido durante os períodos de 1961 e 1990; bem como o risco de seca maior que 60%, onde foram tomados como base os períodos de 1970 e 1990.

A delimitação de um espaço regional se faz em termos geográficos com base na existência de características de uma determinada área que *“possibilitem tratá-la como um sub-espaço relativamente homogêneo”*. Toma-se como características que dão unidade analítica ao que se denomina semi-árido brasileiro aquilo que é relativo à condição climatológica que se verifica em uma parte grande da área que compreende a região Nordeste e em uma parcela do norte do estado de Minas Gerais, na região Sudoeste. Segundo Graziano da Silva (1989), o grau de deficiência ou irregularidade pluviométrica que se encontra nessa área torna-se a característica dessa região.

A partir das análises desses dados, o grupo realizou a delimitação das áreas susceptíveis à desertificação. Estas informações foram coletadas e aplicadas em todos os municípios que estão inseridos dentro da área de semi aridez. A figura 2 a seguir, destaca as áreas que foram afetadas pelo processo de desertificação, já a figura 3, demonstra a nova regionalização do semi-árido. Essa regionalização atual compreende não só Estado do Nordeste, mas também, uma pequena porção da região sudeste, mais precisamente a faixa norte do Estado de Minas Gerais.

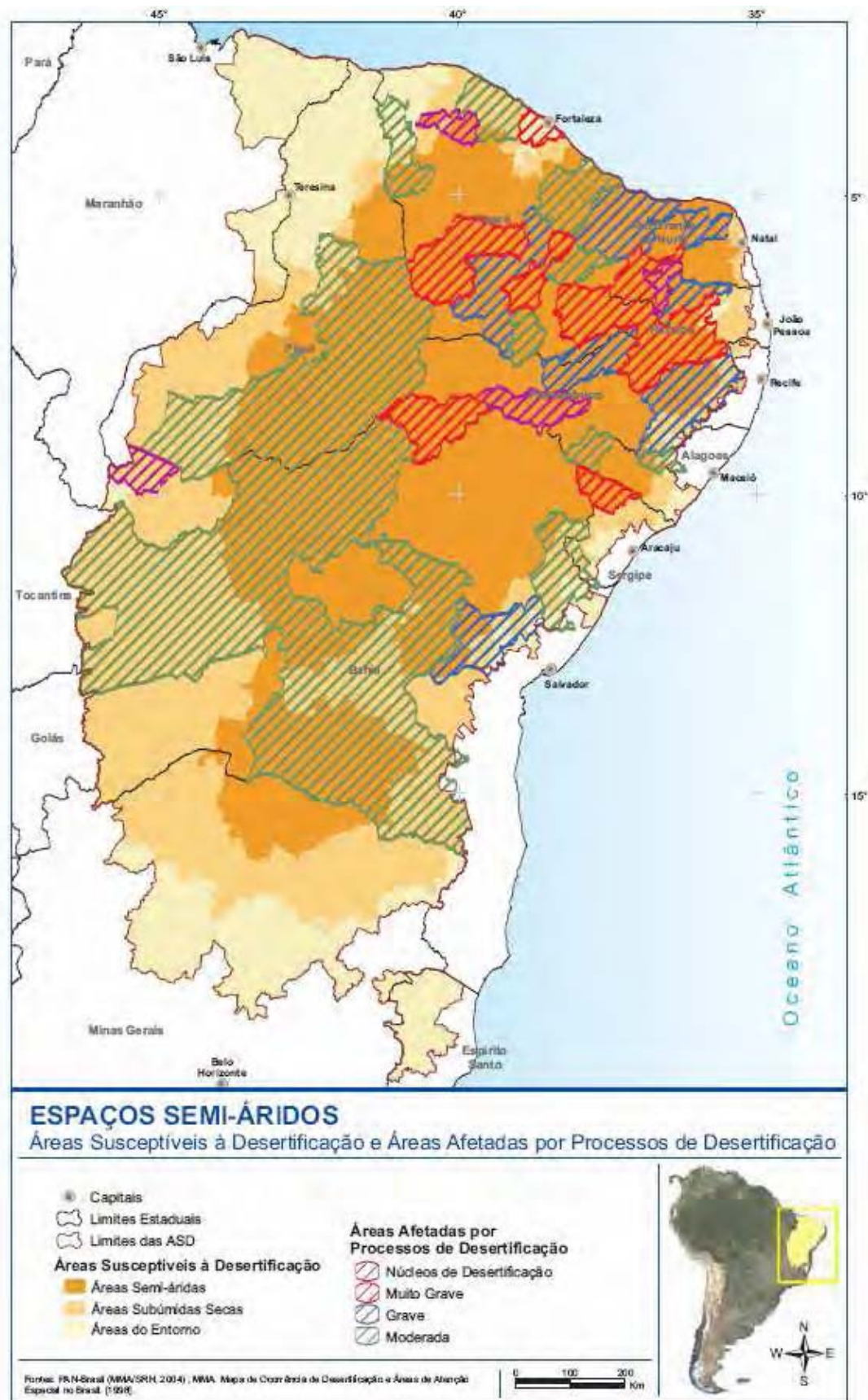


Figura 2 – Áreas Suscetíveis à Desertificação e áreas afetadas por processo de desertificação. **Fonte:** Ministério da Integração Nacional, 2005.



Figura 3: Delimitação do semi-árido brasileiro. **Fonte:** Ministério da Integração Nacional, 2005.

O Semi-Árido se configura pelo fato de ser uma região habitada por aproximadamente 20 milhões de pessoas, é uma região que possui um índice pluviométrico médio de 700 mm anuais, porém, essas chuvas se distribuem de maneira desigual no tempo e no espaço. Essa irregularidade pluviométrica se explica pela concentração da precipitação em poucos dias ou semanas do ano. Também é irregular porque podemos observar uma precipitação torrencial em um lugar e a poucos quilômetros a terra permanecer completamente seca.

O fenômeno natural cíclico da seca assola o Brasil há vários séculos, de modo que a escassez de água no Semi-Árido não representa qualquer novidade. Considere-se, inclusive, que não é a falta de chuva ou a sua dádiva espacialmente e quantitativamente irregular pela natureza a responsável pelo agravamento das conseqüências desse fenômeno que vem afetando as condições de vida do povo nordestino, mas é, isto sim, a falta do gerenciamento eficaz dos recursos hídricos desta região que tem sido indicada como a causa principal deste flagelo, como têm constatado diversos estudiosos.

Segundo Schistek (2001), outro elemento característico é o alto índice de evaporação da ordem de 3.000mm por ano, caracterizado por altas temperaturas e por períodos de grandes estações seca e quentes, ventos fortes e baixa umidade do ar.

O vocábulo “semi-árido” é empregado para nomear climas com forte insolação com de média de 2.800 h/ano, precipitações médias anuais iguais ou inferiores 800 mm; com temperaturas médias anuais 23º a 27º C. Regime de chuvas irregulares (espaço/tempo); domínio da Caatinga (diversidade); solos na sua maioria de pequena profundidade média, onde se certa forma acarreta na pequena capacidade de armazenamento de água nos subsolos.

Todos esses fatores descritos acima podem ser definidos como uma delimitação de áreas vulneráveis à escassez hídrica, onde o clima presente nesta região é marcado pelas irregularidades de chuvas, pela caracterização das altas temperaturas, possuindo assim, uma vegetação de caatinga, adaptando ao quadro físico da região.

A Região Nordeste ocupa 18,27% do território brasileiro, com uma área de 1.561.177,8 km². Deste total, 962.857,3 km² situam-se no Polígono das Secas, conforme delimitado em 1936, através da Lei 175, e revisado em 1951, abrangendo oito Estados nordestinos – exceto o Maranhão – e uma área de 121.490,9 km² em

Minas Gerais. Já o Semi-Árido ocupa 841.260,9 km² de área no Nordeste e outros 54.670,4 Km² em Minas Gerais, caracterizando-se por apresentar reservas insuficientes de água em seus mananciais SUDENE (2003).

Cabe assinalar que por diversas vezes o órgão SUDENE responsável alterou os limites da região por razões técnicas e por circunstâncias políticas, que acarretaram inúmeros entraves nas lutas dos movimentos sociais e das organizações não governamentais que reivindicavam o acesso a água de boa qualidade para todos os povos das regiões atingidas pelas secas. Neste espaço, é delineada uma política que se move numa perspectiva de combater as secas, presente em diversos anos na região nordestina.

Dentro dessa situação de lutas tem a presença marcante da Organizações não-governamentais (ONGs) que atuam de diversas tipos, com o um único objetivo que é fazer com que as populações que reside nesta região procurem formas de conviver com os problemas climáticos. Diante dessa circunstancia surge o termo “*Convivência com o Semi-Árido*” é apresentada como solução possível para os problemas sociais crônicos que se verificam na região.

De acordo com Sousa (2005, p.63):

A expressão “convivência com o semi-árido” surgiu, efetivamente, no âmbito das organizações não governamentais – ONGs, que atuam no semi-árido, no enfrentamento aos problemas sociais advindos da relação entre estiagens e indústria da seca neste ecossistema. No caso em questão, materiais didáticos como cartilhas, cartazes, vídeos, produzidos por duas destas organizações, a Cáritas Brasileira – Regional Piauí e o Instituto regional da Pequena Agropecuária Apropriada - IRPAA, denotam o percurso da categoria convivência, que se originou, nesse discurso, como convivência com a seca e, depois, ampliada para convivência com o semi-árido. A propósito, o fundador do IRPAA, Harald Schistek, diz: Eu atuava na [CPT], em Juazeiro – Bahia, no final da década de setenta e início de oitenta. Nos cursos de agropecuária que dávamos, percebíamos que o centro dos problemas não estava nas secas ou apenas na falta de terras. As famílias que já estavam assentadas continuavam a passar por muitas dificuldades, chovesse ou não, sua qualidade de vida não havia mudado. Então ter chuva e terra não era suficiente. Verificando o quanto chovia, percebíamos que havia um bom volume de precipitação. Começamos a dizer, nos cursos, que chovia muito no semi-árido e as pessoas reagiam, mas apresentávamos o quanto chovia em outros lugares, inclusive onde não faltava água, e elas se convenciam. E com isso começamos a descentralizar o foco do problema, do natural para o

social, e mais precisamente para o cultural, ou seja, o jeito de fazer e o que fazer. O problema não era acabar com a seca, mas plantar e criar conforme as condições do clima. E desta forma, começamos falar em convivência com a seca. Depois percebemos que não se limitava a conviver com a seca, mas com a diversidade que era o ecossistema todo, por isso evoluímos para a proposta de convivência com o semi-árido e para isso nasceu o irpaa [IRPAA] (H.S comunicação oral in SOUSA, 2005)

Portanto o termo “A *Convivência com o Semi-Árido*” apresentada aqui procura, mostrar a atuação do Instituto da Pequena Agropecuária Apropriada - IRPAA, o qual se encontra mais próximo para as observações que se colocam nessas considerações e se torna mais interessante, por uma razão de ordem profissional, que se encontra no fato de se ter feito, com essa organização, uma história de trabalho em parceria interinstitucional.

Para se entender o crescente agravamento da crise de abastecimento de água nas cidades brasileiras, é necessário refletir sobre as mudanças ocorridas em nosso país principalmente quando se trata de demografia, que reflete diretamente no abastecimento de água. Dentre as referidas mudanças, destaque-se aqui a que vem ocorrendo com o movimento populacional, como se pode observar, preliminarmente, nas tabelas a seguir.

ANO	População Total	População Urbana	Participação do Total em %	População Rural	Participação do Total em %
1940	42.236	12.880	31,24	28.356	68,76
1950	51.944	18.783	36,16	33.161	63,84
1960	70.191	31.303	44,67	38.768	55,33
1970	93.139	52.085	55,92	41.054	44,08
1980	119.002	80.436	67,59	39.566	32,41
1991	146.825	110.990	75,59	35.834	24,41
2000	169.544	137.697	81,26	31.847	18,78

Tabela 1: População brasileira por domicílio – 1940 / 2000 (por milhões de habitantes).
Fonte: IBGE, 1991 e 2000

De acordo com os dados do IBGE, podemos observar que o censo de 1980 aponta uma distribuição eqüitativa da população do Nordeste: 50,46% viviam na zona urbana e 49,54%, na rural.

O censo de 1991 já indica que 60,35% dos nordestinos estavam nas áreas urbanas, enquanto 39,35% permaneciam na zona rural. Conforme a contagem da população de 1996, observa-se que mais de 27 milhões de pessoas moravam na região do semi-árido.(ver tabela 2)

Conforme mostra os dados da tabela 2 o número da população caiu para pouco mais de 20 milhões, apesar da inclusão de novos municípios na área delimitada. Durante este período, a população migrou para os grandes centros urbanos como Rio de Janeiro, São Paulo, dentre outras capitais industriais e centros urbanos. Homens e mulheres fogem da seca no Nordeste, e saem em busca de uma qualidade de vida nem sempre conseguida.

Vale salientar, conforme mostra os dados do gráfico 01, que o fluxo migratório de entre os homens e mulheres não difere quanto a idade. Na realidade, o que se observa nas grandes famílias residentes em regiões semi-áridas, é que o homem sempre migra primeiro, e em seguida a mulher.

Estados	Nº de Municípios	Área (km²)	População (hab)		
			Urbana	Rural	Total
Piauí	109	126.274,4	310.170	495.080	805.250
Ceará	134	82.294,6	1.889.496	1.561.215	3.450.711
Rio Grande do Norte	140	48.443,0	918.969	499.606	1.418.575
Paraíba	170	48.788,9	1.150.193	767.798	1.917.961
Pernambuco	118	85.979,9	1.675.432	1.295.634	2.971.066
Alagoas	35	11.941,7	380.100	361.083	741.183
Sergipe	28	11.038,5	187.793	166.611	354.404
Bahia	257	388.567,9	3.025.285	3.196.890	6.222.175
Minas Gerais	40	54.670,4	298.368	287.004	585.372
Total	1.031	1.083.790,7	16.842.219	10.833.689	27.675.908

Tabela 2: Distribuição geográfica da população rural/urbana da região semi arida, contagem da população de 1996. **Fonte:** IBGE, 1996

Tabela 03 – SEMI-ÁRIDO

Estados	Nº de Municípios		Área (Km²)		População (hab)			
					Total		Urbana	Rural
	Absoluta	Relativa(%)	Absoluta	Relativa(%)	Absoluta	Relativa(%)	Absoluta	Absoluta
Piauí	127	11,2	150.454	15,3	969.399	4,6	437.508	531.891
Ceará	150	13,2	126.514	12,9	4.211.292	20,2	2.451.214	1.760.078
Rio Grande do Norte	147	13,0	49.589	5,0	1.601.170	7,7	1.061.296	539.874
Paraíba	170	15,0	48.785	5,0	1.966.713	9,4	1.232.095	734.618
Pernambuco	122	10,8	86.710	8,8	3.236.741	15,5	1.896.082	1.340.659
Alagoas	38	3,4	12.686	1,3	838.740	4,0	424.32	391.72
Sergipe	29	2,6	11.175	1,1	396.399	1,9	208.908	185.310
Bahia	265	23,4	393.056	40,0	6.453.283	30,9	3.398.156	3.055.127
Minas Gerais	85	7,5	103.590	10,5	1.184.527	5,7	637.990	546.537
Total	1.133	100,0	982.563	100,0	20.858.264	100,0	11.747.381	9.085.266

Tabela 3: DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DA POPULAÇÃO RURAL/URBANA DA REGIÃO SEMI ÁRIDA NO ANO DE 2005, NOVA DELIMITAÇÃO. **Fonte:** IBGE, 2007

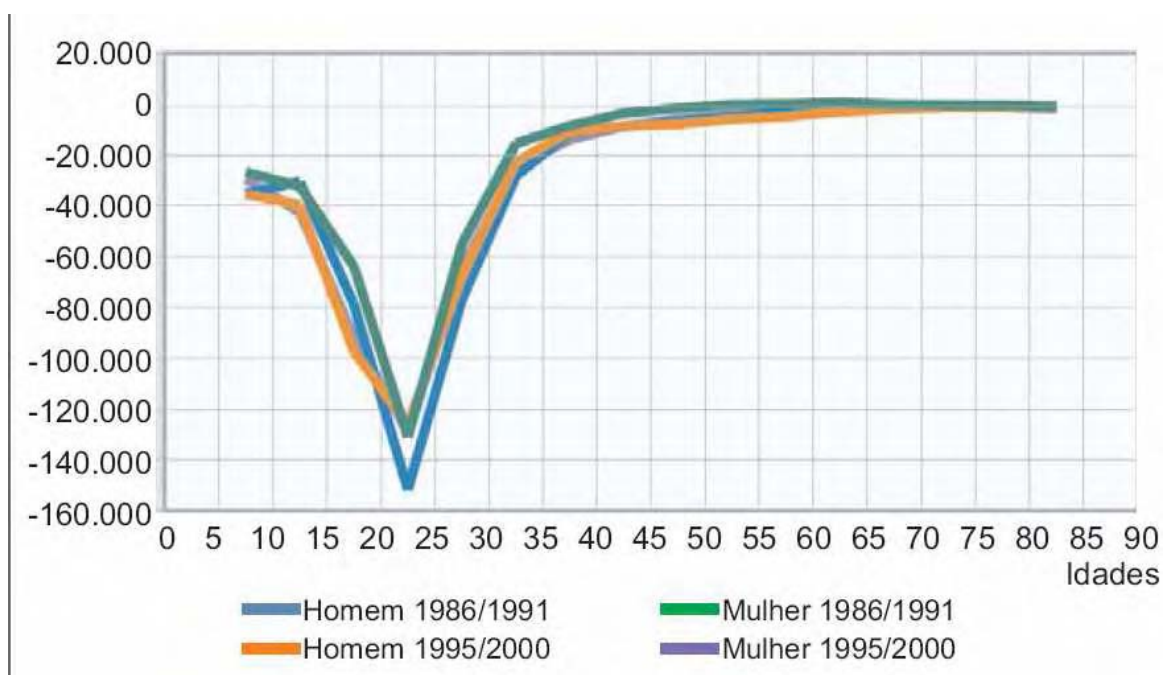


Gráfico 01: Saldo Migratório por sexo e grupos de idade da Região Nordeste nos períodos de 1986/1991 e 1995/2000 . **Fonte:** Censos demográficos, 1991/2000, IBGE, 2003

Dessa forma é importante o conhecimento das secas que ocorreram na região para melhor compreender o semi-árido como um espaço de características próprias.

Segundo Sousa (1999), o termo seca é definido a partir dos interesses de cada usuário que vive ou se aproveita do problema, bem como pode ser definida como uma deficiência de água com duração prolongada.

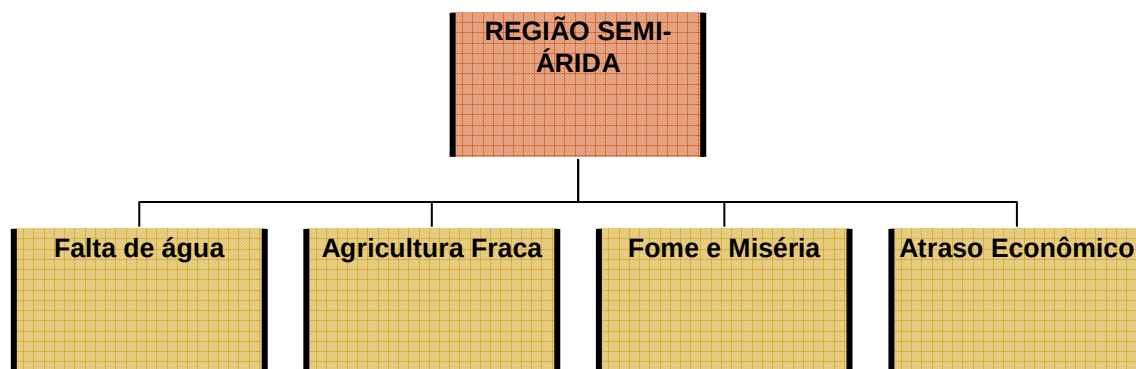
Já Vianna (2009), descreve a seca em diferentes estados partindo do climático, hidrológico e hidrogeológico. Esse autor afirma que no semi-árido do nordeste brasileiro, os dois estados mais importantes dentro deste contexto são Bahia e o Estado de Minas Gerais, pois a falta de água é o grande fator da não convivência na região e geradora da migração de nordestinos para outras localidades.

Nesse contexto da seca, percebemos que a mesma é uma problemática histórica que nos remete ao período colonial, onde foram registrados os primeiros relatos.

Sousa (2005), afirma que a forma como tem sido tratada historicamente a questão, é que se constitui no problema. Desde o Império, há registro de ação política que se estrutura no paradigma de combate à seca, como se fosse possível combater uma condição climática. Embora se possa falar de semi-árido brasileiro, convém lembrar, que não se pode pensá-lo de forma homogênea.

Podemos observar dessa forma, que a seca é definida e discutida por diversos autores que analisam a problemática a partir de diferentes olhares, que vão desde um fenômeno que é agravado pela intervenção humana na natureza, até sua relação com os fatores climáticos, hidrológico e hidrogeológico. Apesar desses diferentes olhares, o que torna comum no discurso sobre a seca, são suas conseqüências as quais destacamos a pobreza, a falta de água, migração, as perdas de lavouras, rebanhos, dentre outros componentes que constitui cada vez mais o estado de miséria no nordeste.

A escassez de água, por exemplo, é apontada como conseqüência da seca e é referenciada nos discursos governamentais como sendo um fator de atraso para região. Conseqüentemente, um fator que contribui para a não ocorrência do desenvolvimento sócio-econômico, deixando também em dúvida à subsistência da população. Esses discursos são de características políticas e bastante deterministas, como aponta o fluxograma 1, intitulado: Estrutura Discursiva sobre a região semi-árida.



Fluxograma 1: Estrutura Discursiva sobre a região semi-árida. Adaptado de Ribeiro (1999).

Para Ribeiro (1999), o estigma criado entorno não só da região Nordeste como sendo a região problema, mas principalmente do semi-árido, gera a re-criação de mitos e imaginários do atraso, onde a escassez de água é apontada pelos discursos dos meios de comunicação em geral, como sendo a grande responsável por esse atraso econômico, a infertilidade do solo, a miserabilidade da população e a fome que expulsa a população migrante para os grandes centros industriais.

Assim como Ribeiro (1999), Sousa (2005) e Furtado (1998) ressaltam que a seca, tornou-se tema central de mobilização, que provoca comoção, mas também serve de argumento principal para o discurso de políticos que exigem verbas, obras, cargos, criação de estruturas oficiais, bem como a concepção de uma “indústria da seca” que se utiliza das calamidades locais para se beneficiar, assim:

A realidade é que nessa seca tudo, aparentemente, foi decidido com muito desleixo. Como já disse, há a indústria da seca, gente que ganha com a seca, porque ela significa muito dinheiro do governo chegando para o comércio, para financiar as frentes de trabalho etc. A seca é um negócio. Na Paraíba, por exemplo, havia as fortunas feitas pela seca; diversas fortunas de Campina Grande decorriam de vantagens públicas. Isso mostra a ligação entre a máquina política, o controle da administração. (FURTADO, 1998, p.25).

Os períodos de grandes estiagens como os das décadas de 1930, 1950 e 1980, são lembrados por muitos autores como períodos de calamidades, de êxodo rural, morte e desesperança. A convivência com a seca se transforma em uma penúria ou obra que não será cumprida. Para Guimarães Neto:

As condições para esta discussão são dadas pelo adensamento populacional verificado no sertão nessa época e o baixo grau técnico dessas populações, transformando em calamidade para milhares de pessoas qualquer estiagem maior, que antes só era sentida por uma pequena população esparsamente distribuída pelo território. (GUIMARÃES NETO, 1989, p.44).

Corroboramos com a discussão realizada, Furtado (1998) em seu livro, intitulado: *“Seca e Poder”*, quando afirma que:

A seca é uma coisa terrível. Muita gente morre, outros têm sua vida encurtada pela fome. Nunca se fez um estudo para medir o custo humano real de uma seca. Geralmente, isso é ignorado, ocultado. A classe política nordestina tem um complexo muito grande com respeito a certas coisas, oculta tudo, não gosta que se estude isso. Porque tem consciência de culpa. Sabe que há tanta coisa que podia ter evitado, mas tem medo que tudo também desmorone, que o mundo deles venha abaixo. (FURTADO, 1998, p.24).

A partir de Furtado (1998), podemos dizer que a seca é um fato, entretanto, o discurso que muitas vezes está atrelado a uma elite regional que visa à apropriação de verbas públicas, destoa e desvia as necessidades das populações, ao invés de se criar uma política de convivência no semi-árido, que é um território tão rico em biodiversidade.

1.2 – Quadro físico ambiental do Semi-Árido Nordestino

Ab'Sáber (1999), afirma que o semi-árido nordestino tem uma vegetação de caatinga, composta de uma biodiversidade muito rica e uma capacidade de recuperação mesmo após longos períodos de estiagem. Para o autor, este cenário é registrado na literatura acadêmica por grandes autores como Josué de Castro, Euclides da Cunha, José Américo, Manuel Correia de Andrade, dentre outros. De acordo com Ab'Sáber (2003):

O território brasileiro, devido a sua magnitude espacial, comporta um mostruário bastante completo das principais paisagens e ecologias do Mundo Tropical. "Dentre elas podemos destacar o" domínio das caatingas brasileiras é um dos três espaços semiáridos da América do Sul. Fato que o caracteriza como um dos domínios de natureza de excepcionalidade marcante no contexto climático e hidrológico de um continente dotado de grandes e contínuas extensões de terras úmidas. (AB'SABER, 2003, p.30)

A Caatinga¹ é um bioma bastante diversificado, pois apresenta a associação de diversos elementos bióticos agregados a sua forma natural. A Caatinga é a vegetação típica da região, que tem seu nome originado da língua Tupi Guarani, e significa *Mata Branca* pela coloração que recebe nos períodos mais secos de estiagem. As plantas se adaptam ao clima quente e seco, retendo água em seus espinhos e nos seus caules. Nos períodos de estiagem, as árvores de pequeno porte perdem suas folhagens para evitar a evapotranspiração.

De acordo com Carvalho (1982), “as espécies são, na maioria caducifólias, espinhosas, de folhas pequenas, destacando-se, entre outras espécies, o Mandacaru (*Cereas jamacaru*), Faveleiro (*Cnidoscylus phyllacanthus*), Macambira (*Bromelia lacinosa* Mart.), Pereiro (*Aspidosperma pyrifolium* Mart.), Caatingueira (*Caesalóinea pyramidalis*) e Xique-Xique (*Pilosocereus gounallei* Weber).”

Conforme Ab'Sáber (2003), o clima da região semi-árida, esta dividido em quatro faixas regionais assinaladas da seguinte forma: as faixas semi - áridas acentuadas ou subdesérticas (“conhecida como sertão bravo”) as faixas semi - áridas rústicas ou semi-áridas típicas (“os altos sertões”); as faixas semi-áridas moderadas (caatinga agrestadas); e as sub-áreas de transição ou faixas sub-úmidas (os agrestes). Os diversos ambientes climáticos presente nesta região, traz de certa forma vantagens, porém é preciso ações cabíveis para melhor aproveitar os benefícios oferecidos pela região.

De acordo com Suassuna (2002), a geologia do semi-árido é constituído por dois tipos estruturais como solos composto de rochas cristalinas e por bacias sedimentares. As rochas cristalinas representam 70% da litologia da região, compreendido na sua maioria por solos rasos (cerca de 0,60 m). Os principais tipos de rochas encontradas são gnaisses, migmatitos, xistos e granitos.

Os corpos de água se encontram em quantidade mínima e na maioria das vezes, bastante salobra não recomendada para o consumo humano. Já nas bacias sedimentares os solos geralmente são profundos (superiores a 2 m, podendo ultrapassar 6 m) e tem alta capacidade de infiltração, baixo escoamento superficial

¹ A palavra Caatinga tem origem na língua Tupi, e significa “mata branca”, devido à aparência seca e esbranquiçada da vegetação. É predominante nos sertões semiáridos do Nordeste, abrangendo em quase toda a sua totalidade os estados da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, leste do Piauí e ainda o extremo Norte de Minas Gerais. Este bioma caracteriza-se pela sua peculiaridade, pois, apesar de as matas terem um aspecto seco, são muito ricas em espécies. A vegetação da Caatinga é denominada xerófila, que se caracteriza pela presença de espinhos, ausência de folhas ou quando ocorrer, ela se apresenta de forma pequena, além de raízes profundas, típica de regiões áridas ou semi-áridas.

e boa drenagem natural. Nessa área pode ser encontrada água de boa qualidade e quantidade.

De acordo com Porto (2002) o semi-árido brasileiro, quando comparado a outras regiões semelhantes do mundo, apresenta índices pluviométricos razoáveis, no entanto, as chuvas ocorrem de maneira irregular e concentram-se em poucos meses, tendo uma evapotranspiração superior às precipitações, o que resulta num balanço hídrico negativo (chove uma média de 800 mm e o potencial de evaporação é de 2000 mm).

Um problema presente na região semi-árida é o processo de desertificação. De acordo com Lacerda (2004), o conceito de desertificação começou a ser formulado a partir da década de 1930, quando o desmatamento e a intensificação da exploração do solo, causados pela agricultura e pecuária, aliados a grande seca ocorrida na época, atingiu estados norte-americanos e convergiram no processo que ficou conhecido como “Dust Bowl”².

Entretanto, apenas na década de 1970, após grande seca ocorrida no continente africano, na qual mais de 500.000 pessoas morreram de fome, o problema teve relevante repercussão e a comunidade internacional passou a reconhecer seus efeitos ambientais, sociais e econômicos, criando um programa mundial de ações para combater a desertificação .

Nessa mesma década foi realizado a primeira Conferência Mundial sobre Desertificação, realizada em Nairobi, no Quênia. Na ocasião, os pesquisadores chamaram a atenção para a diferença entre o fenômeno da desertificação e a progressão natural dos desertos. Portanto, o termo foi definido como diminuição ou destruição do potencial biológico da terra que pode conduzir, finalmente, à condições semelhantes a desertos (Suetergaray 1996 apud Souza 1999, p. 41).

Depois de uma década, o tema desertificação ganhou destaque também no documento discutido e aprovado durante a Conferência do Rio de Janeiro-Eco-92, na Agenda 21, mencionada em seu décimo segundo capítulo, a definiu como sendo a degradação da terra nas regiões áridas, semi-áridas e sub-úmidas secas, resultante de vários fatores, entre eles, as variações climáticas e as atividades humanas. Por "degradação da terra", entende-se a degradação dos solos, recursos

² “Dust Bowl” um fenômeno climático de tempestade de areia que ocorreu nos Estados Unidos na década de 1930 e que durou quase dez anos.

hídricos, da vegetação e a redução da qualidade de vida das populações afetadas (BRASIL, 2004).

Para Conti (1995) apud Souza (1999, p.41), o termo desertificação é definido da seguinte forma:

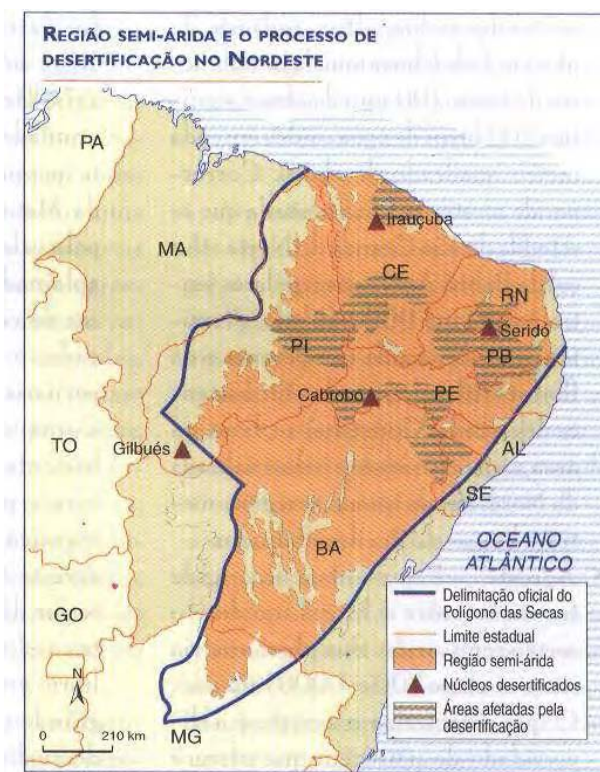
(...) A desertificação pode ser entendida como um conjunto de fenômenos que conduz determinadas áreas a se transformarem em desertos ou a eles se assemelharem. Pode, portanto, resultar de mudanças climáticas determinadas por causas naturais ou da pressão das atividades humanas sobre o ecossistema frágeis, sendo, neste caso, as periferias dos desertos (ou áreas transicionais) as de maior risco, em virtude de seu precário equilíbrio ambiental.

Em todo o mundo as áreas susceptíveis à desertificação, vivem em torno de 900 milhões de pessoas, das quais 200 milhões já são de alguma forma, afetadas pelo processo.

Uma das causas principais que levou o semi-árido a apresentar esses índices de desertificação foram as ações da sociedade que ocasionou intensa degradação ambiental, e outros fatores como as variações climáticas oferecidas pela região.

Atualmente no mundo as regiões mais afetadas pelo processo de desertificação são: a África, China, em função de sua matriz energética, o carvão mineral e seu acelerado crescimento econômico, que não respeita qualquer critério ambiental), a Austrália, o oeste da América do Sul, Oriente Médio e o nordeste do Brasil (ALVES e MEDEIROS, 2005).

A seguir, observamos a região semi - árida do nordeste brasileiro, com destaque para as áreas que se encontram em processos de desertificação, bem como a área delimitada pelo polígono das secas, onde podemos visualizar o estado da Paraíba.



Fonte: M. N. Souza. *Redimensionamento da região semi-árida do Nordeste do Brasil*. Fortaleza. Seminário Latino-Americano da Desertificação. Apud J. B. Conti. *Desertificação nos trópicos*. Tese de Livre-Docência. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 1995; Ministério do Meio Ambiente. *Desertificação: características e impactos*. Projeto BRA93.

Figura 4 – Região Semi-árida e o processo de desertificação no Nordeste.

No Brasil as áreas susceptíveis a desertificação estão localizadas na região nordeste, e no norte de Minas Gerais. As áreas extremamente atingidas e suscetíveis ao processo são chamadas de núcleos de desertificação, que segundo o Ministério do Meio Ambiente (2005), situam-se em Gilbués/PI, Irauçuba/CE, Cabrobó/PE e na Região do Seridó/RN.

Recebem esta classificação a partir de diversos fatores, entre eles o índice de aridez, definido como a razão entre a precipitação e a evapotranspiração potencial, que estabelecem as seguintes classes climáticas: hiper-árido ($< 0,03$), árido ($0,03 - 0,20$), semi-árido ($0,21 - 0,50$), sub-úmido seco ($0,51 - 0,65$) e sub-úmido úmido ($> 0,65$) (BRASIL, 2007).

Estudos de órgãos oficiais apontam que as áreas mais atingidas pela desertificação na Região Nordeste abrangem cerca de 181.000 km², a falta de perspectivas leva a população destas áreas a migrar para os centros urbanos,

procurando condições mais favoráveis de sobrevivência, estes migrantes tendem a agravar os problemas de infra-estrutura (transporte, saneamento, abastecimento, entre outros) já existentes nos centros urbanos, verificando-se também um aumento nos níveis de desemprego e violência urbana (BRASIL, 2007).

Embora os dados sejam alarmantes, Lopes (2009) afirma que há registros de convivência com a semiaridez em outros países como exemplo Israel, China, Índia e Estados Unidos onde, na Califórnia, numa área totalmente árida, se consegue obter excelente grau de rentabilidade e produtividade.

Ainda segundo Lopes (2009), é possível a convivência e a adaptação do homem às regiões com alto grau de escassez de água, desde que hajam políticas públicas adequadas, o que nos leva a concluir que se a seca é inibidora do crescimento social e econômico, contudo, não é determinante. A forma como a sociedade nordestina está organizada é muito mais marcante e geradora de desigualdades do que esse fenômeno climático.

Nesse processo, tornou-se primordial o estabelecimento de redes sociais pautadas em valores éticos e solidários, onde a confiança e fluxo de informações proporcionassem solidez para que os objetivos em comum fossem alcançados em um menor espaço de tempo, trazendo maiores benefícios para toda a população do semi-árido.

Em 1999, foi criada uma rede voltada para a gestão da água e questões sociais denominada de Articulação do Semi-Árido Brasileiro - ASA³, que tem como objetivo contribuir tanto para a formulação de políticas adequadas à realidade local quanto monitorar a execução de tais políticas, descentralizando as decisões. Geralmente, o setor público tem uma visão macro política, pretende resolver todos os problemas através de mega-projetos como é o caso do da Transposição do Rio São Francisco⁴, que pode apresentar conseqüências incalculáveis para a região e não resolver definitivamente o problema de acesso à água.

³ Articulação no Semi-árido Brasileiro ASA, é um fórum de organizações da sociedade civil, que vem lutando pelo desenvolvimento social, econômico, político e cultural do semi-árido brasileiro, desde 1999. Atualmente, mais de 700 entidades dos mais diversos segmentos, como igrejas católicas e evangélicas, ONGs de desenvolvimento e ambientalistas, associações de trabalhadores rurais e urbanos, associações comunitárias, sindicatos e federações de trabalhadores rurais, fazem parte da ASA (ASA Brasil, 2007).

⁴ O “Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional”, também conhecida como “transposição do rio São Francisco” retoma a idéia original de Dom Pedro II, no fim do século XIX, e começou a ser implantando em 2007. É um projeto de infra-estrutura hídrica do governo federal sob a

Porém, a gestão dos recursos naturais deve levar em conta as especialidades de cada local, pois cada região apresenta os seus próprios problemas e necessidade de soluções adequadas à sua realidade (ASA Brasil, 2007)

A ASA, através de suas ações, pretende disseminar uma cultura de convivência com a realidade local, mostrando que é perfeitamente viável a convivência no semi-árido, necessitando apenas de vontade individual, coletiva e política.

responsabilidade do Ministério da Integração Nacional. A captação de água no rio São Francisco ocorrerá por meio de dois sistemas independente denominados Eixo Norte e Eixo Leste, a partir da barragem de Sobradinho e da barragem de Itaparica, respectivamente, ambas no estado de Pernambuco. Também beneficiará parcialmente os estados do Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. Basicamente, pretende-se utilizar as águas para o abastecimento humano, irrigação, dessedentação de animais, criação de peixes e de camarão. Estima-se que a transferência média de água seja de 2,3% da vazão regularizada do rio São Francisco. O custo total será de US\$1,5 bilhão e a previsão é que a obra esteja pronta entre 15 a 20 anos (Brasil, 2004)



Nesse sentido, os investimentos públicos devem ser regularizados, garantindo o desenvolvimento de tecnologias próprias para a região. Também deve ser universalizado o acesso à água para que a população que pratica uma agricultura tradicional e familiar possa garantir o seu sustento e viver com dignidade, sem depender de projetos assistencialistas que vêm sendo, ao longo dos anos, foco das políticas públicas quando a seca assola a região.

Assim, se traria maior interdependência para a população do campo, uma vez que ela não mais precisaria de caminhões-pipas e da distribuição de cestas básicas e conseguiria produzir seu próprio alimento (ASA Brasil, 2007).

Os programas, projetos de ações públicas que estão sendo desenvolvidas na região do semi-árido são:

- Tecnologias Sociais para a captação de Água
- Programa de Formação e Mobilização Social para Convivência com o Semi-Árido;
- Um milhão de cisternas rurais – P1MC
- Uma Terra e Duas Águas - P1+2
- Barragens subterrâneas

Os projetos e programas acima pontuados visam uma nova forma de relacionamento com a natureza, que passam necessariamente, por um novo enfoque: utilizar bem os recursos naturais e assegurar as produções indispensáveis à segurança alimentar e ao desenvolvimento sócio-econômico da região.

No estado da Paraíba, a maior parte de seu território, está inserida na região semi-árida, a qual representa cerca de 87% da área total do Estado.

A área que compreende o semi-árido paraibano convive constantemente com a irregularidade de chuvas e altos índices de evaporação das águas dos açudes e rios das regiões, além destes rios se constituírem em sua maioria como intermitentes, ou seja, aqueles que correm água apenas nos períodos de chuva na região, precisando muitas vezes de abastecimento através de caminhões pipas.

Nesse sentido é mais que necessário contextualizar tão urgente e desafiadora questão de convivência com o Semi-Árido, para que os programas deixem de ser simples pilotos, conjunturais e localizados, e que passem a estruturar a região.

Na busca de um Novo Semi-Árido Brasileiro a solução está na convivência com a irregularidade climática, e assim gerar estoques alimentares para os períodos de longas estiagens e importante para o a agricultura familiar. O município de Soledade

é exemplo claro da urgência de políticas de Estado e ações conjuntas no processo de convivência no semi-árido.

1.3 Contextualização Geográfica e Histórica de Soledade – PB.

A área de estudo da nossa pesquisa está inserida no município de Soledade localizado no semi-árido paraibano, distando 170 km da capital do estado da Paraíba, a cidade de João Pessoa.

Utilizaremos como recorte espacial e empírico as experiências realizadas na comunidade Lajedo de Timbaúba. Entretanto, consideramos pertinente elencar em um primeiro momento, algumas características do município de Soledade.

O município de Soledade está situado na microrregião do Curimataú Ocidental Paraibano. Possui uma área territorial de aproximadamente 560 km². Localiza-se também na Mesorregião Agreste paraibano, com as coordenadas geográficas 7° 03' 30" de latitude Sul e 36° 21' 47" de longitude Oeste, com altitude média de 521 m.

O município se localiza às margens da BR-230, e se limita ao Norte com o Município de São Vicente do Seridó (14km), ao Leste com os Municípios de Olivedos (34km) e Pocinhos(34km), a Oeste com o Município de Juazeirinho (24km), e ao Sul com os Municípios de Gurjão (26km) e Boa Vista (28km). (Ver mapa a seguir)

No que se refere à população e a área territorial (631,96 Km) onde se insere o município de Soledade, de acordo com os dados do IBGE presentes na tabela 3, observamos que a mais de duas décadas a população do município apresentou um decréscimo no ano de 1991 totalizando em torno de 11.175 habitantes, já em 1996 a população reduziu para 11.107 habitantes

Assim, nos últimos censos realizados durante os anos de 2000 e 2007, os dados mostram o inverso, conforme a tabela 3, a população cresceu. Em 2000 o número de habitantes totalizava 12.061, com base no último censo realizado em 2007 houve uma contabilização de 13.128 habitantes, cuja densidade demográfica perfaz 23 habitantes para cada Km² (ver tabela 4)

Município	População Total			
	1991	1996	2000	2007
Soledade	11.175 hab	11.107 hab	12.061	13.128 hab

hab

Tabela 4 – População do município de Soledade conforme os dados dos censos dos de 1991, 1996, 2000 e Contagem da População de 2007, Fonte: IBGE, 1991, 1996, 2000 e contagem da população de 2007.

A divisão por gênero, conforme o exposto na tabela 4, revelam um percentual de 51%; da população representada pelo sexo feminino, chegando a quase igualar com a do sexo masculino, do total de habitantes do município.

Unidade da Federação e Município	Ano - 2000	Sexo			
		Masculino		Feminino	
	População Total	Absoluta	Relativa(%)	Absoluta	Relativa(%)
Soledade	12.061 hab	5.897	49%	6.164	51%
Paraíba*	3.641.395	1.754.525	49%	1.855.119	51%

Tabela 5 - Distribuição da População do Município de Soledade por Sexo
 Fonte:: IBGE, (Censo 2000 e Contagem da População de 2007). Disponível em <<http://www.ibge.org.br/> Acesso em dez.2009. Elaborada pela autora. *

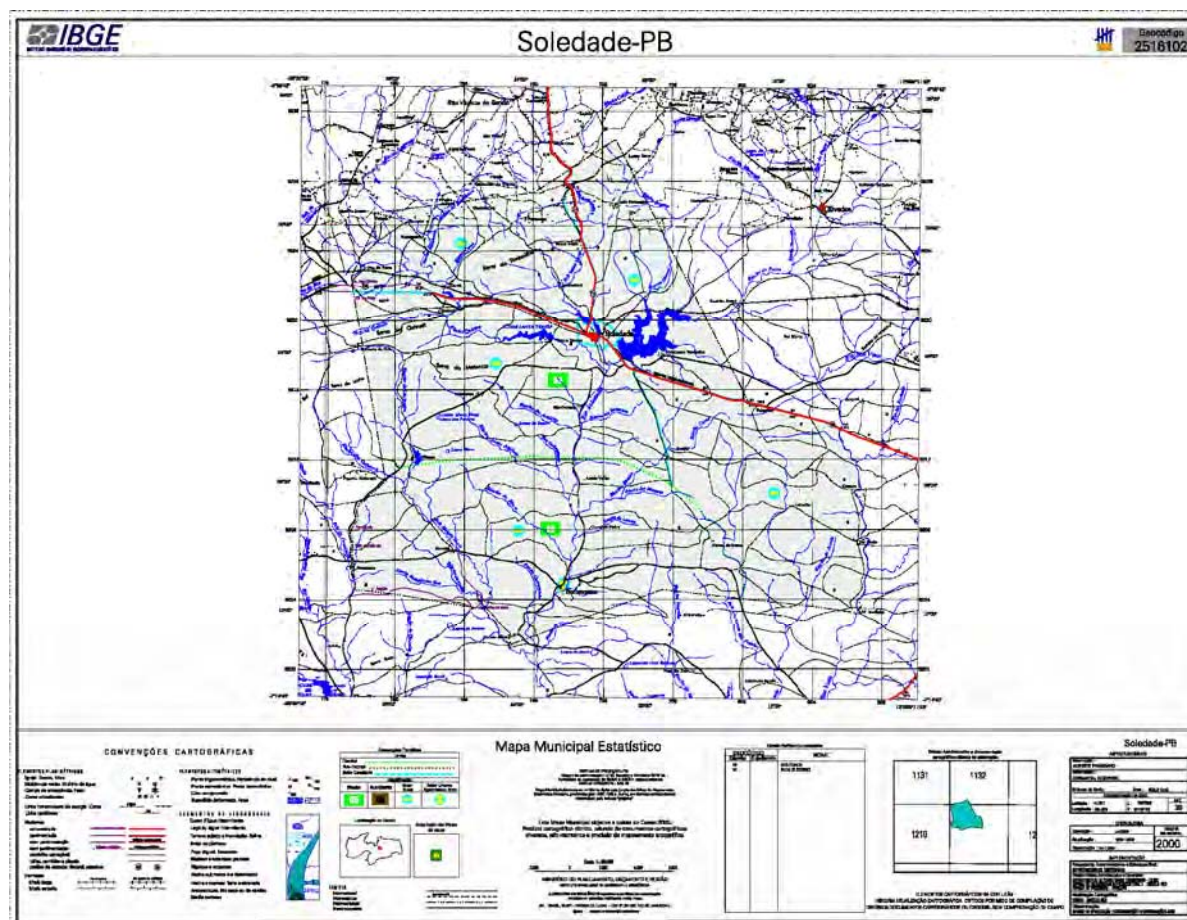
Segundo o Censo Demográfico realizado em 2000, pelo IBGE, esse município abriga uma população de 12.061 habitantes. Desse total, aproximadamente 71% representa a população urbana, e cerca de 29% se encontram na zona rural.

Unidade da Federação e Município	Ano – 2000	Zona			
		Urbana		Rural	
	População Total	Absoluta	Relativa(%)	Absoluta	Relativa(%)
Soledade	12.061	8.461	71%	3.600	29%
Paraíba	3.439.344	2.444.389	71%	1.000.405	29%

Tabela 6 – Distribuição da População do Município de Soledade por Áreas Urbanas e Rurais. Fonte: IBGE, 2000. Disponível em <http://www.ibge.org.censo2000> Acesso em dez.2009. Elaborada pela autora.

Conforme Lopes (2009), o município de Soledade, situado na região semi-árida onde a escassez de água se encontra aliada à ineficiência de políticas públicas, mais precisamente do poder público local, que na maioria das vezes se mantém distante de ações e projetos que possam desenvolver planos de convivência com as áreas afetadas pela estiagem, sendo incapaz de criar melhores condições de vida para a população carente e excluída.

Essa exclusão atinge uma grande parte da população do semi-árido, sem saneamento básico, sem educação de qualidade e sem água. Portanto, todos esses fatores de caracterização do município de Soledade, estão de acordo com as representações simbólicas e imaginárias construídas sobre o semi-árido Este espaço de Soledade, é responsável por índices alarmantes de miséria e por ciclos migratórios constantes.



Mapa 01 - Mapa Municipal Estatístico do município de Soledade. Fonte: Ministério de Planejamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Rio de Janeiro, Censo 2000.

Conforme Costa (2000), o índice pluviométrico médio anual de Soledade conforme observamos na tabela 6, é de 300mm em curta estação chuvosa apresentando até onze meses de seca, sendo considerado um dos pólos mais secos do Nordeste.

Costa (2000) ainda afirma que pesquisas realizadas no município de Soledade comprovam que há nos lençóis freáticos que cortam o município, determinados tipos de água que nem o próprio animal consegue consumir, devido ao alto grau de sanilidade da água.

Municípios	Duração da Série (anos)	Precipitação Média Anual (mm)	CV (%)
Boa Vista	70	419,40	41,4
Cabaceiras	58	320,40	59,0
Desterro	58	398,00	62,5
Gurjão	29	456,60	37,1
Juazeirinho	29	487,20	49,7
Olivedos	58	479,10	47,8
Santa Tereza	29	470,10	36,1
São João do Cariri	29	390,20	58,9
São José dos Cordeiros	29	527,40	40,9
Santo André	27	517,80	38,2
Serra Branca	29	535,30	47,1
Soledade	58	384,60	49,4
Taperoá	58	385,10	76,7

TABELA 7 – Município que fazem parte da Bacia do Taperoá, Coeficiente de Variação (CV). Adaptado de Souza (1999)

Soledade está incluído, como um dos trezes municípios que fazem parte da bacia hidrográfica do rio Taperoá. (Ver tabela 7). E um dos maiores problemas

apresentados em Soledade, é justamente os relacionados aos recursos hídricos, além de conviver com a escassez de água, o pouco que se encontra de água na região apresenta um índice considerável de salinidade.

Lacerda e Barbosa (2006, p. 64) referem-se à bacia do Taperoá da seguinte forma:

Seu principal rio é o Taperoá, de regime intermitente, que nasce na serra do Teixeira e desemboca no rio Paraíba, no açude Presidente Epitácio Pessoa. A bacia drena aproximadamente 7.316 Km² (PARAÍBA, 1997). Recebe contribuições de cursos d'água como os rios São José dos Cordeiros, Floriano, Soledade e Boa Vista e dos riachos Carneiros, Mucuim e da Serra.

A água que hoje abastece o município vem do açude de Boqueirão em Campina Grande, através de um sistema adutor, que segue o curso nas margens da BR 230. Porém é preciso lembrar que o abastecimento dessa adutora só chega até a área urbana, deixando a descoberto os moradores residentes nas áreas rurais.

Os moradores das áreas rurais, durante o tempo de estiagem que dura praticamente o ano todo, dependem de carros pipas patrocinados pelos governos municipais.

No tocante a questão fundiária do município, maior parte destas terras está concentrada nas mãos de grandes proprietários rurais, sendo assim, Moreira (2000) afirma que a paisagem paraibana é um resultado do desenvolvimento desigual, cuja marca é a convivência com uma pobreza muito grande, vivida pela maioria da população em detrimento de uma minoria dominante, vivendo na abundância e com excelentes condições de vida.

Área – em hectares	Total de imóveis	Total – em Hectares	Media	
			absoluto	Relativo(%)
Até 5 ha	55	123,40 há	2,2 ha	0,2
5,1 – 10 ha	73	596,40 há		1,1
10,1 – 50 ha	278	7337,92 há		
50,1 – 100 ha	91	6576,10 há		
100,1 – 200 ha	68	9281,22 há		
200,1 – 500 ha	44	13458,30 há		
500,1 – 1000 ha	11	7099,80 há		
1000,1 – 1500 há	-	-		
1500,1 – 2000 há	03	5251,80 há		
2000,1 – 2500 há	-	-		
2500,1 – 3000 há	-	-		
3000,1 – 3500 há	01	3050,00 há		
Total	624	52774,94 há	84,6 ha	57%

Tabela 8 – Estrutura fundiária do município de Soledade – PB, Fonte: INCRA, 2009.

A principal fonte de renda do município, esta concentrada nas atividades como: empregos públicos municipais, algumas aposentadorias. Parte da população sobrevive também da pequena produção agropecuária, que está diretamente ligada para o cultivo de milho, feijão, mandioca, coco verde e batata doce. Outros vivem da prática da pecuária, especificamente da criação de bovinos, caprinos e ovinos.

Já outra parte da população vive da renda do comercio local, tendo em vista que o município ocupa uma posição geográfica bastante privilegiada, por esta localizada na BR – 230, considerada ponto de ligação da capital ao sertão do Estado.

Prevalece nesta área uma vegetação de Caatinga, formada predominantemente por plantas xerófilas. Esse tipo de vegetação normalmente adapta-se ao clima local, por adquirir mecanismos, com a retenção de água, para a sua sobrevivência em períodos de longa estiagem. In loco, encontram-se algumas espécies como: algaroba (*Prosopis juliflora*) Umbuzeiro (*Spondias Tuberosa Arruda*), Imburana de Cheiro ou Cumaru (*Amburana Cearensis Smith*), Mandacaru (*Cereus*

Jamacaru, DC.), *Macambira* (*Bromélia Laciniosa* Mart.), *Facheiro* (*Pilosocereus Piauiensis*), *Marmeleiro* (*Cróton Sonderianus* M. Arg), *Jurema* (*Mimosa* SP.), *Jurema Preta* (*Mimosa Verrucosa*), *Palmatórias* (*Opuntiae* Spp.), *Caroá* (*Neoglasiovia Variegata* Mez), *Coroa de Frade* (*Melocactus Bahiensis*), *Jucá* (*Caesalpinia ferrea* Mart.), *Aroeira* (*Astromium Urundeura* Engl),. (Ver figuras 5 e 6).



Figura 6: **Vegetação típica da caatinga**, Lajedo de Timbauba, Fonte: Rute Vieira, Data: Maio de 2010.



Figura 7: **Vegetação típica da caatinga, Barriguda (*Cavanillesia Arbórea*) popularmente chamada, acumula água no seu próprio tronco**, Lajedo de Timbauba, Fonte: Rute Vieira, Data: Maio de 2010.

Conforme Pinto (1977), a região em que hoje se encontra o município de Soledade era habitada pela tribo dos índios Cariris, pertencente à nação dos Índios Cariris que residiam próximo de Soledade precisamente na Serra Pelada.

Nas áreas adjacentes do município, encontravam-se também outros grupos étnicos como os Tapuias. Este grupo vivia no Riacho do Padre, localizado na fazenda Espírito Santo. Há relatos que na fazenda Timbaubinha, foi encontrada uma caverna que parece ter sido obra de várias gerações, hoje chamada “Serra dos Caboclos”.

A partir do século XVII, a região passou a ser alvo de disputas territoriais, já que o processo de expansão colonial estava se intensificando, sendo assim, a região passou a ser palco de disputas entre “brancos” (Portugueses) e Índios Cariris,

que representavam obstáculos difíceis para o adentramento do colonizador às terras.

No território paraibano, os Cariris eram distribuídos em quatro grupos, sendo eles os: Paiacu, Sucuru, Ariú, Tapuias e Icó. Esta nação, inicialmente ocupou a faixa litorânea, e em virtude de disputas étnicas, migraram em direção ao interior, ocupando assim, toda a faixa oeste do Estado.

O impulso decisivo para a ocupação colonizadora do interior deu-se a partir da dizimação desses grupos, principalmente às margens dos grandes rios e seus afluentes. Os que conseguiram sobreviver, foram utilizados nas fazendas de criação bovina, sendo naquela época, a principal atividade do município. Posteriormente, trabalharam na abertura de estradas, dentre outras atividades.

A vila de Soledade, de início chamado de “Malhada das Areias Brancas” (alguns teimavam em chamar “Malhada Vermelha”) o qual fazia parte de uma fazenda de propriedade do português João Gouveia de Sousa compreendida parte de terras do Riacho do Padre, que começa no Olho d'água do tapuia, estendendo-se até a Barra das Vacas. Os netos do primeiro proprietário, José Alves de Miranda e João de Gouveia de Sousa doaram parte para construção de uma capela, mas, de início foi construído um cemitério pelo Padre Ibiapina para imunização de cólera que assolou o lugarejo em 1874. No mesmo local logo após do cemitério foi edificada a capelinha, que depois tomou todo o espaço do cemitério (Enciclopédia do Município).

A origem do povoamento da cidade de Soledade se deu no século XVII. No entanto, só no ano de 1885, no dia 24 de setembro por Lei Provincial nº791, foi criado o município de Soledade, cujo território foi desmembrado dando origem aos seguintes municípios: Seridó (1962), Olivedos (1962) e Juazeirinho (1957).

Segundo Pinto (1977), em seu livro *“Datas e Notas para a História da Paraíba”*, sobre o registro do atual nome Soledade:

No corrente ano o Padre Ibiapina na sua missão apostólica pelo interior da província, benze um terreno e funda cemitério para enterrar os coléricos, ao qual, deu o nome de Soledade. Mais tarde, levanta o mesmo sacerdote uma capela anexa, sob a invocação de Santa Anna, começando então a construírem-se casas no lugar onde no decorrer dos anos essa localidade tornou-se a Vila de Soledade

Portanto o primeiro nome que foi dado ao Município foi sugerido pelo missionário Padre Ibiapina, denominado por Solidão, mas posteriormente chegou-se a um acordo pela denominação de Soledade. A atual denominação Soledade, data de 03 de outubro de 1879 a partir da Lei estadual de nº682.

As terras de Soledade eram utilizadas para as travessias dos viajantes que sempre se orientavam pelo rio Piancó e do rio Piranhas, os colonizadores alcançavam os contrafortes do planalto da Borborema a cavalo, atravessando-os em direção ao rio Espinharas.

Enfim “as últimas décadas do século XVII e as primeiras do XVIII ficaram marcadas com as penetrações interioranas, a instalação de fazendas e o conseqüente domínio sobre os indígenas, passos iniciais das futuras vilas e cidades” (JUCA, 1984, p.17).

Contribuíram para o crescimento do município, a construção de açudes; as grandes fazendas de criação; o surgimento do comércio e a edificação de uma capela. Estes moradores freqüentavam o lugar geralmente em dia de feira quando se dirigiam todos à cidade, com intuito de vender seus produtos e visitar a capela. Sobre as práticas que envolviam os feirantes nos dias de feira afirma Joffily (1977):

De madrugada, já estavam no pátio das feiras desamarrando as cangalhas, enquanto os meninos dormiam sobre os sacos e as mulheres iam rezar nas capelas, surgindo as conversas e espalhando-se as notícias, divulgadas pelos mercadores de farinha ou rapadura, que dispunham de tropas aparelhadas para correr várias feiras (JOFFILY, 1977, p. 378).



Figura 8 - **Igreja Matriz Nossa Senhora De Santa Ana.** Fonte: <http://umaseoutras.com.br/>, data de acesso: dezembro de 2009

A primeira família a chegar a Soledade, ressalta Joffily (1977), foi a dos Gouveia e Miranda, que detinha muitas terras em Portugal e que posteriormente, em virtude das doações de terras das sesmarias, ocuparam os atuais Estados de Sergipe, Alagoas, Pernambuco e Paraíba.

A partir de então, formaram-se progressivamente povoados principalmente nos pontos mais estratégicos, ou seja, às margens dos rios e pelas estradas onde passavam os mercadores de gado.

Soledade estava inserida nesse ciclo de vias, sendo passagem única - a Estrada Real - e principal dos mercadores do litoral ao sertão e vice versa. Como o trajeto da viagem era muito cansativo, paravam sempre em Soledade para se abastecer, dormir e bem cedo seguir viagem, pratica ainda vivenciada nos dias de hoje, como assim se refere Juca (1984):

Como ponto de ligação à capital paraibana e às localidades mais distantes do sertão, a Segunda via que atingia Patos permaneceu sendo a principal durante muito tempo, [...] onde o comércio tornou-se intenso, sobretudo de Quinta-feira a Sábado, dias reservados às grandes feiras de gado e de outros produtos regionais. (JUCA, 1984, p.26).

Considerando o processo histórico de ocupação do território de Soledade, bem como suas características ambientais, destacamos que a convivência das populações nas regiões semi-áridas, tem como meta a busca de estratégias de convivência com a seca. Desse modo é de extrema importância ressaltar o papel que as mulheres exercem nas comunidades semi-áridas.



Figura 9 – **Via de acesso principal ao município.** Fonte: Rute Vieira, Agosto 2010



Figura 10 – **Praça do município.** Fonte: Rute Vieira, agosto de 2010

Nesse sentido a comunidade Lajedo de Timbauba, inserida nos territórios denominados de semi-árido, se constitui em um exemplo de convivência com a seca. Esta comunidade está localizada na área territorial de Soledade, distando 13 km do município, o acesso se dá pela BR-230, quilometro 14 precisamente as margens da rodovia.

Nesse sentido, algumas estratégias de convivência com a seca, já estão em prática, como a inserção de tecnologias sociais dos camponeses como a introdução de cisternas de placas, poços amazonas, bem como, bancos de sementes que de certa forma caminha para segurança alimentar, dentre as demais tomadas de decisões que de uma forma ou de outra abre espaços para convivência e permanência no semi-árido..

Portanto nos próximos dois capítulos será dado um enfoque no que se refere à questão de gênero e do território como elementos chave para a compreensão desses processos. Destacaremos a seguir, os movimentos sociais de uma forma geral envolve a atuação da mulher nas tomadas de decisões dentro da Comunidade de Lajedo de Timbauba. Partimos de uma questão fundamental que é o papel da mulher dentro da comunidade.

CAPÍTULO 2 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA DAS CATEGORIAS GÊNERO E TERRITÓRIO

Para iniciar o debate, sentiu-se a necessidade de compreender o significado do território como categoria de análise da Geografia, bem como compreendê-lo a partir da discussão de Gênero como referencial que vai nortear nosso trabalho.

Partindo desse pressuposto, alguns autores das ciências sociais, foram fundamentais para a realização de tal discussão, como Haesbaert (2002) e (2004), Ratzel (1990), Souza (2003), Suertegaray (2001) e Raffestin (1993) ao analisarem o território como elemento de compreensão das relações de poder. Utilizamos alguns autores que tratam sobre as relações de gênero, onde será o foco da minha pesquisa tais como: Gonçalves (2005), Scott (1995), Magalhães e Oliveira (2006), Tedeschi (2008), Rabay (2000), Esmeralda (1998), dentre outros. Na seqüência, utilizamos autores da geografia que tratam do tema de gênero, sendo eles, Garcia (2004), Torres (2007) e Dantas(2007), além dos citados anteriormente.

2.1 – Categoria Território : debates e possibilidades de análise

Propiciar uma discussão acerca de algumas categorias de análise da Geografia significa penetrar em um campo conceitual delicado, pois temos no nosso universo de conhecimento, questões que emanam olhares diferenciados de reflexão, seja na contemplação da própria origem filosófica das categorias, seja do próprio objeto de análise da geografia.

Segundo o dicionário de Filosofia (1973), as categorias se formaram a partir do desenvolvimento histórico do conhecimento e da prática social, são conjuntos de formas universais que não se constituem em um sistema fechado e imutável, sendo enriquecidas de acordo com o desenvolvimento da sociedade, logo, do pensamento. Desse modo, as categorias de análise devem ser móveis, flexíveis e se transformam de acordo com o desenvolvimento da sociedade.

A categoria geográfica Território tem sua raiz na Geografia Clássica, permanecendo muito tempo ligada à idéia de território nacional. O território tinha uma vinculação apenas com a conquista e anexação de terras, o que só vem corroborar a relação de poder presente no espaço.

Como assinalam Andrade (2006) e Haesbaert (2002), durante o processo de evolução do pensamento geográfico, as categorias de análise apresentaram diversas formulações, pois se configuraram enquanto partícipes do processo de transformação da Geografia. Essas mudanças dadas durante um período histórico, bem como as suas formas de organização, acabam invalidando alguns conceitos herdados do passado, como também, renovam as categorias de análise, como por exemplo, as categorias região, lugar, paisagem, território, que passam atualmente por ampla rediscussão teórica e conceitual.

Sendo flexíveis e enriquecidas ao longo da história da ciência, as categorias de análise da Geografia, comportam diferentes concepções ao longo das escolas do pensamento geográfico.

De acordo com Suertegaray (2001), as categorias ou conceitos operacionais da geografia, são utilizadas para dimensionar as formas de compreensão do espaço geográfico. Ao afirmar que o espaço é a categoria chave para o entendimento da Geografia, a autora afirma que ele é uno e múltiplo porque ele contém e está contido em outras categorias, por exemplo: o espaço, contém ou pode ser lido a partir da categoria território, que contém e está contido no lugar, na paisagem, e assim por diante.

Com a função de operacionalizar o conhecimento geográfico, as categoriais geográficas são:

conceitos mais operacionais, pois visualizo neles uma perspectiva balizadora da Geografia sob diferentes óticas do espaço geográfico, ou seja, cada conceito expressa uma possibilidade de leitura de espaço geográfico delineando, portanto, um caminho metodológico (SUETERGARAY, 2001, p. 4).

De acordo com Suetergaray (2001), cada categoria expressa uma possibilidade de leitura do espaço, escolheu-se trabalhar a partir de concepção que privilegia o político como um elemento de apropriação e dominação, ou seja, o território como uma categoria que aglutina um elemento chave para o entendimento das relações de gênero e água, que é o poder.

A categoria geográfica Território tem sua raiz na Geografia Clássica, permanecendo muito tempo ligada à idéia de território nacional. O território tinha

uma vinculação apenas com a conquista e anexação de terras, o que só vem corroborar a relação de poder presente no espaço.

A definição de território nos dicionários (1973), (1973^a), significa uma região ou terreno tomado por um país, cidade ou vila. Pode ser ainda, uma região sob jurisdição de uma autoridade. Contudo, na ciência geográfica esse debate permeia vários caminhos. Segundo o Instituto de Geografia e Estatística (IBGE), território se constitui de área considerada de terra; porção de um país, cidade, província ou uma porção territorial subordinada à União.

Segundo Haesbaert (2004), o termo território nasce de uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de *terra-territorium* quanto de *terreo-territor* (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo – especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no “territorium” são impedidos de entrar. Nas palavras de Sposito (2004, p.112-113),

[...] compreende recursos minerais, que podem ser classificados por sua quantidade ou sua qualidade, é suporte da infra-estrutura de um país, é por sua superfície que os indivíduos de uma nação se deslocam. Ele tem sua verticalidade [...]. Ele vai além da superfície com terra, estendendo-se ao mar, quando este é compreendido nas águas territoriais de um país [...] enfim, o território [...] pode ser compreendido [...] pelas diferentes maneiras que a sociedade se utiliza para se apropriar e transformar a natureza.

Em todas essas definições citadas anteriormente, o significado do território se reduz a um sentido de extensão territorial, ou seja, considera-se a base político-administrativa do conceito, a uma unidade territorial municipal, estadual ou federal.

Souza (2003), ao discutir esse conceito a partir de uma outra concepção, diz que os territórios são relações sociais, projetadas no espaço (concreto) que configuram substratos materiais da territorialidade, que podem ter o caráter permanente ou periódico. Segundo o autor, a territorialidade no singular seriam as relações de poder, delimitadas em um substrato referencial (espaço). Já as territorialidades abarcam propriedades dinâmicas, através da interação da sociedade pelo espaço.

Segundo Raffestin (1993), o território se estabelece no espaço a partir de uma produção social, através de relação ou relações que, por conseguinte, geram

“campos de poder ou campos de força”, podendo desenvolver-se a partir das relações sociais através da política, da religião, etnia, economia, gênero, dentre outros.

A visão ratzeliana considera o território como espaço concreto apropriado por um grupo social ou por um Estado-Nação que o rege por meio de leis, e onde todos serão unidos por laços comuns, tais como a linguagem, os hábitos culturais, a sua formação social. Santos (1996, p. 189 -190) afirma ser:

O Estado-Nação [...] essencialmente formado de três elementos: 1) o território; 2) um povo; 3) a soberania. A utilização do território pelo povo cria o espaço. As relações entre o povo e seu espaço e as relações entre os diversos territórios nacionais são reguladas pela função da soberania.

De acordo com Ratzel (1990), a categoria território trata o poder do Estado, parti do conceito que há uma aproximação forte entre o Estado e o solo, como também da sociedade e o território. Portanto para o autor, só existe território quando há união entre a “população” e o solo, pois:

É fácil convencer-se de que do mesmo modo como não se pode considerar mesmo o Estado mais simples sem seu território, assim também a sociedade mais simples só pode ser concebida junto com o território que lhe pertence. O fato de esses dois organismos estarem ligados ao seu solo é a consequência natural da ligação evidente que une a criatura humana a terra (RATZEL, 1990, p. 73).

Como espaços constituídos de relações sociais, o território é uma categoria fundamental nesse debate, visto que as relações de poder analisadas a partir dessa categoria incorpora uma amplitude de afinidades com a categoria gênero, que também expressa uma relação de poder instituída, a partir do momento em que se presencia uma relação desigual entre mulheres e homens.

2.2 – Definições da Categoria Gênero.

Mas afinal o que se entende por gênero? Como surgiu e em que momento histórico? Que perspectiva nos traz para os estudos relacionados à mulher?

De acordo com Scott (1995), em seu artigo intitulado como *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*, o termo gênero foi proposto no sentido de se transformar os rumos da história das mulheres, onde haveria a possibilidade de transformar os paradigmas da História. Portanto, essa mudança resultaria no surgimento de uma nova história das mulheres. Vale ressaltar que na construção dessa nova história é de fundamental importância a conexão do **gênero** com a **classe** e a **etnia**

O interesse por essas categorias assinala não apenas o compromisso dos historiadores com uma história que inclua a fala dos oprimidos, mas também que esses pesquisadores consideram que as desigualdades de poder se organizam, no mínimo, conforme esses três eixos (Scott, 1995, p. 18).

Conforme Scott (1995), o uso do gênero enquanto categoria de análise tenta estabelecer compreensões teóricas que emergem as práticas políticas, e ao mesmo tempo, marcam o percurso de alguns movimentos sociais, como exemplo os movimentos feministas, trazendo para cena política um amplo questionamento e debates:

O gênero se torna uma maneira de indicar as construções sociais: a criação inteiramente social das idéias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre o corpo sexuado (Scott, 1995, p.05).

Portanto Scott (1995), afirma que o gênero é empregado para designar as relações sociais entre os sexos. Desse modo, o gênero pode ser considerado como uma forma de indicar construções sociais, como também a criação social de idéias sobre papéis adequados aos homens e às mulheres.

Outro aspecto salientado por Scott (1995), é que o termo gênero está atrelado a um conjunto de relações de poder, entre o masculino e o feminino. Portanto, cabe

salientar que o termo gênero é uma construção social flexível de relações que podem ser mudadas. No entanto, segundo essa autora, infelizmente as relações opressivas ocorrem frequentemente com as mulheres.

Assim a autora afirma que

A definição segue duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre diferenças percebidas entre dois sexos e um primeiro modo de dar significado às relações de poder (Scott, 1995, p.05)

Desse modo, a autora descreve todos os parâmetros do que seria estas mudanças na organização das relações sociais que sempre esta atrelada as relações de poder. No entanto, essas mudanças não seguem uma mesma direção. O autor destaca quatro aspectos importantes dentro as relações de gênero que são:

Primeiro, os símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações múltiplas (freqüentemente contraditórias) – Eva e Maria, com símbolo da mulher [...], Segundo, os conceitos normativos que colocam em evidencia interpretações do sentido dos símbolos que tentam limitar e conter as suas possibilidades metafóricas[...], Terceiro , o objetivo da nova pesquisa histórica é destruir a noção de fixidade, descobrir a natureza do debate ou da repressão que leva à aparência de ma permanencia a-temporal da representação binária dos gêneros[...], Quarto, os (as) historiadores (as) devem , preferivelmente examinar as maneiras como as identidades de gênero são realmente construídas. (Scott, 1995, p.15 e 16)

Nesse sentido, a utilização da categoria gênero tem contribuído para um melhor entendimento da opressão da mulher e do conjunto das relações sociais. Esses elementos expostos anteriormente, na medida em que se mostram de forma mais evidente como a opressão da mulher, logo nos remete para a idéia de que as relações opressoras sexo/gênero, são verificadas nitidamente, pois além da exploração entre classes sociais, há também uma divisão sexual que logo é definida como desigual.

Essa análise nos permite a compreensão de como essas duas categorias se relacionam e se influenciam, e de que forma se da o vínculo de produção e a base material da sociedade. Enfim, como se processam essas transformações sociais no sentido de superação. Desse modo, a categoria gênero se apresenta como mais um

elemento constitutivo das relações sociais e como forma básica de representar relações de poder.

De acordo com Oliveira (1996) a palavra gênero passou a ser discutida nas literaturas feministas, onde seu enfoque principal referenciava a organização social da relação entre os sexos. A temática “gênero” foi desenvolvido originalmente pelas feministas, que rejeitaram o determinismo biológico, implícito no uso de sexo ou diferença sexual, que levou ao uso termo “gênero”. Conforme assinala a autora:

Tal conceito se constrói como rejeição ao determinismo biológico implícito no uso dos termos “sexo” ou “diferença sexual”, utilizados anteriormente, como introduz uma reciprocidade na compreensão das relações entre homens e mulheres, tornando impossível um estudo separado da problemática. (Oliveira 1996, p. 15)

Segundo Araújo (2002), o conceito de gênero começou a ser difundido na academia anglo-saxônica, tais estudos eram conduzidos pelos movimentos sociais existentes nos anos de 1960 e 1970, que objetivaram denunciar as opressões sofridas pelas mulheres.

Para Zwarteveen (2006), a palavra gênero se constitui em uma dimensão decisiva da igualdade e da desigualdade. O termo igualdade está atrelado às medidas necessárias, voltadas para combater as conseqüências diretas e indiretas de discriminação sofrida por parte e homens e mulheres, sendo essas últimas bem mais afetadas. Nosso objetivo nessa medida vai além do aumento da participação de mulheres: significa trazer as experiências relacionadas à gestão e ao uso da água, como também nas respectivas ações planejadas, legislativas, políticas e de programas. Já o termo desigualdade trata-se de uma relação alimentada de opressão e exploração no conjunto da sociedade.

Gonçalves (2006), afirma que a díade “natureza e relações sociais” são vistas de forma subjacente em meio a tensões, conflitos e lutas. As relações de gênero, por exemplo, foram sendo construídas a partir de visões muitas vezes distorcidas, que colocavam a mulher numa posição de inferioridade ao homem. Esse debate gerou um conceito determinante que desloca e inferioriza a mulher. Propunham-se que a natureza feminina fosse associada a grupos sociais oprimidos e explorados tornando a estas condições:

Assim Carlos Walter Porto Gonçalves salienta esses estereótipos:

“1- As mulheres, por *natureza*, são frágeis e emotivas e, assim devem ser mantidas em lugares protegidos, como o lar. 2- Os povos indígenas são selvagens, sendo da selva, *da natureza*, também são passíveis de dominação e de discriminação. 3 - Os negros são, *por natureza*, inferiores, portanto, incapazes de pensar racionalmente. [...]; 4 – Os operários *por natureza* são incapazes de planejar [...]; 5 – Os homossexuais, porque transgride a *lei da natureza*; 6 – Os velhos *pela natureza* da idade; como também os adolescentes *pela natureza* da idade são rebeldes e as crianças que *pela natureza* da idade são irresponsáveis [...] (2006, p. 125)”.

Quando se atribui à mulher obrigações domésticas, tanto no cuidado da família, como na responsabilidade de assumir uma dupla jornada de trabalho, o autor insere o debate acerca da naturalização dessas atividades e da suposta “inferioridade” atrelado ao debate.

Ao relacionar e criticar o debate sobre a fragilidade da mulher e sua relação com a água, Dantas (2007) assim se refere:

Afinal, se não se cogita fragilidade quando se atribui a mulher o cuidado com a família e a difícil e custosa travessia da busca pela água no transporte braçal de diversas latas d’água -, por que é tão conveniente que elas sejam frágeis no momento em que sua tarefa passa a ser uma função pública, remunerada e de valor reconhecido em toda a comunidade? (DANTAS, 2007, p. 31).

Desse modo, Gonçalves (2006) considera que a sociedade moderna é composta por uma hegemonia branca, européia, machista e burguesa onde todo elenco das relações sociais aparece como obra da natureza a serem explorados e oprimidos pelos homens brancos dotados de “superioridade econômica, social e intelectual”. Cabe destacar que esses grupos, tais como operários, camponeses, indígenas, negros, mulheres e homossexuais, ao longo do processo histórico têm lutado contra essa forma de discriminação e repressão sofrida, onde são reivindicados direitos como os da terra, da igualdade, da identidade e da diversidade.

Portanto, dos diversos grupos sociais enumerados por Gonçalves (2006, p. 129):

As mulheres talvez sejam as maiores responsáveis pelas mudanças culturais e comportamentos que verificam nessa segunda metade do século XX. [...] que apesar das práticas machistas, as mulheres com suas lutas têm demonstrado que diversos outros atributos e qualidades delas poderiam se desenvolver plenamente nos marcos de uma outra relação social homem-mulher, uma vez que não é natureza biológica da mulher que define o lugar que elas ocupam socialmente. (2006, p. 129)

Na Agenda 21⁵, por exemplo, essa busca por direitos se faz presente, a partir da intenção de fazer com que a mulher passe a participar das tomadas de decisão e debates políticos que permeiam as questões ambientais. O Capítulo 24, intitulado: AÇÃO MUNDIAL PELA MULHER, COM VISTAS A UM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E EQUITATIVO, é parte do documento totalmente dedicado as mulheres e traz vários planos, ações e convenções que permitem a integração plena e benéfica da mulher em todas as atividades relativas ao desenvolvimento. Esse documento tem como objetivo a implementação de estratégias prospectivas para o progresso da mulher. Além desse único capítulo dedicado a mulher, ela é citada em mais três capítulos, a saber: Capítulo 15, Capítulo 28 e Capítulo 30.

As atividades alencadas são:

O trabalho deve ser empreendido com mais ampla participação possível, especialmente de populações indígenas e suas comunidades, **inclusive das mulheres**. (Capítulo 15 Agenda 21, p.208)

Medidas para examinar políticas e estabelecer planos a fim de aumentar a proporção de **mulheres que participem como responsáveis pela tomada de decisões**, planejadoras, gerentes, cientistas e assessoras técnicas na formulação, no desenvolvimento e na implementação de políticas e programas para o desenvolvimento sustentável [...] Medidas para fortalecer e dar poderes a organismos, organizações não governamentais e **grupos femininos a fim de aumentar o fortalecimento institucional para o desenvolvimento sustentável** [...] Programas para apoiar e aumentar as oportunidades de emprego em condições de **igualdade e remuneração equitativa**

⁵ A Agenda 21 é uma carta programa, aprovada na conferencia mundial da Eco – 92, realizada na cidade do Rio de Janeiro – Brasil, e tem como principal ação discutir e implementar nos países, um novo padrão de desenvolvimento, que vise a sustentabilidade ambiental, economias solidárias e justiça social.

da mulher nos setores formal e informal, com sistemas e serviços de apoio econômico, político e sociais adequados que compreendam o cuidado das crianças, em particular creches e licença para os pais, e acesso igual a crédito, terra e outros recursos naturais. (Capítulo 24 Agenda 21, p.364 e 365)

Todas as autoridades locais de cada país devem ser estimuladas a implementar e movimentar programas a **assegurar a representação da mulher** e da juventude nos processos de tomada de decisões, planejamento e implementação. (Capítulo 28 Agenda 21, p.381)

As oportunidades comerciais disponíveis para a mulher estão contribuindo para o desenvolvimento profissional dela, fortalecendo seu papel econômico e transformando os sistemas sociais. (Capítulo 30 Agenda 21, p.387)

2.2.1 – Gênero e Geografia

A categoria gênero, embora seja oriunda da Sociologia, ganhou certo corpo teórico na Geografia, tais como exemplo os trabalhos de Oliveira (2007), Garcia (2004) e Silva (2000) dentre outros.

Na ciência geográfica, conforme assinala Garcia (2004), a categoria gênero passa a ser discutida na década de 1980. Os estudos iniciais privilegiaram abordagens que indicavam uma situação da mulher no trabalho abordando os aspectos de inferioridade e superioridade da mulher, precisamente na região de Quebec. Após o período denominado de novos movimentos sociais, os estudos incorporaram situações que englobam a tríade: classe, cultura e sexualidade.

Conforme afirma a autora

:

Devido a crise da pesquisa em espaços rurais, a irrupção da nova Geografia de gênero deu-se nos estudos geográficos urbanos, em vigorosa expansão. Por isto foi na cidade onde se centraram os primeiros trabalhos sobre a mobilidade diferencial por gênero, como o pioneiro estudo cartográfico de geógrafa canadense De Koninck, R (1982), sobre a distribuição de emprego feminino e masculino na região de Quebec. Nele, a autora constatou que o confinamento das mulheres aos mais baixos escalões dos setores de emprego onde eram admitidas tinha uma contrapartida espacial. (Garcia, 2004, p.27)

Nos últimos anos, o conceito de “gênero” surgiu em grande quantidade em trabalhos das diversas áreas do conhecimento. Como assinalamos anteriormente,

essa categoria passou a ter maior presença nos estudos geográficos nos anos de 1980.

De acordo com Garcia (2004), no Brasil os estudos sobre gênero tomou corpo teórico, quando ainda muito tímido se apresentava na forma bastante conservadora, principalmente dentro das Universidades Federais, que aos poucos foram formando pequenos núcleos de estudos e pesquisas.

No caso da Paraíba, por exemplo, podemos relatar sua presença nas ciências sociais, porém ainda não podemos perceber essa abordagem na geografia. Conforme Garcia (2004), os primeiros trabalhos científicos sobre gênero na geografia no Brasil começaram a surgir no final do século passado precisamente na Universidade de São Paulo, como exemplo, o trabalho da professora Rosa Ester Rossini intitulado: “A Mulher como Força de trabalho”.

Logo depois começaram a surgir novos trabalhos nas diversas áreas do campo geográfico como, por exemplo, na área de Geografia Urbana foi produzida a tese de Sônia Calio que tem por título “Relações de Gênero na cidade”. Vale salientar que há grupos de estudos na geografia que já discutem e desenvolvem pesquisas sobre gênero como, por exemplo, o “Centro de Estudo de Geografia do Trabalho (CEGeT), que tem sua sede na Universidade Estadual Paulista de Presidente Prudente.

A partir desses núcleos de pesquisas presentes no país, foram surgindo produções relacionadas ao tema gênero na geografia. Outro trabalho que destacamos é a tese da professora Maria Franco Garcia intitulada “A Luta pela Terra Sob o Enfoque de Gênero: os lugares da diferença no pontal do Paranapanema”. Essa tese tem como objetivo discutir as relações de gênero em dois espaços de luta utilizados pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST, que são: o acampamento e o assentamento. Ao afirmar que a discussão de gênero é quase inexistente na Geografia, sendo mais difundida nas áreas de saúde e educação, a autora busca construir uma Geografia do Gênero tomando como aporte as categorias Gênero, Trabalho e Espaço.

2.3 – O surgimento dos Movimentos Sociais

Um ponto a ser destacado se refere ao conceito de movimento social, como esses movimentos são analisados quanto a sua formação, dinâmica interna e seu projeto de sociabilidade, pois variados são os critérios utilizados pelos autores em sua caracterização, e como diferenciar um movimento social de outras ações coletivas que não necessariamente possam ser consideradas como movimentos sociais.

Gohn (2007) afirma que vários movimentos surgidos e reconfigurados no final da década de setenta e início dos anos oitenta do século XX, passaram a ser denominados de “novos” movimentos sociais.

Compreendem-se como “novos movimentos sócias: **os movimentos das mulheres**, ecológicos, contra a fome e outros, sinalizando em princípio um distanciamento do caráter classista que se configurava nos movimentos sindicais, operários em torno do mundo do trabalho, o que não significa que em determinados momentos históricos possam assumir uma contraposição com o sistema econômica e social vigente. Entretanto, assevera GOHN (2007) que os novos movimentos sociais se contrapõem aos “velhos” e historicamente tradicionais movimentos sociais em suas práticas e objetivos.

Para GOHN (2007, p. 44), movimentos sociais

são ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de: conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo.

Os “novos” movimentos sociais desenvolvem ações particularizadas relacionadas às dimensões da identidade humana, deslocada das condições socioeconômicas predominantes, de modo que suas práticas não se aproximam de um projeto de sociabilidade diferenciada das relações sociais capitalistas, ou seja, não se voltariam para a transformação das atuais formas de dominação

política e econômica, no sentido da construção de sociedade baseada na organização coletiva e no desenvolvimento das potencialidades humanas na direção não-capitalista.

De acordo com Gonçalves (2005), quando discute sobre esses “novos” movimentos sociais, afirma que:

Com estes novos movimentos sociais não mais se trataria de luta pela direção dos meios de produção e sim pelas finalidades das orientações culturais da sociedade. [...] os novos movimentos sociais contêm esta dimensão ampla do proletariado ligado à urbanização precária onde, mesmo não se inserindo formalmente na esfera produtiva era preciso sobreviver. Nessa luta pela sobrevivência a **participação das mulheres** é apresentada como a novidade por excelência nos novos movimentos sociais. (p.88, 91)

Assim nos anos de 1990, surgiram diversas formas de organização popular como os Fóruns Nacionais de Luta pela Moradia, o Fórum Nacional de Participação Popular e a Central dos Movimentos Populares. Os movimentos de gênero tiveram grande repercussão dentro dos movimentos sociais desde os anos de 1970 como apontados acima.

De acordo com Scott (1995), a década de 1970 ficou conhecida como Década da Mulher. A partir desse momento, as mulheres começam a se fazer presente nos sindicatos, como forma de inserção e de construção de espaço e poder. Esses por sua vez se espalharam pelos principais centros urbanos. Nesse mesmo período, uma das mais marcantes transformações sociais foi a presença da mulher no mercado de trabalho, o que refletiu na sua luta de forma mais ampla. Embora saibamos que a mulher sempre esteve inserida nesse modelo de produção, como mão de obra barata e assalariada, mas a luta pelos direitos das mulheres vai ganhar destaque neste período mencionado.

No Brasil, precisamente em São Paulo na década de 1970, as mulheres atuavam dentro dos movimentos sociais urbanos – o “Movimento do Custo de Vida”, que depois foi nomeado como “Movimento Contra a Carestia”, que tinha o objetivo de unir as mulheres contra a carestia e reclamar do alto custo de vida, com reivindicações em busca de melhores salários para elas e seus maridos e por construção de creches.

As leituras apontam que os movimentos feministas são heterogêneos e que não há linearidade, eles apresentam diferentes matizes conforme o país, a região, a classe e a etnia dos sujeitos sociais, que se configuram em diferentes territórios, a partir de relações conflituosas e de poder não só em relação às formas heterogêneas dos movimentos, mas, sobretudo, se relacionado à opressão e a tentativa de inserção igualitária das mulheres, que lutam pelos seus direitos e necessidades básicas.

2.3.1 Movimento de mulheres na Paraíba.

Em 1920, durante a Campanha da Aliança Liberal, acontecia na Paraíba uma mobilização feminina pelo direito ao sufrágio, o Juiz da Comarca de Santa Rita, Dr. Octávio Celso Novaes, deferiu o requerimento de alistamento eleitoral da professora e poetisa, Isabel Iracema Feijó da Silveira, umas das fundadoras do Comitê Feminino da Aliança Liberal na Paraíba, e da Associação Parahybana para Progresso Feminino.

Essa Associação ganhou espaço nos principais jornais da Época ocorrida na década de 1920, como A UNIÃO e A IMPRENSA, através desse jornal divulgaram uma campanha em prol da construção de uma Casa Correccional para as Mulheres Infratoras – o Bom Pastor como também arrecadaram fundos e doações às vítimas da seca.

Na cidade de Campina Grande as mulheres fundaram o Comitê Pró- Aliança, exigindo o voto secreto e a emancipação da mulher pela cultura e pelo trabalho.

De acordo com Magalhães e Oliveira (2006), os movimentos feministas na Paraíba tiveram e suas primeiras manifestações a partir da década de 1920, esse marco inicial foi emblemático e influenciado pelo movimento cultural da “*Semana da Arte Moderna*” em 1922 em São Paulo, este evento ocasionou diversas mudança de comportamento entre os homens e nas mulheres, a autora relata que neste momento de grandes influências ocasionadas pela “*Semana da Arte Moderna de 22*”, fez encorajou algumas mulheres que chegaram ao ponto de fazerem manifestos públicos. Dentro deste contexto, a autora cita como exemplo, a jornalista e professora Anayde Beiriz, que em um dos atos públicos, se posicionou em defesa da participação política das mulheres afirmando com suas palavras a seguinte frase:

...."elevamos a mulher ao eleitorado; é mais discreta que o homem, mais zelosa, mais desinteressada, em vez de a conservamos nesta injusta minoridade, convidemo-la a colaborar com o homem, na oficina da política. Que perigo vir daí?" (Menecucci & Godoy, 1990, p. 69 apud Magalhães e Oliveira, 2006.

Em 1935, o governo Argerimo de Figueiredo iniciou uma forte perseguição aos sindicalistas da Paraíba, dentro os inúmeros presos se encontrava Ismalia da Silva, operária e acusada de ser comunista.

No final da década de 1930 e parte dos anos quarenta, o movimento feminista parece ganhar espaços dentro do cotidiano feminino, onde as mulheres de classe média começaram a participar de reuniões lideradas pela igreja Católica.

Em 1933, foi lançada na Paraíba a luta pela cidadania políticas das mulheres. Anos depois precisamente na década de 1950, surge um dos maiores movimentos sociais da época, que foi as Ligas Camponesas constituído praticamente de trabalhadoras e trabalhadores rurais.

A partir desse momento, o movimento criou diversas lideranças, e uma das mais importantes lideranças foi Elizabete Teixeira, que nos conflitos ocorridos nesse período teve seu marido João Pedro Teixeira assassinado. Depois desse episódio Elizabete Teixeira passa a ser uma das principais lideranças da luta pela reforma agrária, sofreu muito durante a Ditadura Militar. Atualmente, Elizabete se encontra com a idade de 84 anos, sendo um dos símbolos da resistência da mulher brasileira que apostaram sua contribuição para a nação brasileira.

Já nos anos de 1960, a Paraíba Feminina passa por uma fase de mulheres educadoras, onde as mesmas participavam da Campanha de Educação Popular – CEPLAR, muitas mulheres vieram da JUC – Juventude Universitária Católica e da FAFI.

Portanto, a partir desse momento histórico, surge o primeiro grupo de mulheres na Paraíba, por volta de 1962, com a participação das empregadas domésticas e das mulheres engajadas JOC – Juventude Operária Católica. Esse grupo foi formado com o propósito de alfabetizar as empregadas domésticas.

Durante as décadas de 1960 e 1970, as mulheres saíram as ruas para lutar pela discriminação do aborto e denunciar violência que sofriam pelos seus

companheiros. O lema da época era “*o privado e o público, nosso corpo nosso pertence*”.

Esse manifesto teve repercussão no mundo todo, levando a ONU – Organização das Nações Unidas a Instituir o ano de 1975, como o Ano de Internacional da Mulher.

Nesse mesmo ano, um grupo de intelectuais juntamente com as donas de casa e estudantes universitários abriram a Fundação do Centro da Mulher Brasileira, o Movimento Feministas pela Anistia, Jornal Brasil Mulher e Nós Mulher. Porém o movimento feminista só conquistou seus verdadeiros espaços na metade dos anos de 1980, ainda quando nosso país lutava para sair da ditadura.

Na história da Paraíba, no final da década de 1970, foi criada a primeira organização feminista denominada de Centro da Mulher de João Pessoa. Em 1980, mudou de nome passou a denominar-se Grupo Feminista Maria Mulher⁶, grupo no qual tinha um caráter mais político-partidário e começou a assumir uma identidade feminista.

Esse grupo foi de extrema importância para o movimento feminista, as integrantes na sua maioria eram universitárias, trabalhavam tanto interno como externo, suas atividades eram baseadas em grupos de reflexões e autoconsciência. O trabalho externo acontecia dentro do meio urbano e rural, desenvolvendo trabalhos sociais para as populações mais carentes. Aos poucos outros grupos surgiam como o Grupo de Mulheres de Campina Grande e o Grupo Raízes⁷.

No ano de 1990, surge em João Pessoa o Centro da Mulher 08 de Março, com uma organização não governamental, que tem por objetivo resgatar a história do movimento de mulheres na Paraíba. No primeiro momento, foi criado um acervo de pesquisa aberto a comunidade. Esse centro, procura debater junto as mulheres os problemas enfrentados pelas mesmas através de cursos, seminários, debates simposios, dentre outras manifestações.

Vale ressaltar que o Centro da Mulher 08 de Março, nasceu motivado pelo primeiro I Encontro Nacional Feminista, sediado na cidade de Fortaleza – CE, no espaço político e intelectual de Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso

⁶ O Grupo Maria Mulher foi o primeiro a ocupar as ruas, em defesa das mulheres, lutando por combate a violência contra a mulher, foi a partir desse momento que reivindicaram a criação das Delegacias Especiais de Atendimento às Mulheres (Deams), projeto que só veio se concretizar no ano de 1987.

⁷ Grupo de Mulheres de Campina Grande e o Grupo Raízes, ambos os Grupos são formados por feministas ligadas à comunidade universitária e advinhas do exílio.

da Ciência - SBPC. Suas fundadoras eram professoras universitárias, estudantes e funcionárias do Estado. Algumas dessas mulheres ainda hoje atuam como pesquisadoras sobre feminismo e responsáveis na elaboração de propostas sociais de políticas públicas voltadas para as mulheres.

O Centro era um grupo de atuação política, autônoma e sem vínculo partidário. Os objetivos desse grupo era o de reunir mulheres interessadas na luta, investigar a situação da mulher no Brasil e no Nordeste, atuar junto a grupos e categorias de mulheres, lutar juntamente com outros setores da sociedade, e manter intercâmbio com outras entidades. No entanto, este Centro denominado de “Maria Mulher”, durou pouco e teve fim na década de 1990. (Rabay, 2000).

Um dos primeiro artigos produzidos sobre as relações de gênero na Paraíba, intitulado: *“Lutar Contra a Opressão”*. Este artigo foi produzido pelas fundadoras do centro da mulher em João Pessoa, e traz relatos da criação de um núcleo de estudo fundado no ano de 1979, formado pelas professoras da Universidade Federal da Paraíba, precisamente do departamento de Ciências Sociais. Nesse ano, os temas mais discutidos pelo grupo de pesquisa eram textos relacionados ao Feminismo, Família, Violência Sexista, Condições de Trabalho, Feminismo no Distrito Industrial de João Pessoa.

Havia outro texto que o grupo escreveu, intitulado: “Mulher: Uma identidade que se procura”. A proposta inicial do grupo era publicar em uma revista todas essa abordagem que dizem respeito a mulher.

Atualmente no Estado da Paraíba, os movimentos de mulheres vêm se organizando em 53 grupos, sendo eles subdivididos em Grupos Feministas e Grupo Populares de Mulheres (ver tabelas 09 e 10). São atuações se fazem em diferentes frentes, mas no seu conjunto incorporam o mesmo objetivo, que é a igualdade e o fortalecimento da cidadania das mulheres.

Conforme as tabelas que podemos observar a seguir, é possível perceber o histórico do que são os grupos de mulheres e grupos feministas existentes na Paraíba.

Essas organizações estão espalhadas pelo estado. Neste contexto, há organizações que se auto definem como feministas, e outras que se aproximam da luta feminista. Sobre esta temática, as autoras Magalhães e Oliveira (2006) destacam a importância da criação dessas organizações ao afirmarem:

A formação política feminina tem sido uma estratégia fundamental desses grupos no processo educativo de apoio ao empoderamento das mulheres. É ela que garante as bases de sustentação da autonomia, necessária ao exercício e à ampliação dos direitos conquistados e à vivência de uma cidadania plena. Embora saibamos que essa tomada de “consciência política” é parte indissociável das mudanças das relações de gênero e da transformação social, esse é um longo processo educativo, sistemático e contínuo, que exige das educadoras feministas paciência pedagógica e reelaboração constante de saberes e experiências para que, nessa relação de troca e de aprendizagem com outras mulheres, possamos realmente contribuir para o surgimento de uma sociedade justa e democrática. (p.66)

Nesse momento cabe destacar algumas organizações que sempre atuaram na Paraíba, tais como: O centro da Mulher 8 de março, que recebe este nome por homenagear o dia “Internacional da Mulher 8 de Março”, é uma Organização Não Governamental que trabalha na perspectiva da violência contra mulher, como também cuidando da saúde da mulher e na luta por políticas públicas. O centro surgiu na década de 1990 e faz parte da Rede Nacional Feminista de Saúde/Regional –PB, do Fórum de Mulheres da Paraíba, da AMB e da Marcha Mundial de Mulheres.

Outra Organização Não Governamental que merece destaque é o Cunhã – Coletivo Feminista, o grupo foi criado por mulheres que já havia adquirido uma certa experiência em desenvolver trabalhos na área. Seu foco está fundamentado em gênero e cidadania, como carta programa, desenvolve trabalhos nas escolas públicas, na forma de debates baseados em diversos temas transversais, bem como assessorar as mulheres da área rural e da área urbana no que diz respeito ao desenvolvimento humano.

Portanto há quase duas décadas, estas ONGs atuam no Estado da Paraíba, apresentado um trabalho sério e de formação-político feminista, e que aos poucos fez surgir inúmeros grupos, que se ergueram com o apoio e a promoção das mobilizações organizadas por ambas ONGs. Dessa forma, o crescimento do Movimento de Mulheres Paraibanas a nível local, regional e nacional.

TABELA 9: GRUPO FEMINISTA NA PARAIBA

Nº	Nome do Grupo	Municípios Sede	Locais de Atuação	Data de Criação
1	Cunhã- Coletivo Feminista	João Pessoa	Local, Regional e Nacional.	1990
2	Centro da Mulher 8 de março	João Pessoa	Local, Regional e Nacional.	1990
3	Núcleo de Estudos da Mulher Sertaneja	Cajazeiras	Sertão Paraibano	1991
4	Casa da Mulher Renasce Companheiras	João Pessoa	Bairro Jardim Veneza Periferia da capital	1993
5	Grupo Flor e Flor – Estudos de Gênero da UFPB	João Pessoa	Local	1995
6	Bambidelê – Organização de Mulheres Negras	João Pessoa	Santa Rita e Alagoa Grande	1997
7	Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Ação Sobre Mulher e Relações de Sexo e Gênero (Nipam) da UFPB	João Pessoa	João Pessoa	1999
8	Maria Quitéria Grupo de Mulheres Lésbicas	João Pessoa	João Pessoa	2001
9	Coletivo Feminista de Areia	Areia	Areia	2002
10	Fórum de Mulheres da Universidade Federal da Paraíba	João Pessoa	UFPB	2003
11	Grupo de Jovens Feministas	João Pessoa	João Pessoa	2005
12	Coletivo Feminino Santo Dias	João Pessoa	Estado	1989
13	Chimalmans	João Pessoa	João Pessoa	1997

Fonte: Magalhães e Oliveira, 2006, Cunhã – Coletivo Feminista, 2001

TABELA 10 GRUPO DE MULHERES POPULARES ATUANTES NA PARAÍBA

Nº	Nome do Grupo	Municípios Sede	Locais de Atuação	Data de Criação
1	Centro Acorda Mulher	Bayeux	Bayeux	1998
2	Mulher Centro da Vida	Santa Rita	Comunidades de Santa Rita	
3	Flor Mulher	Santa Rita	Bairro de Tibirí	2000
4	Recriando a Vida	João Pessoa	Periferia da Capital	
5	Mãos Estendidas	João Pessoa	Periferia da Capital	
6	Raio de Luz	João Pessoa	Periferia da Capital	
7	Coletivo de Saúde de Mandacaru	João Pessoa	Bairro Popular	2000
8	Afya- Centro Holístico da Mulher	João Pessoa	Periferia da Capital	1999
9	Cooperativa de Artesãs de Pontina e Chã dos Pereiras	Ingá	Área Rural	1993
10	Associação de Mulheres Rendeiras de Monteiro	Monteiro	Local	
11	Cirandeiras de Caiana dos Crioulos	Alagoa Grande	Caiana dos Crioulos (Quilombo)	1986
12	Centro de Defesa à vida das mulheres do Curimataú – CDEVIMUC	Pedra Lavrada	Pedra Lavrada	1992
13	Coletivo de Mulheres, Educação, Intervenção e Ação Social	Campina Grande	Local	2003

	(Colméias)			
14	Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Brejo Paraibano	Pirpirituba	Brejo	1994
15	Comissão Estadual Sobre a Mulher Trabalhadora da CUT – CEMT	João Pessoa	Paraíba	1989
16	Grupo de Mulheres Artesãs, Artes diversas	João Pessoa	Santa Rita e João Pessoa	1987
17	Grupo de Mulheres Negras	João Pessoa	Paraíba	1998
18	Grupo da Mulher Sagrada Família	João Pessoa	Bairro de Mangabeira	1999
19	Movimento da Promoção da Mulher	João Pessoa	João Pessoa e Sapé	1969
20	Movimentos das Donas de Casa e Consumidores	João Pessoa	João Pessoa	1999
21	Mulher Centro da Vida	Santa Rita	Bairro Marcos Moura	1997
22	Rede de Mulheres Comunicadoras Comunitárias/PB	Paraíba	35 municípios Paraibanos	1999
23	Comissão dos direitos da mulher Indígena Potiguar	Baia de Traição	Reserva Indígena	1998
24	Associação de apoio à Mulher Patoense – Assamp	Patos	Patos	1989
25	Cooperativa Artesanal Mista de Catolé do Rocha	Católé do Rocha	Católé do Rocha	1969
26	Internacional Womans Club Of João Pessoa	Campina Grande e João Pessoa	Campina Grande e João Pessoa	1990
27	Mulheres de Pedra D' Água	Serra Redonda	Cariri Paraibano	1998

28	UBM – União Brasileira de Mulheres	João Pessoa	João Pessoa	2000
29	Grupo Lírio do Vale	João Pessoa	Fundac	1997
30	Associação dos Artesãos de Alagoa Nova – ASNOVA	Campina Grande	UEPB	1995
31	Associação das artesãs de Riacho Fundo – Casa da Boneca Esperança	Esperança	Esperança	1998
32	Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Campina Grande – CMDM	Campina Grande	Campina Grande	1986
33	Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de João Pessoa – CMDM	João Pessoa	Todo Estado	1996
34	Secretaria de Mulheres do diretório central dos estudantes (DCE) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	João Pessoa	UFPB	1997
35	Liberta - Centro de pesquisa, comunicação e educação para cidadania.	João Pessoa	João Pessoa	1999
36	CAMP – Centro de atendimento médico e psicológico	João Pessoa	João Pessoa	1993
37	Associação de resistência das rendeiras de Cacimbinha - Arca	João Pessoa	Paraíba	1998
38	Associação brasileira das mulheres de carreira jurídica – ABMCJ	João Pessoa	Paraíba	1987
39	Regional Paraíba – Rede Nacional feminista de saúde e direitos reprodutivos – Rede Saúde	João Pessoa	Paraíba	1992
40	Núcleo do MMT*/Brejo	Pirpirituba	Brejo Paraibano	1986

Fonte: Magalhães e Oliveira, 2006, Cunha – Coletivo Feminista, 2001

*Movimento de Mulheres Trabalhadoras

Na zona rural paraibana, dois grupos se destacaram. A partir de 1982, mulheres do Brejo Paraibano se uniram e formaram o Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Brejo. Esse grupo foi criado por Maria da Penha, sua sede fica em Alagoa Grande, o corpo integrante trabalhava junto as mulheres pequenas produtoras. Nesse mesmo ano criou-se o Movimento das Mulheres Trabalhadoras no município de Pirpirituba, esse grupo era ligado à Pastoral Rural.

2.4 A atuação da mulher nas regiões semi-áridas

O debate acerca do uso e apropriação da água aflora nessa perspectiva como um fator imprescindível para a compreensão do território que compreende a região semi-árida paraibana. As experiências das ações organizadas pelos diversos grupos mulheres têm desempenhado um papel bastante importante na relação da água nas cidades e estados brasileiros, principalmente na região do semi-árido.

De acordo com Torres (2007), na “Associação das Mulheres de Socorro”, localizada no município de Alagoinha-PE, as mulheres foram à luta e conquistaram um espaço fundamental na questão do abastecimento de água da referida comunidade, esta postura se deu através do “Projeto Água para Todos” do Governo Federal em setembro de 1996, onde as mesmas foram responsáveis pelo desenvolvimento do projeto. Nesse contexto de luta e reivindicações, o Banco Mundial divulgou um relatório onde afirmava que a “Associação das Mulheres de Socorro”, realizou um trabalho bastante eficaz no manejo da água. A participação da mulher neste programa foi muito importante, segundo o relatório do Banco Mundial (2006 *apud* TORRES, 2007).

No município de Alagoinha, em Pernambuco, a Associação de Mulheres da comunidade de Socorro liderou a iniciativa de 3.500 habitantes locais para resolver o problema do abastecimento de água. Apoiadas na utilização de um poço já existente, elas obtiveram recursos do programa de combate da pobreza rural, financiado pelo Banco Mundial, para um subprojeto no valor de R\$ 41.500,00 que consistia em um tanque de água com capacidade para armazenar 20.000 litros, um poço público e um equipamento de dessalinização com capacidade para 4.000 litros, para abastecer toda a comunidade. A água dessalinizada não necessita de tratamento e tem boa qualidade, como revelaram os testes solicitados pela Associação. (...) O sistema existente é totalmente administrado pela associação, que mantém um empregado permanente, recebendo um

salário mínimo, além de um ajudante, cuja remuneração corresponde a 20% da arrecadação mensal do sistema. A associação utiliza um método bastante inovador e seguro de cobrança da água usada pelas famílias beneficiadas: adotou um tipo específico de cartão para ativar um mecanismo eletrônico que abre a bica do poço e libera 20 litros de água por vez. Cada cartão custa R\$ 0,10. Essa iniciativa garante à associação uma renda mensal em torno de R\$ 600,00, suficiente para manter o sistema. (...) O processo funciona tão bem que a comunidade pôde recusar as contribuições do governo municipal para ajudar na manutenção do sistema.

Outras atividades continuam sendo desenvolvidas pelas mulheres em muitos estados brasileiros, como no caso do Estado do Rio Grande Norte. Segundo Dantas (2007) em junho de 2007, foram construídas 25 mil cisternas de uso doméstico e comunitário com o intuito de capacitar a água das chuvas, projeto este teve o apoio e ação da ASA – Brasil. Dessa forma as mulheres participaram de um curso para se tornarem construtoras de cisternas e durante a atuação do Projeto, depararam com diversos problemas dentro da própria comunidade. Frases como: *“Será que elas conseguem mesmo?”*, *“Coisa de mulher não pode prestar”*, *“Isso é coisa de quem quer inventar de fazer o que não é pra fazer”*; *“Se com homens é difícil, imagine com mulheres”*, foram cotidianas.

Antunes (1997 *apud* Araújo, 2002), faz uma análise da inserção da mulher no mercado de trabalho, onde em muitos países avançados, cerca de 40% da força de trabalho já é composta por mulheres. Portanto, as mulheres norte rio grandense, apesar das críticas, conquistaram seu espaço e, embora ainda seja um território de conflitos internos onde sua participação ainda é limitada, buscam construir um território igualitário. De acordo com uma militante e pedreira da comunidade, Francisca das Chagas, em entrevista concedida para a revista *Agriculturas Experiências em Agroecologia* (2007), afirma que : *“Se nós somos capazes de cozinhar, lavar, passar e ainda deitar de noite com eles, por que não podemos construir cisternas?”*.

De acordo com Dantas (2007), aos poucos, o grupo de mulheres se fortaleceu tornando-se multiplicadoras de seus direitos dentro da sociedade, erguendo mais ainda os grupos coletivos de mulheres com um único objetivo, sempre em busca de melhorias e condições de vida para a sociedade.

Na região semi-árida paraibana, os grupos de mulheres buscam uma convivência⁸ com o semi-árido, trazendo para o cotidiano a participação coletiva da mulher nas decisões dentro das comunidades, nas formações de grupos específicos, no manejo dos recursos e nas gerências de políticas públicas.

No caso da comunidade de Lajedo de Timbaúba, as experiências mudaram a vida de toda a comunidade principalmente das mulheres, pois as famílias que vivem nessa região superaram as grandes dificuldades ao buscarem estratégias de convivência com a seca.

Assim, consideramos que atualmente, estudar essa categoria gênero significa buscar compreender as diferentes frentes de reivindicação, tais como a busca pelos direitos a terra, a igualdade, a identidade e a diversidade, na tentativa de compreender o lugar social que a mulher ocupa.

⁸ A convivência com o semi-árido, tem como propósito a busca de uma autonomia das pessoas com vistas a buscar estratégias por meio de ações e políticas públicas que conduzam para uma proposição de alternativas e inovações tecnológicas para a convivência no semi-árido.

CAPÍTULO 3 – DA “LATA D’ÁGUA NA CABEÇA” A CONVIVÊNCIA COM A SECA: PROBLEMÁTICA HISTÓRICA DA COMUNIDADE LAJEDO DE TIMBAÚBA, SOLEDADE - PB.

Este trabalho de pesquisa teve início durante os anos de 2009 e 2010, onde analisamos o cotidiano de vida das mulheres de Lajedo de Timbauba. Nesse contexto, buscamos descrever a partir de nossas idas ao campo, as histórias da comunidade, com vistas a reconstituir a memória do grupo, bem como, destacamos um grupo de mulheres existente, onde destacamos as atividades desenvolvidas por elas.

Para o desenvolvimento da pesquisa trilhamos por alguns caminhos metodológicos, a saber:

- Pesquisa bibliográfica;
- Consulta de banco de dados;
- Trabalho de campo;
- Coleta de dados em órgão públicos;
- Entrevistas;
- Documentação fotográfica;
- Recursos áudio visuais;
- Elaboração de croquis, mapas, tabelas e gráficos.

3.1 – Caminho Metodológico

A importância dos estudos sobre os espaços ocupados pelas mulheres tem sido objeto de transformação histórica e vem tomando importância não só na Geografia, mas em outras ciências como a Sociologia, Ciências Sociais, História, dentre outras.

Estudamos as mulheres do Cariri Paraibano, especificamente em Lajedo de Timbaúba, no sentido do espaço relacional. Para SANTOS (1994), o espaço pode ser considerado de três modos, sendo eles: O Espaço Absoluto (analisado por si só), O Espaço Relativo (os objetos são relacionados uns com os outros) e o Espaço

Relacional, onde o autor trabalha a partir das relações entre conteúdo (sociedade) e forma (objetos geográficos).

A totalidade trabalhada por SANTOS (1994) seria o somatório do conteúdo (sociedade) e formas (objetos geográficos). uma vez que a sociedade que se utiliza e ocupa esse espaço, foi analisada por nós através de um conjunto de possibilidades interligadas e interdependentes.

Enquanto transformação ou metamorfose⁹ o espaço que as mulheres ocupam revela um dinamismo, principalmente quando observamos o processo de relações sociais que ao mesmo tempo nos mostra as transformações do ambiente que compõe o conjunto dos elementos humanos e ambientais da referida porção espacial.

Sendo a heterogeneidade, uma das características do espaço habitado, se refere a distribuição numérica da população, na própria evolução da sociedade, na diversidade qualitativa como os grupos étnicos, culturais, e igualmente os “níveis de vida” que é desigualmente distribuído.

Entendemos que o espaço geográfico é:

um sistema de realidades, ou seja, um sistema formado pelas coisas e a vida que as anima [...] ou ainda, “o espaço deve ser considerado como um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento (SANTOS, 1994, p. 25-26).

Nesse sentido desenvolvido por Santos (1994), que buscamos discutir o espaço geográfico como um uno e múltiplo, onde partimos do entendimento que a teoria e a prática são bases fundamentais para o entendimento do espaço geográfico, nesse caso, essa díade se integra e complementa os estudos da Geografia.

Evidencia-se a importância do trabalho de campo na construção do conhecimento geográfico. Para tanto, utilizamos como referencia SERPA (2006), RODRIGUES (2005) e SANTOS (1996) (1994) (1986).

Sentimos a necessidade de construir uma linha lógica a partir dos respectivos debates: 1 – A Abordagem Teórico-Metodológica do Trabalho de campo; 2 – Técnicas e Procedimentos Éticos da Pesquisa de Campo.

⁹ Ver SANTOS, M. Metamorfoses do Espaço Habitado. HUCITEC: São Paulo, 1994.

A partir dessa linha entendemos que o trabalho de campo para o geógrafo é o momento onde se consegue unir os elementos teóricos, práticos, fazer recortes espaciais, analisar e conceituar o espaço de acordo com os objetivos definidos pelo pesquisador. Nesse sentido o campo é uma ferramenta fundamental, já que sua importância se coloca enquanto uma base e produção do conhecimento geográfico.

Segundo Serpa (2006), o trabalho de campo em uma pesquisa geográfica deve considerar o espaço enquanto totalidade. Nesse sentido, atenta para o perigo existente, a separação entre a teoria e a metodologia no trabalho de campo, pois em alguns trabalhos em geografia permanece esta compartimentação do conhecimento. Por vezes são encontrados trabalhos constituídos de reflexões teóricas elaboradas, mas sem fundamentação empírica necessária à demonstração e validação dos conceitos. Ou por vezes, ocorre o oposto, encontram-se trabalhos com bons resultados advindos dos bancos de dados e técnicas, mas sem a fundamentação teórica necessária e basilar para a compreensão, reflexão e análise crítica do empírico. Em síntese o autor diz que a díade Teoria e Prática são dois lados da mesma moeda.

Utilizando o conceito de espaço para fundamentar sua discussão, Serpa (2006) argumenta que durante o trabalho de campo, o espaço deve ser considerado como uma totalidade. A partir dessa mesma lógica, Santos (1994) diz que

“como a própria sociedade que lhe dá a vida e anima, o espaço deve ser considerado como uma totalidade. Porém, assim considerar o espaço é uma regra de método cuja prática exige que se encontre, paralelamente, através da análise, a possibilidade de dividi-lo em partes” (SANTOS, 1994 p.5)

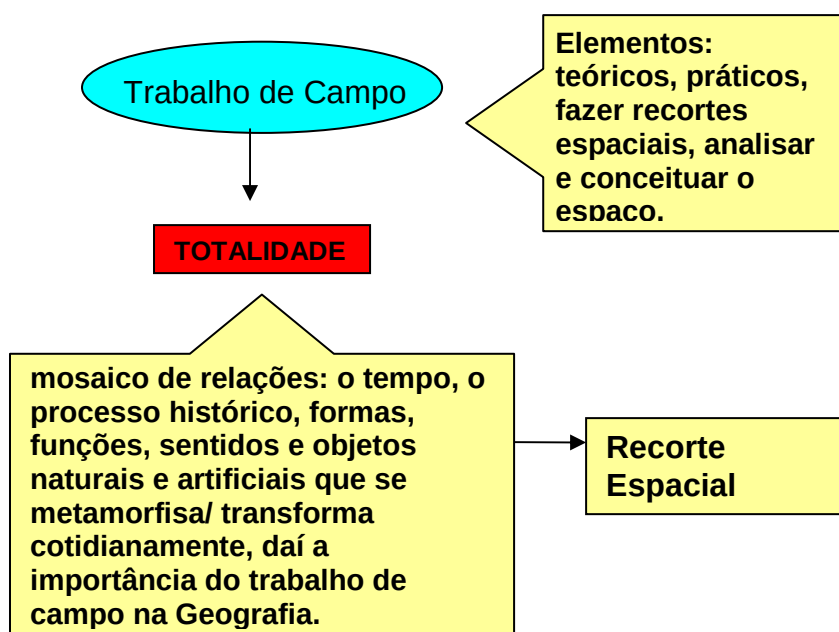
Ao pensarmos sobre o princípio da totalidade de Santos (1994), devemos considerar que é no lugar que se processa as relações sócias, nesse sentido ele reflete as dinâmicas globais, bem como é no mesmo lugar que se visualiza as particularidades e singularidades¹⁰ do mesmo.

Serpa (2006) ainda pensando sobre o espaço enquanto totalidade diz que ele é composto de um mosaico de relações que se inclui o tempo, o processo histórico, formas, funções, sentidos e objetos naturais e artificiais que se

¹⁰ Ao tratar dessas singularidades Milton Santos em seu livro *Por uma Geografia Nova*, as denomina de Rugosidades.

metamorfisa/transforma cotidianamente, daí a importância do trabalho de campo na Geografia.

Um outro fator de importância para o trabalho de campo é o recorte espacial do estudo. Para Serpa (2006), esse recorte deve contemplar e abarcar com coerência os fenômenos que se deseja estudar. Nesse caso, quando não se estipula um recorte espacial de todos os fenômenos a serem estudados, o pesquisador fará a sua análise de forma fragmentada, o que se coloca enquanto um perigo para nós Geógrafos, pois ao fragmentar nosso campo de análise, estaríamos perdendo o nosso princípio de totalidade, daí a importância da escala para o geógrafo. Ver figura Síntese Abaixo:



Esquema organizado pela autora, baseado em Santos (1992); Serpa (2006) e Rodrigues (2005).

Prosseguindo na discussão sobre o trabalho de campo, Rodrigues (2005), em seu texto *Notas para a realização do trabalho de campo em Geografia Agrária*, diz que o trabalho de campo é nosso laboratório primordial, o qual exige um trabalho anterior, que se constitui de leituras e levantamento de questões a se pesquisar. A partir desse argumento, a autora esboça alguns itens, instrumentos, materiais e técnicas de pesquisa que são:

TABELA 11
INSTRUMENTOS DE TRABALHO

ITENS	INTRUMENTOS DE PESQUISA	MATERIAL DE APOIO E DE REGISTRO DOS DADOS
Localização e Situação Geográfica	Altímetro	Caderno
Conhecimento Prévio sobre os aspectos históricos que dizem respeito à área	Bússola	Lápis
Dados socioeconômicos	Carta Topográfica	Lápis de Cor
Condições ambientais	Mapa Rodoviário	Caneta
Aspectos Culturais e políticos que dão sustentação ao município ou lugar	Fotografias Aéreas	Prancheta
	GPS	
	Filmadora	
	Maquina Fotográfica	

FONTE: RODRIGUES (2005)

A importância de se adotar alguns procedimentos éticos no decorrer do trabalho de campo, dos procedimentos são elencados a necessidade de,

“uma apresentação previa dizendo a que instituição pertence e os objetivos do trabalho de campo; solicitar permissão, em ocasião propícia, para fazer uso de máquina fotográfica e gravador; adentrar aos domicílios ou órgãos públicos somente mediante autorização; vestir-se adequadamente; ter paciência para ouvir; não interromper o entrevistado ou informante; evitar conversas paralelas e comentários sobre a cultura local que dê margem a mal entendidos” (RODRIGUES, 2005 p.2).

Considerando as reflexões expostas pelos autores, a discussão não se encerra, pois o tema é de importância fundamental na Geografia, já que é através do trabalho de campo que observamos o desenvolvimento dos trabalhos e pesquisas do Geógrafo. Nesse sentido concordamos com Rodrigues (2005 p.2) ao afirmar que “o campo é nosso laboratório primordial. É também o lugar onde renovamos nossos mais preciosos conhecimentos e onde, diante do inusitado, renovamos nossas

utopias”. Discutir a teoria e prática de forma abreviada para aprofundarmos estas questões de forma integrada durante o desenvolvimento do trabalho.

No que diz respeito a Lajedo de Timbaúba, minha presença na comunidade se deu em quatro momentos bastante proveitosos e gratificantes. Na pesquisa em loco passei a observar, fiz anotações nos cadernos, ao mesmo tempo registrava a paisagem com o auxílio de máquinas fotográficas. Cabe destacar que objetivamos utilizar a fotografia não apenas como ilustração, mas como documento e expressão da memória.

Sobre a importância da fotografia nos trabalhos científicos destaco aqui os trabalhos de Valério (2002) que discuti sobre a Feira Livre, bem como o de Santos (2007) quando discuti sobre *Frente, Verso e Reverso de um Cartão-postal: Leituras de paisagens da Praça Nossa Senhora da Boa Viagem - Recife – PE*. Ambos valorizam a importância da fotografia e afirmam que:

“a foto é peça reveladora dos agentes que contribuem para a dinâmica da feira de forma micro-espacial, é capaz de registrar os trabalhadores, as mercadorias e os consumidores.(Valério,2007, p.35)

A exceção que permite reavivar essas imagens reside no seu uso como despertar de memórias, seja avivando as lembranças de quem realizou a foto, de quem viveu um lugar, teve a oportunidade de visitá-lo, ou de algum modo testemunhou os locais fotografados. Daí a importância que a fotografia dos lugares, sobretudo as amadoras, têm para os estudos das paisagens, elas têm a característica de reativar a memória das experiências individuais e coletivas, vividas em momentos que passaram a ser mais bem compreendidos e fixados depois de observados através de uma foto pessoal mais antiga. Santos (2007, p. 51).

Portanto concordando com ambos autores citados a acima, afirmo que as fotografias são consideradas como uma ferramenta que nos dá possibilidades de refletir sobre a problemática e as características de uma pesquisa.

3.2 – História da comunidade de Lajedo de Timbaúba

A comunidade de Lajedo de Timbaúba, esta localizada Mesorregião da Borborema, e na microrregião do Cariri paraibano, o acesso a comunidade, partindo do município de Soledade, situa-se as margem da rodovia estadual 230 precisamente no km 222¹¹, rodovia esta que liga o sertão do estado a capital.

A viagem de carro dura aproximadamente quinze minutos, o veículo de transporte mais utilizado pela população são as motos. Os moradores quando precisam se deslocar para sede do Município, geralmente pegam carona com o ônibus dos estudantes principalmente em dia de feira que sempre acontece na segunda-feira. O Lajedo de Timbaúba localiza-se no semi-árido paraibano, situado no município de Soledade distando 15 km da área urbana.

Do ponto de vista histórico, esta comunidade rural carrega histórias de como se formou este espaço de socialização cultural e que está presente em diversas comunidades rurais do mundo.

De acordo com Cohen (1995), adotar esta denominação de Comunidade Rural está extremamente ligada a grupos de ligações de proximidades afetivas entre parentes, ou seja, um agrupamento humano só terá o caráter de uma comunidade se os indivíduos que o compõem tiverem suas ações guiadas por valores já incorporados e regidos pela e para a coletividade como um todo.

Portanto, a história cultural de como se fundou esta comunidade se configura em uma única história relatada por parentes herdeiros dessa propriedade de um único dono que tinha por nome de Sr. Antonio Francisco de Arruda, conhecido mais por “Vô Goiano”.

Sr. Antonio, antes de conhecer a Fazenda Lajedo de Timbauba, chegou a morar no Sítio Malhadinha próximo dos municípios de Soledade e Boa Vista. Logo depois se casou com uma jovem da região por nome Maria Severina da Conceição,

¹¹ De acordo com os relatos das entrevistas no campo foi questionado o porque da ausência de uma placa sinalizando a entrada que dá acesso a comunidade, entrada esta que fica as margens da BR – 230, onde foi diagnosticado que os moradores da comunidade de Lajedo de Timbauba justificaram que atualmente pelo fato da grande violência no campo acompanhada por roubos muitas vezes até seguidos de mortes presente nos sítios vizinhos acham melhor que a comunidade fique escondida dos ladrões que sempre passam na rodovia, muitos moradores alegam que devido o número de aposentados existentes na comunidade tem muito risco de assaltos e violências contra os moradores da comunidade.

fora este casamento Sr. Antonio ainda casou-se duas vezes e foi pai de cerca de 11 filhos.

Por volta de 1909, Sr. Antonio Goiano, conheceu a Fazenda Lajedo de Timbauba, propriedade comprada ao seu sogro, foi o lugar onde morou com a família, numa área de 300 hectares.

Assim, o povoamento da Fazenda de Lajedo de Timbauba, deu-se através da origem de uma família por nome “Goiano” que aos poucos foram crescendo e se organizando conforme o espaço conquistado por eles.

Todos casaram-se e foram conquistando sua independência. Nesse momento, o casamento tornava-se um ritual de passagem proporcionando a liberdade e autonomia para tomar posse de um pedaço de terra.

Conforme Duque e Oliveira (2004, p.14) as relações familiares e o contato afetivo com a terra, se deram da seguinte forma:

[...] era composta por muitos trabalhadores (seus 3 casamentos lhe deram 11 filhos que lhe renderam 60 netos), inclusive vários “agregados” (em geral eram parentes). Estes podiam cultivar um roçado próprio, com a condição de trabalharem alguns dias por semana no roçado do Vô. Outros desses “agregados” eram meeiros, ou seja, cultivavam roçado nas terras do Vô e dividiam a colheita com ele como forma de ressarcir o uso da terra. Os filhos, quando solteiros, trabalhavam no roçado do pai. Quando casavam e construíam as suas casas, eles ganhavam também uma área para plantar. Este roçado, que era para “o sustento”, era de tamanho variável e não devia ultrapassar 2 ou 3 ha. Se o filho quisesse botar um roçado maior, devia plantar “de meia” no terreno maior do “Vô”.

Portanto Sr. Antonio Goiano era responsável por todos os tipos de problemas e soluções. Tudo se passava aos olhos dele, pois era quem tomava as decisões e dava a palavra final. Vale salientar que com o passar do tempo essas características ainda se encontra presente no meio rural, principalmente quando relacionada a figura masculina sendo o mantedor e administrador de tudo e considerado como sendo o centro das decisões burocráticas dentro da família.

Por volta de 1979 devido o falecimento do sr. Goiano, a comunidade passou por um processo de divisão das propriedades de terras, uma área de e 300 hectares foi repartida entre os filhos herdeiros, que por conseguinte foram repassadas para seus netos, dando continuidade a história da comunidade. como é o exemplo de hoje, segundos os relatos de Sr. Inácio Tota (neto de seu “Vô Goiano):

“essa comunidade veio de herança de nosso Vô, pegou o avô da gente e ele deixou de herança estas terras, ele tinha dez filhos, sendo que era quatro mulheres e seis homens, hoje só resta um com vida, então tinha muitos netos também, uns ficaram por aqui e outros foram embora, viu que as condições de sobreviver aqui não era boa, sem chuva e sem nada pra sobreviver”. (Inácio Tota, neto de Vô Goiano, em entrevista concedida em março de 2009).

A comunidade recebeu o nome de “Lajedo de Timbauba”, pelo fato de existir uma grande quantidade de lajedos rochosos (ver figura a seguir) e também numerosas espécies de plantas sipaúba. No ano de 1984 o lugar que antes era denominado como fazenda passou a ser chamada de comunidade, com o apoio da Igreja Católica (Comunidades Eclesiásticas de Base (CEBs)), e da criação da Associação Comunitária, que aos poucos foram realizando trabalhos junto aos moradores. Trabalhos estes que tinha como objetivo levar o evangelho a todos os povos dos sítios vizinhos e criar cada vez mais comunidades.



Figuras 11 – Lajedos: característica bastante presente na comunidade, por esse motivo que hoje é denominada de Lajedo de Timbauba, Soledade-PB. Fonte: Amanda Marques, maio de 2010.



Figuras 12 e 13 – **Lajedos**. Importante significado para a comunidade, onde os moradores se aproveita do espaço rochoso para captar a águas pluviais, são os chamados Tanques de Pedra. Lajedo de Timbauba, Soledade-PB. Fonte: Amanda Marques, maio de 2010.

As características físicas presente na comunidade é logo percebida pela forte presença de grandes lajedos. As grandes matas nativas da caatinga deram lugar aos roçados espalhados pela comunidade, onde ocasionou a extinção de algumas espécies de animais presentes na comunidade. De acordo com a fala de seu Afonso (morador da comunidade)

“antigamente a gente via por aqui tamanduá, peba, o passarim canarinho, papagaio, gambá, periquito tinha muitos animais aqui, mas como a gente tem que prantar pra sobreviver tem que limpar os matos mesmos”. (seu Afonso em entrevista concedida em agosto de 2010).

Além desse processo de desmatamento, outros projetos governamentais foram implantados dentro da comunidade, como o da substituição da mata nativa pelas algarobas e o de gerenciamento de renda para os moradores.

O grande problema da comunidade era a escassez de recursos hídricos, onde não havia açudes construídos e a comunidade contava apenas com um tanque de pedra que servia para todos os moradores da comunidade.

De acordo com os relatos dos moradores, os animais sobreviviam com água dos municípios vizinhos, situações desse tipo ocorria sempre em anos de seca, houve também a implementação de um projeto governamental a ação das Frentes de Emergência¹² para colocar água no Tanque comunitário.

Como terra de heranças, as famílias que residem na comunidade de Lajedo, ao longo do processo histórico, passaram por dificuldades para conviver e permanecer na terra.

Nesta região, as dificuldades são tamanhas que muitos dos descendentes dessa comunidade migraram para os grandes centros regionais como São Paulo e Rio de Janeiro, em busca de trabalho. O neto de seu “Vô Goiano” (ver figuras a seguir) foi testemunha dessa agravante seca, pois morou anos na região sudeste, indo em busca de sobrevivência.

O segredo daqui é São Paulo e Rio de Janeiro. A principal saída da comunidade é o problema da seca, uma parte volta e outra fica por lá. Geralmente, essas família volta. Mas quando conseguem construir família lá, eles não vem mais morar aqui. Só vem aqui visitar as família e volta. Isso é aquela complicação pra o nordestino, o nordestino é como arribação uma hora ta aqui, outra hora ta lá do outro lado. (Seu Inácio Tota em entrevista concedida em março de 2009).

Como o passar dos anos, essa comunidade foi crescendo, e atualmente é composta por 32 famílias, muitas mulheres donas de casa, na maioria os homens trabalham na agricultura. Vale salientar que anos anteriores os homens em sua maior parte migravam que devido a falta de oportunidade de trabalhos, saiam em busca de trabalho nas regiões Sul e Sudeste.

¹² Frente de Emergências, eram grupos civis organizados pelo Governo para dar trabalho e pagar um mínimo de remuneração para as populações afetadas pela seca poderem sobreviver durante as grandes secas e assim, evitar os saques ao comércio das cidades próximas, e a revolta popular. Estas “Frentes” foram usadas como mão de obra na construção das grandes Obras Hídricas, notadamente dos açudes principalmente entre as décadas de 1920 até 1970.



Figuras 14 e 15 – Família de Sr. Inácio Tota, na sua residência em Lajedo de Timbauba, Soledade-PB. Fonte: Amanda Marques, março de 2009.



Figuras 16– Família de Maria José na sua residência em Lajedo de Timbauba, Soledade-PB. Fonte: Rute Vieira, agosto de 2010.



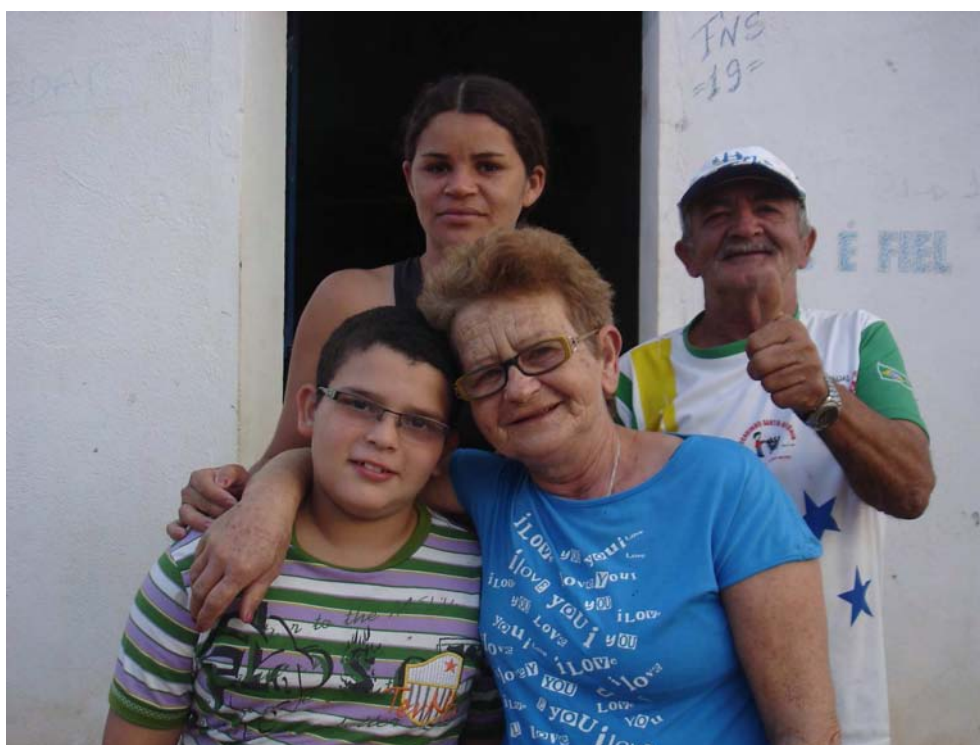
Figuras 17 – Família de Dona Socorro na sua residência em Lajedo de Timbauba, Soledade-PB. Fonte: Rute Vieira, agosto de 2010.



Figuras 18– Família de Dona Jane na sua residência em Lajedo de Timbauba, Soledade-PB. Fonte: Rute Vieira, agosto de 2010.



Figuras 19– Família de Dona Salete: na sua residência em Lajedo de Timbauba, Soledade-PB. Fonte: Amanda Marques, agosto de 2010.



Figuras 20– Família de Dona do Ceo: na sua residência em Lajedo de Timbauba, Soledade-PB. Fonte: Rute Vieira, agosto de 2010.



Figuras 21 – Integrante do Grupo de Mulheres: Adriana e seu Esposo Carlinhos filho de Seu Inácio Tota. momento que aplicava questionário. Lajedo de Timbauba, Soledade-PB. Fonte: Amanda Marques, agosto de 2010.

O fenômeno migratório se faz presente no discurso dos agricultores de Lajedo, como fruto de um processo de condições sociais desfavoráveis à permanência na terra. Desenraizados, flagelados e invisíveis nas grandes cidades, muitos retornam e outros permanecem na situação de incluídos perversamente, como assinala Martins (1986).

A problemática da seca aparece como sendo a grande geradora da expulsão de famílias da comunidade. Mas será que é só a seca, ou a falta de políticas públicas, acesso a créditos e tecnologias que gerem a convivência com a mesma? De acordo com o morador da comunidade Sr. Inácio Tota:

A caminho de sobrevivência, o problema da seca aqui é essa situação. Quando chove 1 ano, vagava 2,3. Então o agricultor não tem proteção. Qual a proteção que o agricultor tem a não ser Deus? Porque o que Deus não botar a mão, o agricultor não tem proteção. (Seu Inácio Tota em entrevista concedida em março de 2009).

As principais atividades econômicas é agricultura, onde mulheres e homens se ajudam. Outra alternativa, é a criação de animais, atividade mais voltada para o sexo masculino.

Em Lajedo de Timbauba essa situação da falta d'água ocasionou diversos problemas aos moradores, pois não havia água suficiente para atender as necessidades das famílias, ficando a espera dos carros pipas que enchiam um tanque construído pelo departamento nacional de obras contra as secas.

Portanto, no início dos anos de 1990, começaram a surgir as organizações com o intuito de implementar ações que viessem a garantir a permanência das famílias agricultoras no campo em especial no semi-árido.

No ano de 1999, devido a grande seca que alastrava no cariri, os moradores da comunidade se organizaram, com o objetivo de buscar soluções. Foi então que recorreram a diversas instituições, como às igrejas, sindicatos e ONGs. Dessa forma conquistaram o espaço e as oportunidades para melhor aproveitar os recursos que aquela área oferece. Vale salientar que a presença das mulheres era marcante no montante dessa organização.

Os programas de atuação das organizações foram importantes dentro da comunidade, pois passaram a desenvolver ações com vistas a melhores condições de vida para os moradores da comunidade.

Um deles foi o Programa de Associação e Capacitação – PRACASA, projeto que surgiu a partir da troca de idéias entre os agricultores e a Igreja católica, outro foi o Sindicato Rural de Soledade, o PATAC¹³ e o Projeto Dom Helder, dentre outros que trabalham dentro da comunidade atualmente.

Além dos programas criados em decorrência das secas na comunidade, que tem como principal ação é o abastecimento de água, as intuições incluíram outros programas que merecem destaque são eles: o Grupo de Mulheres, o Banco de semente, ambos recebem o apoio da ASA e a Arcas das Letras, implantado pelo Projeto Dom Helder. Projetos esses implantados na comunidade tem por objetivo

¹³ O PATAC, Programa de Aplicação de Tecnologias Apropriadas às comunidades. Foi fundado no ano de 1971, pela Congregação Redentorista do Brasil. O PATAC é um das organizações não governamental mais antiga da Paraíba. Na região da Cariri, onde está localizada Comunidade de Lajedo da Timbaúba, o PATAC, tem apoiado desde o ano de 1999, desenvolvendo pesquisas, elaborando projetos conjuntos com a comunidade e apoiando no aperfeiçoamento dos moradores.

primordial proporcionar mudanças no intuito de promover cada vez mais a permanência convivência dos moradores no campo.

O grupo de mulheres teve como parceria a Emepa- Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária, no primeiro momento foi doado duas máquinas, que tem o auxilio triturar as frutas, e uma freeze que serve para comportar as polpas, os doces e as geléias, todos esses produtos são fabricados pelas mulheres no beneficiamento de frutas da região.



Figuras 22– O grupo de Mulher: trabalhando coletivamente na produção de polpas, Lajedo de Timbauba, Soledade-PB. Fonte: Rute Vieira, junho de 2009.

Um outro programa é o banco de semente, tem por objetivo, fortalecer cada vez mais as culturas locais, como exemplo a produção do milho, do feijão, essa pratica tem por garantia o armazenamento de grãos para as futuras safras, nos períodos de estiagem. A organização do banco de sementes fica sobre a responsabilidade da Associação, é um trabalho realizado coletivamente pelos moradores, portanto todos têm acesso aos grãos.



Figura 23 - Banco de sementes Lajedo de Timbaúba. Soledade-PB. Fonte: Amanda Marques, março de 2009

A Arca das Letras é um programa educacional voltada para o incentivo à leitura, implantado na comunidade, denominado como Educação Solidária. O trabalho realizado na esfera do projeto, abrange toda a população rurais que não dispõem de livros, desse modo a Arca de Letras atua como forma o empréstimos de livros para os moradores que tiverem interesse em fazer da leitura uma pratica presente na comunidade

3.3 - Cotidiano e Experiências na Comunidade de Lajedo de Timbaúba

Os moradores de Lajedo estabelece uma divisão espacial local que lhes permiti situa-se em seu ambiente. Assim eles distinguem, na própria comunidade, que são conhecidos pelos nomes de “Goianos”, *“toda famia que mora aqui na comunidade e tudo neto de Vô Goiano, ai tem neto, tem sobrim tem primo, aqui tudo é famia dos Goianos é tudo irmão é terra de herdero (Inácio Tota neto de seu Vô Goiano), portanto se reconhecem como descendentes dos “Goianos”, fundadores da localidade.*

Nessa área que totalizando 300 ha foi erguido um grupo escolar, como também aproximadamente trinta e duas casas, e a sede da associação dos moradores. De acordo com a figura 23, na comunidade foi implantada algumas tecnologias sociais para a capacitação de água de chuva como barragem subterrânea, barreiro, cisterna de placas e tanque.

As habitações são distribuídas de maneira muito esparsa havendo, mesmo às vezes, uma grande distância entre uma casa e outra. No espaço entre elas, observamos algumas plantações de subsistência e pequenos rebanhos de caprinos e bovinos, como também galinhas, porcos dentre outras criações.

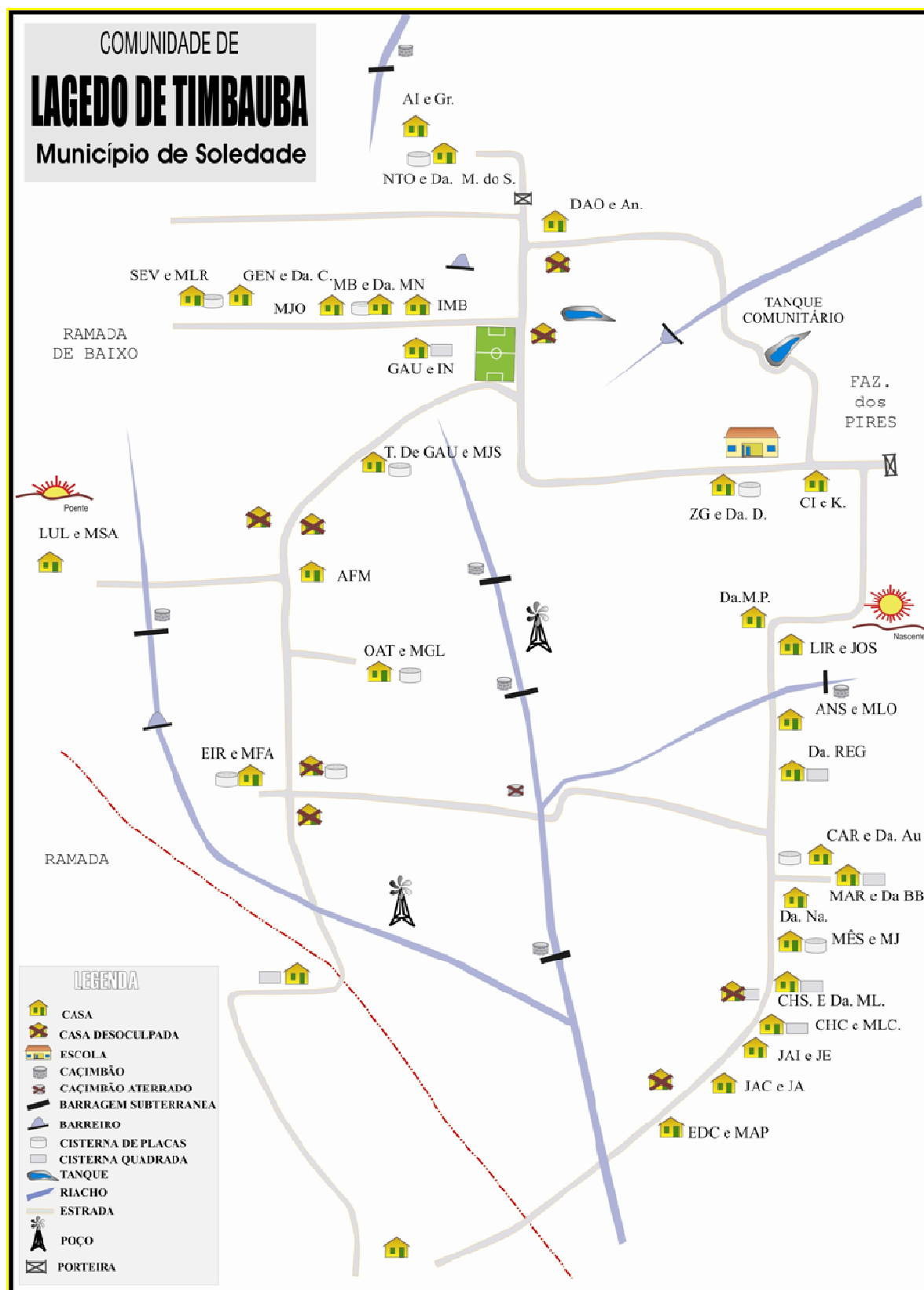


Figura 24- Croqui da Comunidade Lajedo da Timbaúba
Fonte: Arquivo PATAC 2009

As casas situam-se todas dentro da Comunidade, às vezes ficam escondidas no meio das plantações ou fruteiras, ao redor da casa há muitas plantas que a ornamentam e o terreiro que é sempre bem limpo e varrido. Observa-se também a cisterna que fica logo ao lado da casa, como mostra a figura 24. Na parte da frente de casa, outrora na parte de trás, há algumas ervas medicinais, como também um canteiro de coentro as chamadas hortas que são sempre cuidada pelas mulheres.



Figuras 25 – Cisterna de Placa: residência na comunidade com implementação da cisterna de placa. Lajedo de Timbauba, Soledade-PB. Fonte: Rute Vieira, março de 2009

Inicialmente, observamos que as moradias na comunidade na sua maioria, são construções de alvenaria, geralmente de tijolos, tendo como cobertura telhas.

A casa não é forrada, geralmente é uma a casa de quatro cômodos, constando de sala, dois quartos e cozinha.

Em geral, os quartos não têm portas, substituídos às vezes por cortinas de panos se posicionam sempre de frente para sala onde as cortinas dão um toque especial. O banheiro encontra-se fora da casa: é um dos quartinhos nos fundos. Não há chuveiro, nem pia, se toma banho de “cuia”, tirando a água do pote ou de algum

recipiente de plástico. A água essa colocada pela mulher quando retirada da cisterna.



Figuras 26 – A casa de Dona Salete em Lajedo de Timbauba, Soledade-PB.
Fonte: Rute Vieira, agosto de 2010.



Figuras 27 – A casa de Dona Maria José em Lajedo de Timbauba, Soledade-PB. Fonte: Rute Vieira, agosto de 2010.



Figuras 28 – A casa de Dona Maria, Lajedo de Timbauba, Soledade-PB. Fonte: Rute Vieira, agosto de 2010.

Quando se observa no interior das casas e a disposição dos móveis, observamos que são pouquíssimos os utensílios domésticos, porém quando as

famílias têm condição financeira melhor, pode-se ver um jogo de sofá, como uma estante e algumas peças decorativas.

Quando não possuem, observa-se que na sala existe apenas uma mesa que é utilizada tanto para as visitas como para os moradores da casa durante as refeições. Em alguns cômodos das casas, nota-se o armazenamento de produtos agrícolas colhidos dos roçados, alguns são estocados da sala mesmo, enquanto outros são armazenados em silos de alumínio ou de zinco. Portanto, se os silos estiverem repletos é até motivo de orgulho apresentá-los como sinal da boa colheita.

A mobília das casas no geral varia muito, composta de bancos de madeira, conhecidos pelos moradores como tamboretas, pote de barro para água. É destaque o paneleiro, que é uma estante de ferro ou de alumínio onde se pendura as panelas (ver foto 27) que estão sempre brilhando. Observamos também, cadeiras de balanço, pequenas mesas, algumas redes armadas nas paredes da sala, guarda-roupa, cama de casal, cama de solteiro e fogão de lenha.



Figuras 29 – O Paneleiro: Parte interna da casa de Dona Salete, observa-se no canto esquerdo da imagem o paneleiro de ferro onde esta penduradas as panelas Lajedo de Timbauba, Soledade-PB. Fonte: Rute Vieira, agosto de 2010.



Figuras 30– Fogão a Lenha: cozinha de Dona Socorro, observa-se o fogão a lenha. Lajedo de Timbauba, Soledade-PB. Fonte: Rute Vieira, agosto de 2010.



Figuras 31 – Fogão a Lenha: Parte interna da casa de Dona Salete, observa-se o fogão a lenha. Lajedo de Timbauba, Soledade-PB. Fonte: Rute Vieira, agosto de 2010.

Os móveis de um modo geral, são colocados bem a vista para evidenciar *status* social e condição financeira da família. Desse modo, as casas possuem armário

para louças, conhecidos também como cristaleiras, jogos de sofás, cadeiras de madeira e um fogão a gás que, inclusive, é usado em raras ocasiões.

Geralmente, o fogão a gás é utilizado para fazer coisas rápidas, no intuito de economizar o gás. As famílias se utilizam mais do fogão de lenha. Atualmente, outra alternativa encontrada na comunidade como forma de economizar o gás, é o Biodigestor¹⁴.

A iniciativa de ter um biodigestor dentro da comunidade partiu das discussões nas reuniões do grupo de mulheres, juntamente com a colaboração da entidade Dom Helder, onde se fazia presente também os padres da paróquia de Soledade, a implantação do projeto teve com principal objetivo a prática da sustentabilidade, e também uma forma de economizar o gás industrializado comprado pelos moradores da comunidade.

De acordo com o relato de Dona Socorro, primeira mulher da comunidade a incentivar as demais donas de casa para formar um grupo de mulheres, o biodigestor é de grande importância, pois o mesmo proporciona alguns benefícios para os moradores da comunidade:

O biodigestor aqui pra gente mesmo ele tá muito importante, a gente não precisa comprar o gás, o gás hoje custa 40,00 R\$ reais o bujão, e não precisa comprar porque eu tenho um biodigestor, o meu gás vou buscar diretamente no curral, aí numa reunião com os padres eles falaram nesse tal de biodigestor e que ia arrumar um pra gente aqui da comunidade que era pra o grupo de mulher, aí eles arrumaram e eu fiquei responsável pra passar pra o grupo de mulher. Aí aqui eu estou tomando conta do biodigestor pois já que ficou na minha casa, aqui ele tem 2 metros de profundidade, é feita em uma caixa de água emborcada, aí eu trago 2 ou 3 latas de esterco do curral e 2 latas e meia de água, o biodigestor ficou pra gente por 1.200 R\$ reais. Eu que tomo conta do biodigestor. (Dona Socorro, pioneira em formar o grupo de mulheres da comunidade de Lajedo de Timbaúba)

¹⁴ Biodigestor é um equipamento usado para a produção de biogás – uma mistura de gases produzida por bactérias que digerem matéria orgânica em condições anaeróbicas. A matéria orgânica utilizada na alimentação do biodigestor pode ser resíduos de produção vegetal (poda, palha, folhas, etc), de produção animal (esterco e urina) ou da atividade humana (fezes, urina e lixo doméstico). As condições ideais para as bactérias anaeróbicas existentes no biodigestor são: inexistência de ar, temperatura adequada (entre 15°C e 45°C), nutrientes e teor de água (90 a 95 % de umidade em relação ao peso). O biogás produzido pode ser usado como combustível, para cozinhar em residências rurais próximas ao local de produção, no aquecimento de instalações para animais ou de estufas de produção vegetal. Também pode ser usado para a geração de energia elétrica, através de geradores elétricos acoplados a motores de explosão adaptados ao consumo de gás. Fonte: http://www.ieham.org/htm/docs/Biodigestor_publicacoes_IPEC_Jornal_Hectare_n-3.pdf



Figuras 32 – O biodigestor: O biodigestor da comunidade, funcionada na residência da agricultora dona Socorro. Lajedo de Timbauba, Soledade-PB. Fonte: Rute Vieira, agosto de 2010.

Quase todas as donas de casas possuem máquinas de costura. Logo se nota a presença de energia elétrica anunciada também, pelas antenas parabólicas de TV. Em varias casas, percebemos a existência de aparelhos eletro eletrônicos como Televisão, som de toca CD e rádio. Algumas possuem também, geladeiras e liquidificadores. Dentre dos demais aparelhos eletro eletrônicos existente na

comunidade, o que mais se torna objeto de valorização é a televisão. Majoritariamente, as famílias se reúnem ao redor quase sempre acompanhada pela vizinhança, para assistir novela, jogos de futebol e os jornais de notícias. As TVs são a cores, onde todas necessitam de uma antena Parabólica.

As casas de Lajedo de Timbaúba não dispõem de água encanada, o sistema de água que abastece a comunidade funciona a partir da água captada da chuva, ou seja, as cisternas de placa¹⁵ construídas nas casas dos moradores.

As cisternas de placas acumulam águas pluviais em períodos de estiagem, servem de depósito para guardar a água que podem ser fornecidas por carros ou caminhão pipa.

O uso de cisternas nas comunidades da região do semi-árido tem crescido nos últimos anos. Atualmente elas fazem parte do cenário da região. O aumento na escala de produção dessa obra tem como principal responsável a Articulação do semi-árido (ASA), que trabalha juntamente com várias organizações, por meio de um Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semi-Árido: Um Milhão de Cisterna Rurais – P1MC.

De acordo com Poletto (2001, p.5), esse programa busca preservar a água de chuva, derrubando o mito de que não chove no sertão, que apesar de ser irregular, pode-se afirmar que a chuva é uma realidade. Segundo o autor, “o desafio central do semi-árido é o armazenamento e uso adequado da água das chuvas”.

Dessa forma, o trabalho feminino será aliviado, pois não mais precisarão sair em busca da água, poderão utilizar água potável para dar aos seus filhos, reduzindo a mortalidade infantil, entre inúmeros outros benefícios (Malvezzi, 2001). O depoimento a seguir de uma mulher moradora da região semi-árida condiz com a realidade de muitas comunidades:

Pra mim o melhor projeto que entrou aqui pra nossa comunidade foi a cisterna, antes das cisternas água aqui era meio difícil, a gente

¹⁵ A cisterna de placas tem uma forma cilíndrica, as placas que compõem a cisterna são produzidas em fôrmas côncavas. Durante o processo de construção da cisterna, as placas são unidas e amarradas com arames logo em seguida e feito um reboco. Ela é semi-enterrada e possui uma tampa também com um formato de côncavo, cabe salientar que em outras comunidades pode ser encontrada as tampas com um formato plano, porem as mais práticas são as cisternas que de possui o formato côncavo dessa forma protege a água armazenada de sujeiras. O telhado da casa também é adaptado para captar água da chuva, para isso ele é cercado por uma calha. Há um cano que liga o telhado a cisterna por onde a água escorre e enche o reservatório. A capacidade média de acumular água é de 16 mil litros, dependendo do tamanho do telhado e da quantidade de chuva caída. Esse volume de água é suficiente para abastecer uma família com cinco pessoas, durante seis meses. Cada 100 mm de chuva caída no telhado acumulam em media 75 litros de água potável na cisterna.

aqui saia feito tatu que procura buraco, era a gente aqui procurando água pra dar aos nossos filhos e também pra fazer as coisa de casa, ainda tinha também de dar água aos os bichos, ai ia eu e minha meninas carregar água na cabeça la do barreiro, mas graças a Deus e o PATAC chegou a cisterna de praca aqui pra nois (Agricultora da comunidade de Lajedo de Timbaúba)

De acordo com a ASA (2010), para ser beneficiada pelo P1MC, as famílias rurais de baixa renda devem atender aos critérios estabelecidos pelo programa. No primeiro momento, o programa tem uma identidade com a mulher, pois o primeiro critério de seleção são as famílias chefiadas por mulheres trabalhadoras.

Nesse momento, são incluídas as mulheres que não possui marido, e em seguida, aquelas em que seus companheiros migraram em busca de outro trabalho. Porém, dentro das decisões que envolvem o programa de cisternas, as mulheres agricultoras praticamente não participam. Isso ocorre mesmo sendo mencionada dentro dos critérios do programa, com sendo também a responsável pelo abastecimento da água para a família.

Desse modo, quem sempre participa da escolha da propriedade a ser beneficiada pela cisterna e o local de construção da mesma, é o homem. Geralmente, tais decisões acontecem no âmbito das associações rurais ou de outras organizações sociais, instâncias formadas na maioria pelo masculino. Conforme o depoimento da moradora da comunidade de Lajedo, essa realidade ainda é percebível nos dias atuais dentro dos “espaços ocupados” pelas agricultoras rurais.

Aqui tem a Associação da Comunidade mais quem sempre participa da reunião é meu marido, ele vai sempre, ai lá ele e outros homens daqui da comunidade decide o que é bom aqui pra gente sabe, você sabe que agora tudo aqui na comunidade tem de passar pela associação, eu não sei como é mais meu marido vai e sabe, ele até disse pra eu fazer a carteirinha de lá e a carteirinha do sindicato rural de Soledade pra eu poder me aposentar. (Agricultora da comunidade de Lajedo de Timbaúba)

Dessa forma é a mulher quem administra e controla a distribuição da água em casa, usada basicamente para beber, na preparação de alimentos e na higiene pessoal da família.

Essa é uma tarefa bastante praticada pelas mulheres na comunidade. Assim, dentro do cotidiano feminino, a água ainda é sinal de trabalho, pois dentro da rotina

feminina, são as mulheres que retiram a água para a preparação de refeições, para a lavagem de utensílios domésticos, para lavar as roupas, dar banho nas crianças, cuidar da limpeza da casa e dos animais do terreiro, como os porcos, galinhas, perus, dentre outras criações. Manualmente, as mulheres enchem os reservatórios e ainda se ocupam em outras atividades.

Portanto o gerenciamento de água dentro de casa fica por parte da mulher. Fica claro, que a mulher enfrenta os problemas com a questão da água no âmbito da casa, pois ela é a responsável pelas atividades que condiz ao espaço da casa e aos seus familiares.

Vale lembrar que a escassez de água na comunidade já é um problema antigo, sempre considerado como fator crítico para a permanência e convivência na comunidade. Segundo os relatos dos netos de seu “Vô Goiano”, a disponibilidade de água sempre foi um problema. A comunidade era abastecida por um tanque de pedra e um açude ambos construído pelo “Vô Goiano”. Com o passar dos anos a situação continuava e a dificuldade aumentava cada vez mais para conviver com a localidade.

Durante os anos de 1990, em virtude de uma grande seca que alastrava no cariri, os moradores da comunidade se organizaram, com o objetivo de buscar soluções.

Foi então que recorreram a diversas instituições, como nas igrejas, sindicatos e ONGs. Dessa forma, conquistaram o espaço e as oportunidades com o objetivo aproveitar os recursos naturais que a terra tinha a oferecer. Vale salientar que a presença das mulheres era marcante no montante dessa organização.

Desse modo outras instituições governamentais e não governamentais como o Sindicato Rural de Soledade¹⁶, o PATAC¹⁷, AS-PTA, EMEPA e o Projeto Dom Helder passaram a oferecer também programas e ações de desenvolvimento que

¹⁶ A área de estudo da nossa pesquisa está inserida no município de Soledade localizado no semi-árido paraibano, distando 170 km da capital do estado da Paraíba a cidade de João Pessoa. Utilizaremos como recorte espacial e empírico as experiências realizadas na comunidade Lajedo de Timbauba.

¹⁷ PATAC-Programa de Aplicação de Tecnologias Apropriadas às comunidades O PATAC, Programa de Aplicação de Tecnologias Apropriadas às comunidades. Foi fundado no ano de 1971, pela Congregação Redentorista do Brasil. O PATAC é um das organizações não governamental mais antiga da Paraíba. Na região da Cariri, onde está localizada Comunidade de Lajedo da Timbaúba, o PATAC, tem apoiado desde o ano de 1999, desenvolvendo pesquisas, elaborando projetos conjuntos com a comunidade e apoiando no aperfeiçoamento dos moradores.

contribuíram para melhoria da qualidade de vida das comunidades rurais como no caso a comunidade de Lajedo de Timbauba. Mudanças essas que se atribui a inserção das Tecnologias Sociais de captação de água de Chuva, as cisternas, os tanques de pedra e as barragens subterrâneas, como também, a implementação de projetos que além de contribuir para a melhoria da qualidade de vida no campo, também esta relacionado com a maior permanência das mulheres na zona rural.

Portanto, a inserção das tecnologias sociais para a captação da água de chuva dentro da comunidade, resultou em grandes mudanças. Tecnologias essas implantadas com um único objetivo, o de solucionar o problema da escassez de água na comunidade.

Durante nossa ida ao campo, foi questionado para as mulheres sobre a existência de conflitos por água na comunidade.

Anos anteriores a essas implementações, a comunidade sofria muito com a questão da água. Segundo os relatos de algumas mulheres da comunidade, a jornada de trabalho para mulher não é fácil, pois quando chega de período de estiagem, fica sobre os cuidados dela o abastecimento de água para casa. Desse modo ela percorre quilômetros de distância com uma lata d água na cabeça.

“Carreguei muita água na cabeça só era do barrero pra casa, mas, minha mãe carregou muita água em Soledade andava uma légua, e as vez levava uma topada e derrubava a água toda e voltava o caminho todo pra buscar outra lata d’água” (entrevista de Dona Socorro, 57 anos)

Água aqui na comunidade tinha, mas quando tinha acabava logo, pois quando chegava um certo período tudo ficava mais difícil, água vinha através carro pipa era abastecimento publico, só sei que a escassez de água era o maior problema, mas quando chegou as cisternas a Maria tudo melhorou aqui para nos. Mas eu lembro que minha mãe colocou muita água na cabeça, mas na minha criação já foi diferente quem colocava água em casa era meus irmãos, porque ao tinha eu de mulher, eu nunca coloquei água em casa não agora eu já trabalhei na roça. (Jane, moradora e agente de saúde da comunidade, 30 anos)

Vale salientar que sob um sol castigante, se fazia este percurso por diversas vezes até chegar a casa. Muitas vezes transportavam água de açudes, barreiros e cacimbas.

Atualmente, com a chegada das cisternas, facilitou um pouco o trabalho das mulheres. Assim, os programas desenvolvidos por estas organizações mudaram a

vida de toda a comunidade, pois as famílias que vivem nessa região superaram as grandes dificuldades ao buscarem estratégias de convivência com a seca.

Aos poucos esses projetos foram obtendo êxito e as alternativas foram surgindo como, por exemplo, a iniciativa do PATAC – (Programa de aplicação de tecnologia apropriada às comunidades) que foi a pioneira a atuar em obras na comunidade.



Figuras 33 e 34 – Identificação das Instituições presente na comunidade: Observa-se nas Cisternas construídas na comunidade há sempre uma placa indicando as instituições que se fizeram presença na execução. Lajedo de Timbauba, Soledade-PB. Fonte: Rute Vieira, agosto de 2010.

Logo depois, outras instituições como a Emepa, a ONG Dom Helder, a ASA-Brasil, o Banco do Brasil, Petrobrás e o Governo Federal. Passaram a atuar como parceiras na introdução dessas tecnologias sociais.

Considerando essa conjuntura, observamos que essas políticas têm melhorado significativamente a vida dos moradores, como por exemplo, a construção de Cisternas de Placas, Barragem Subterrânea¹⁸, dentre outras alternativas desenvolvidas na comunidade, a exemplo dos poços amazonas e

¹⁸ É uma técnica criada para reter a água no subsolo, essa prática é bastante utilizada pelos agricultores, onde em muitos lugares os próprios já constroem suas próprias barragem, no tempo de estiagem a água acumulada pode ser utilizado tanto para os animais com também para irrigação. Com essa técnica pode-se criar ilhas verdes e umidas em plena caatinga seca.

artesianos, barreiros e tanques de pedra. Como podemos observar no quadro a seguir:

Tipo de tecnologia social	Quantidade	Volume de água estocada em litros	Quanto representa em carros pipas-cap. 8.000 litros
Tanque de Pedras	21	2.545.210	318
Barragem subterrânea	07	7.920.000	990
Cisterna de placas	28	448.000	56
Cisterna de Calçadão	03	156.000	20
Poço amazonas	07	2.555.000	319
Barreiro tradicional	09	20.767.000	2.596
Total	75	34.391.210	4.299

Quadro 2 - Quantidade de água estocada em Lajedo de Timbaúba. **Fonte: Patac/Associação de Lajedo de Timbaúba – 2010**

Os programas criados em decorrência das secas que assolam a região semi-árida tem como principal frente a ação para o abastecimento de água. Portanto, uma das ações que mais trouxe mudanças para região foi as cisternas de placas.

Cabe salientar que com a chegada das cisternas, as mais beneficiadas foram as mulheres, pois são elas que pegam água para realizar as atividades domésticas da casa. Após a implantação das cisternas, não era preciso percorrer caminhos distantes para buscar água, onde na maioria das vezes gastava-se muito tempo, e tornava-se cansativo e desgastante para saúde das mesmas.

3.4 Estilo de vida da mulher no campo

As mulheres entrevistadas majoritariamente são donas de casa residentes na comunidade. O número de famílias totaliza em 32, sendo que o nosso dado amostral abarcou menos que 50% desse total, ou seja, 12 entrevistadas pelo motivo de algumas casas estarem desocupadas.

Vale salientar que a realização dos questionários, entrevistas, as conversas informais e observações em campo, deram-se nos meses de março, abril, junho e outubro do ano de 2009 e em junho e agosto do ano de 2010.

Na pesquisa realizada na comunidade, não houve critérios de escolha, haja vista que trabalhei em uma pequena comunidade, como também não defini critérios de idade, embora tenha surgido, naturalmente, mulheres pertencentes à faixa etária

entre 20 e 70 anos. As entrevistas continham informações sobre estado civil, idade, número de filhos, história de vida, origem, características gerais da família, o problema da falta de água, o nível de escolaridade, políticas públicas para as mulheres, condições de vida, criação de animais, divisão de tarefas, o cotidiano das mulheres, as relações sociais, o trabalho no roçado e na casa, bem como, se desempenham outras atividades.

Todas as entrevistas foram gravadas em concordância da mulher. O contato se iniciava com uma breve apresentação sobre o objeto de estudo. Antes de iniciar o roteiro das entrevistas, eram realizadas perguntas de maneira informal, deixando a mulher falar bem mais à vontade, lembrando que na maioria das entrevistas realizadas na comunidade os homens (os maridos ou familiares) faziam questão de contribuir no desenvolver das questões direcionadas para as mulheres, onde em alguns casos, pela timidez a mulher sempre recorria ao marido, que sempre se posicionava ao lado da mulher.



Figura 35 – Dona Socorro e o roçado: “a minha fia eu amo meu roçado, adoro plantar no meu roçado, eu me sinto muito feliz dentro do meu roçado, agora se fosse só pra trabalhar no roçado era bom demais, mas tem que fazer o serviço de casa .Agora aqui ta e bom a prefeitura tem obrigação de comprar 30% de agricultura familiar para a merenda escolar, esse foi um projeto de o meu Lulinha adotou que as prefeituras tem que comprar 30% da agricultura familiar pra merenda das escolas,” Lajedo de Timbauba, Soledade-PB. Fonte: Rute Vieira, agosto de 2010.



Figura 36 – Quintal de Dona Socorro: “Esses saquinhos para não jogar no lixo aí, eu aproveito eles pra fazer a muda, esses sacos jogados aí atura muito pra desmanchar ele, o lugar de tá jogando aí eu aproveito pra muda, tem que aproveitar né. Lajedo de Timbauba, Soledade-PB. Fonte: Rute Vieira, agosto de 2010.

O cotidiano das mulheres da comunidade mostrada no cenário das entrevistas traduz em um espaço que envolve a casa, o quintal e o roçado. De acordo com a pesquisa *in loco*, observou-se que as atividades diárias realizadas pelas mulheres começam sempre às cinco horas da manhã, algumas até mais cedo como ilustra os relatos a seguir:

“aqui todo dia e mesma coisa, me levanto de 04:30 da manhã ai vou logo pro meu roçado, ai depois vou tomar conta das galinhas, ai tomo conta da minha horta, porque da horta a mulher que sabe cuidar eu mesmo não deixo ninguém tomar conta só eu, fico até 8:00, 9:00, 10:00 hora dentro do meu roçado, ai depois vou cuidar do almoço, limpar a casa, lavar roupa, ai quando termino já e quase boca da noite mas ainda fico no quintal com meus bicho.” (Dona Socorro, agricultora, 57 anos)

“bem minha fia a minha aqui na comunidade, e fazendo minha tarefas de todo dia, ai me levanto logo cedinho de 05:00 horas, dou comida as minhas galinhas, aos meus porco, ai depois tiro água da cisterna para jogar no terreiro ai a depois varro todo o terreiro e as portas, ai depois apronto o café, depois vou ajeitar o almoço, ai depois vou cuidar da minha horta, vou por roçado, quando volto costurou algum remendo nas roupas, ai o dia todo no serviço não paro, já chegando a tardinha vou ajeitar a janta, arrumar a cozinha, ai já é quase de noite sento um pouquinho pra ver minha novela. (Dona Salete, agricultora, 59 anos)



Figura 37 – Dona Socorro: mostrando o fogão que utiliza o Biogás. “a minha fia a gente aqui economiza muito, pois o fogo que sai dele e igual o fogão de gás, e muito bom mesmo.. Lajedo de Timbauba, Soledade-PB. Fonte: Rute Vieira, agosto de 2010.



Figura 38 – Dona Salete: cuidando das fruteiras e sempre mantendo limpo o seu quintal. Lajedo de Timbauba, Soledade-PB. Fonte: Rute Vieira, agosto de 2010.



Figura 39 – Dona Maria José: em seu quintal mostrando parte dos pés de fruteira que a mesma toma de conta. Lajedo de Timbauba, Soledade-PB. Fonte: Rute Vieira, agosto de 2010.

Mesmo quando estão realizando algumas tarefas domésticas, continuam a conviver com o terreiro cuidando das galinhas.

Quando ela esta em casa, o espaço onde permanece mais tempo, é a cozinha, local que é mais acessível apenas para as pessoas da família ou do círculo mais íntimo. Portanto a cozinha é que pertence a ela, é um espaço dela, espaços que são delimitados pelo gênero, já a sala é um espaço mais masculino, é lugar onde o esposo geralmente recebe as visitas, principalmente quando se trata de negócios.

É o homem que recebe a visita, ficando muitas vezes a mulher só na escuta, a sala é o ambiente onde o marido senta para repousar, ouvir rádio, assistir televisão e também conversar com os amigos vizinhos.

De acordo com Herédia (1979, p.95) esclarece esse fato quando diz que “embora toda a casa seja um espaço feminino (...) existem espaços mais masculinos ou mais femininos que outros. A cozinha é o espaço feminino por excelência, assim como a sala é o mais masculino dentro da casa”. Inicialmente observamos que alguns de muitos acessórios utilizados por elas ocupam o espaço da cozinha como, por exemplo, a máquina de costura.



Figura 40– **Maquina de costura:** Dona Salete em sua cozinha, mostrando sua maquina de costura. Lajedo de Timbauba, Soledade-PB. Fonte: Rute Vieira, agosto de 2010.

3.5 Grupo de Mulheres: uma experiência em construção

As mulheres da comunidade, apesar de assumir a responsabilidade com os afazeres domésticos, desenvolveram uma alternativa de geração de renda.

Os primeiros projetos implantados na comunidade foram os direcionados ao abastecimento de água. Porém, além dessa ação, outros programas foram implantados, como exemplo, o fortalecimento da agricultura e geração de emprego e renda.

Contando com a assessoria de ONGs e Órgãos governamentais, as mulheres estão participando cada vez mais das atividades de formação e mobilização na luta e conquista da autonomia da mulher dentro da comunidade.

O Grupo de Mulheres existe desde 2004 e congrega mulheres com diferentes trajetórias de vida. Muitas delas não viviam muito satisfeitas com a situação econômica que as mesmas se encontravam e se uniram com o objetivo de construir alternativas para melhoria de vida e das rendas de suas famílias.



Figuras 41 – O grupo de Mulher: Parte do grupo de em atividades na produção de polpas, Lajedo de Timbauba, Soledade-PB. Fonte: Rute Vieira, junho de 2009.

No decorrer dos anos, as mulheres apesar de muitas dificuldades foram conquistando crescentes espaços de participação de auto-afirmação como o novo

sujeito social ativo na comunidade, no início, havia um certo descrédito por parte de algumas componentes do grupo, como mostra o depoimento a seguir:

“no começo foi muito difícil para gente aqui, pois começamos com dez mulheres, ai tudo era muito difícil, começamos com o bijuterias e artesanato, ai não deu certo porque ninguém comprava, a gente conseguia vender por aqui mesmo na comunidade, ai depois fomos trabalhar com o beneficiamento de frutas, ai quando iniciamos com as frutas também não deu lucro e as mulheres foram desistindo, só ficou as filhas de seu Inácio Tota e as filhas de Dona Socorro, as outras eu que desistiu não acharam bom porque não deu lucro, porque não tinha a quem vender nossos produtos só dentro da comunidade, só depois que começou essas ONGs, como o PATAC, SESC, a prefeitura, mas foi muito ruim o começo o dinheiro só dava pra pagar a energia e o açúcar”.(Fafá, 25 anos, Integrante do Grupo de mulheres)



Figura 42 – Trabalho Coletivo do Grupo de mulheres: As Mulheres na produção dos doces caseiros em atividades na produção de doces caseiros, Lajedo de Timbauba, Soledade-PB. Fonte: Allana Coutinho, janeiro de 2007.

De acordo com o relato das mulheres que fazem o grupo de mulheres segundo Dona Socorro (Idealizadora do Grupo de mulheres), descreve como surgiu

o Grupo de Mulheres de Lajedo de Timbaúba. Foi neste contexto que o grupo de mulheres nasceu:

O Grupo de Mulheres surgiu num encontro sobre beneficiamento de frutas nativas aí teve um intercâmbio na Bahia através do ASPTA que nos acompanhou a gente, teve um encontro sobre beneficiamento de frutas nativas de imbu com o Sindicato Remas, foi eu e mais cinco mulher aqui da comunidade, aí quando eu voltei falei na Associação para formar um grupo de mulheres beneficiamento de frutas nativas, porque aqui tem muito pé de imbu e se perde bastante. Aí depois que eu vi La na Bahia o curso sobre o beneficiamento de frutas que vi fazer geléia, o doce, a comporta. Aí quando cheguei aqui a gente começou a fazer, deu muitos problemas.

O grupo iniciou com 10 mulheres mas depois só ficou 5 mulheres, desistiram porque não deu lucro no início ganhava muito pouquinho. No começo dava só pra pagar a energia graças a Deus que de 2007 prá cá melhorou bastante, com o apoio do Dom Helder, Patac e hoje a prefeitura também ajuda nosso grupo, a prefeitura compra a polpa e distribui nas escolas pra fazer a merenda. (Socorro, Grupo de Mulheres)



Figuras 43 e 44– Integrantes do Grupo de Mulheres: Claudiane e Claudia ambas Integrantes do grupo de mulheres, fazendo uma demonstração dos produtos fabricados por elas. Lajedo de Timbauba, Soledade-PB. Fonte: Allana Coutinho, janeiro de 2007.

A inclusão da mulher do campo na capacitação de atividades de geração de renda favorece sua participação no mercado de trabalho, pois a partir dessa pratica faz com que ela conquiste outros espaços. Pode ser considerado como uma saída

da rotina que é o serviço doméstico, pois através dessas mudanças a mulher pode conseguir sua autonomia. Como podemos perceber nas falas seguintes:

Hoje eu me sinto uma mulher independente, mas antigamente as mulheres não era independente tinha que fazer do jeito que os maridos quisesse mas hoje através dessas ONGs que teve ai muitas coisas ajudou as mulheres daqui da comunidade, muitas mesmo principalmente com o Grupo de mulheres. Antigamente eu mesmo tinha medo de gente, quando chegava gente aqui na minha casa eu me escondia, mas com grupo de mulher a gente conversa tudo e muito bom conversar sobre nosso grupo, com as nossas comades daqui da comunidade. (Socorro, Grupo de Mulheres)

A mulher hoje elas estão ganhado espaço, cada dia mais estão ganhado os espaços dela, deixou de ser aquela coisa que mulher so era pra fazer serviço de casa, cuidar do marido, fazer almoço, hoje eu costumo dizer que os direitos são iguais, a mulher tem que lutar pelo espaço dela a cada dia mais. (Jane, Grupo de Mulheres)

Minha filha se não tivesse esse grupo de mulher aqui na comunidade nem sei o que dizer, porque se não fosse esse grupo eu mesmo não tinha ganho nenhum pra mim, porque o ganho do meu esposo é só pra dentro de casa, o meu mesmo não é muito só da pra mim mesmo, pra mim comprar minhas coisinhas, você sabe que mulher precisa de tanta coisa, eu não sei o que eu fazia se fosse o grupo de mulher. (Fafá, Grupo de Mulheres)

As famílias que moram na comunidade de Lajedo são unidas por níveis de parentescos. Diante desses fatores faz-se junção às inúmeras experiências com as praticas coletivas, que ao mesmo tempo provem de ações de convivência com a região do semi-árido.

Desse modo participaram de curso voltados para o beneficiamento de frutas da região, onde o grupo foi formado com o intuito de gerar renda para a ajuda no sustento da família. Foi então que surgiu o Grupo de mulheres de Lajedo de Timbauba, ver figuras a seguir, por nome MADFN – Mulheres Ativas no Desenvolvimento de Frutos Nativos.



Figura 45 – Sede da Fabrica: Entrada do local onde funciona a pequena indústria de polpas e doces do grupo de Mulheres da comunidade Lajedo de Timbauba, MADFN – Mulheres Ativas no Desenvolvida de Frutos Nativos.

Fonte: Amanda Marques, março de 2009.

O primeiro passo para a se concretizar a organização de mulheres na comunidade, foi a busca de projetos que gerassem desenvolvimento para a comunidade no geral. A partir disso, as mulheres começaram a trabalhar na perspectiva de atividades coletivas, onde envolveram todas as mulheres da comunidade.

No início o grupo de mulheres, teve como atividade primordial o artesanato, porem não obtiveram sucesso, o lucro não agradou as integrantes do grupo que somavam em dez mulheres. Portanto partiram para prática do Beneficiamento de frutas¹⁹.

O processo de beneficiamento de frutas na comunidade se caracteriza da seguinte ordem:

No primeiro momento, cada mulher faz a colheita das frutas que se enquadra em cada época de fartura do ano, os frutos da região são: Umbú, caju, Ubaia e a acerola.

Em seguida elas fazem a lavagem das frutas e levam as mesmas para uma mini fabrica, onde os materiais foram conseguidos a partir de projetos sociais de Ong's locais. Podemos observar nas figuras abaixo, as maquinas utilizadas para o processo de beneficiamento:

¹⁹ É um conjunto de equipamentos e operações que possibilitam a racionalização/otimização de um sistema de trabalho, para preparar a fruta que se deseja comercializar “in natura”, ou seja, a fruta de mesa, quer seja para o mercado interno ou para exportação.



Figura 46 – As Maquinas: Parte interna da Fabrica maquina utilizada pelas mulheres no preparo das polpas de doces. Fonte: Amanda Marques, março de 2009.



Figura 47 – As Maquinas: Parte interna da Fabrica equipamento utilizada pelas mulheres no preparo dos produtos alimentícios como polpas de frutas e doces caseiros. Fonte: Amanda Marques, março de 2009.

No primeiro momento cada mulher sai para as plantações de fruteiras e faz a colheita das frutas que se enquadra em cada safra do ano.

Vale lembrar que o trabalho das mulheres vai de acordo com tempo de chuvas e das épocas de safras de cada fruta que da na região.

Nosso trabalho no grupo de mulheres depende da época de chuvas e das frutas, quando é tempo de umbu a gente trabalha todos os dias, quando não tem frutas a gente trabalha uma vez por semana nossa reunião é mais nas terças feiras, porque na segunda-feira e dia de feira em Soledade ai a gente vai levar nossos produtos para paróquia e pra bodega em Soledade. . (Maria Jose, Grupo de Mulheres)

Para algumas mulheres, quando os pés de frutas fica muita distante, o trabalho é árduo, podendo até percorrer entre um a dois quilômetros a pé, muitas vezes também no caminho encontram obstáculos, como as cercas as cancelas, no caso das cercas as mesmas tem que pular, na ida tudo se torna fácil porém na volta com certo peso o trabalho torna-se bastante cansativo. Essa realidade mostra no depoimento a seguir,

O único serviço que acho pesado é a gente sair das no casas pra gente ir juntar as frutas, como o umbu, porque os pés de umbu são longe da casa da gente, os serviços mais pesados e catar frutas deixa a gente tão cansada que a gente já pensou em colocar os homens pra trabalhar com nos dentro do grupo, a gente em muita vontade, só que os homens daqui não se interessa, porque olhe é tanto bom pra gente com também pra ele, porque se os homens se interessasse a gente dividia as tarefa, por exemplo os homens ficava pra catar frutas e as mulheres ficava pra trabalhar dentro da fabrica, eles só apanhava fruta e a gente so processava, mas eles não querem porque os homens daqui são muito machistas. (Fafá, Grupo de Mulheres)

A segunda etapa do trabalho no beneficiamento de frutas, quando os produtos chegam na fabrica, de inicio as colhidas pelas mulheres são passadas pela balança, o material é lavado em três águas: a primeira lavagem é para tirar toda a terra, em uma segunda água usa-se um cloro no intuito de retirar qualquer impureza e a terceira e ultima água é para tirar o produto no qual foi utilizado anteriormente.

“A gente vai apanhar o umbu chega na fabrica a gente lava em três águas, uma pra tira a terra, outra com água sanitária sem cheiro, e a outra pra tirar a água sanitária, porque tem que ser tudo esterilizado, antes de usar os troços, a gente esteriliza tudo com água sanitária, ai bota lá pra ficando secando no sol, não pode passa pano nenhum, depois bota o umbu na maquina coloca no saquinho e coloca no freezer (Fafá, Grupo de Mulheres)

As mulheres se queixam de alguns problemas de infra-estrutura durante as atividades realizadas por elas dentro da fabrica, um deles é não ter espaço suficiente exigido pela Vigilância Sanitária, um outro mais relevantes e a questão do manuseio com água, a falta d'água dentro da fábrica acarreta mais um trabalho para as mulheres onde as mesmas tem que ir buscar na cisterna baldes e mais baldes na cabeça, torna-se um trabalho cansativo e perde-se muito tempo. A fabrica não tem todos os equipamentos necessários para melhorar no seu funcionamento como, por exemplo, não tem freezer suficiente, a ausência de uma mesa grande, falta um balcão de alvenaria, dentre outras questões relatadas pelas mesmas:

A gente esta trabalhando pra ver se a gente consegue fazer a nossa sede que é o nosso prédio, porque a gente lá em seu Inácio Tota e dele, a casa e dele, mas a gente quer fazer nosso prédio pra gente poder plantar muda e a gente botar uma horta. (Claudiane, Grupo de Mulheres)



Figura 48 – Polpas de Frutas: As polpas de frutas fabricadas pelas mulheres pertencentes ao grupo de mulheres da comunidade Lajedo de Timbauba, MADFN – Mulheres Ativas no Desenvolvida de Frutos Nativos. Fonte: Amanda Marques, março de 2009.

A terceira e quarta etapa é o realizado com ajuda das máquinas, uma das maquinas serve para triturar e outra para fechar as embalagens, primeiro faz o tritramento das frutas, logo depois o resto que sobra como as cascas e o caroço são separado do produto final que são as polpas que logo em seguida são embaladas em sacos plásticos.

A quinta etapa e contabilizar e datar os produtos fabricados aquele dia, por questão de controle as mulheres anotam tudo em um caderninho, registra a partir do momento da produção até o momento da comercialização.



Figura 49 – Integrantes do Grupo de Mulheres: As duas filhas de Sr.Inácio Tota, ambas fazem parte do grupo de Mulheres, trabalham na produção de polpa de frutas e doces feitos do Umbu, Lajedo de Timbauba,. Soledade – PB Fonte: Amanda Marques, março de 2009.

Na questão da vendas há um entrave que dificulta uma saída melhor dos produtos que o selo de garantia, o tão almejado rótulo, há alguns anos as mulheres que fazem parte do grupo, trabalham para conseguir os rótulos nos produtos fabricados por elas, na perspectiva de crescer cada vez mais, essa realidade esta expostas nos demais relatos a seguir:

“a gente já mandou um projeto para o PA, pedindo esses rótulos, e até agora nada de chegar, já prometeram tanto pra gente, sem esses rótulos não conseguimos vender em mercadinho, pois os donos sempre a data de validade, com esses rótulos vai aumentar as nossas vendas, pois com esse rótulo o produto sai pra fora.
(Claudia, Grupo de Mulheres)

No processo de beneficiamento das frutas, os produtos sem rotulo como as polpas e doces são transportados e vendidos na bodega agroecológico, localizado no município de Soledade, bem como abastecem as escolas do município com as polpas, a partir de um projeto do governo federal denominado – Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB.



Figuras 50 e 51 – Bodega: Produtos como doce caseiro feitos de frutas beneficiadas, sendo comercializado na Bodega Agroecológica, localizada no município de Soledade –PB
 Fonte: Rute Vieira, março de 2009.

O grupo de mulheres para melhor funcionar necessita de um planejamento, falta traçar algumas metas para o andamento da fábrica, pois apesar de já atuarem a alguns anos no beneficiamento de frutas, ainda hoje se percebe grandes dificuldades, as promessas são muitas, mas que na verdade isso mostra que as organizações não governamentais e governamental que deram apoio no início não visitam mais, pois o grupo precisa debater as questões e os desafios enfrentados por elas. Todos esses fatores é de responsabilidade das instituições parceiras, que deve dar todo o apoio para que as mudanças ocorram no quadro da situação que se encontra hoje o grupo de mulheres

Vale salientar que, a inserção da mulher do campo, nas atividades geradoras de renda, favorece sua participação no mercado de trabalho, esse fator vai refletir nas diversas mudanças nas relações sociais entre os homens e as mulheres, pois a mulher ao conquistar outros espaços, posteriormente conseguirá sua autonomia que a renda pode proporcionar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo desses pressupostos, consideramos que as categorias gênero, água e território se articulam e se justificam na medida em que essas categorias dão possibilidade de entender as relações de poder que permeiam as discussões sobre a gestão dos recursos hídricos e que estão territorializadas em diferentes recortes espaciais do semi árido paraibano.

Considerando as leituras realizadas, partimos da propositura de que o conhecimento científico passa por avanços e retornos em suas teorizações. Um exemplo claro da inexistência de uma inércia da ciência são as categorias de análise. O território, por exemplo, é uma categoria que passou e passa por constantes mudanças, que para nós se coloca como um conceito imprescindível para compreensão dos debates acerca das relações entre gênero e água. Assim, o território como uma categoria operacional se coloca como importante por ser uma concepção que privilegia o político como um elemento de apropriação e dominação, ou seja, uma categoria que aglutina um elemento chave para o entendimento das relações de gênero e água, que é o poder.

A região semi-árida do Nordeste passou por diferentes formas de regionalização, entretanto essas mudanças ainda permanecem deixando uma problemática latente nessas áreas, que é a expulsão das populações para os grandes centros. Observamos que só após os anos de 1990, sobretudo, após da Eco-92 como a escrita da Agenda 21, que as políticas públicas passam a ser direcionadas para essas áreas. No caso da Paraíba, as comunidades rurais passaram a ter acesso a essas políticas a partir da introdução das tecnologias sociais, bem como da instalação de organizações não governamentais nessas áreas.

Dessa forma excluir a relação de gênero da política de desenvolvimento rural, e negar a mulher produtora deste espaço de exercício e cidadania.

Desconsiderar a equidade de social de gênero nos programas voltados para a região semi-árida com o intuito de conviver com as condições existentes na região ou melhor com a seca, é trilhar na contra mão do desenvolvimento, pois as mulheres do campo são participantes ativas das atividades produtivas e reprodutivas do semi-árido.

A partir das observações e relatos que ouvimos durante o campo, constatamos que são elas juntamente com os homens responsáveis pela produção de alimentos, cabendo a ela também a responsabilidade pelo abastecimento da água para o consumo da família.

Portanto apesar da mulher responder por todas essas obrigações, principalmente quanto ao abastecimento da água, ela fica às margens dos programas criados para atender essa demanda, ficam afastadas das discussões de planejamento, sendo prioritário este espaço a figura masculina, desse modo não participam juntamente com os homens das decisões. No entanto a organização das mulheres existente na comunidade, é uma forma não só de complementação de renda da família, mas também de autonomia das mulheres, que passam fazer parte dos movimentos políticos de articulação e do processo organizativo do grupo.

Podemos dizer também, que o grupo de mulheres constitui na esfera na comunidade como um território de poder e de autonomia, pois no seu âmbito as mulheres, saem da esfera da casa, do quintal e do roçado, para incorporar a esfera do trabalho. Mesmo que as tarefas domésticas sejam também consideradas como trabalho, elas não são computadas pelo chefe da família como tal. E, dessa forma o homem continua sendo o responsável para tomar as decisões, sendo visto como autoridade máxima da família.

A nossa pesquisa mostrou que a posição da mulher na família é, na maioria dos casos, de subordinação: O patriarcalismo está ainda muito enraizado e presente no cotidiano dessas mulheres.

Nesse sentido, é a primeira vez que percebemos um compute do trabalho remunerado da mulher na comunidade de Lajedo. Portanto os resultados obtidos mostram que apesar da participação da mulher no mercado de trabalho, elas não foram capazes de mudar as representações sobre a participação dentro das tomadas de decisões na comunidade, a figura homem é marco decisivo das questões levantadas.

Porém os sinais de mudança que detectamos são o fortalecimento da solidariedade, a valorização da vida comunitária, a quebra de timidez, a responsabilidade social, essas transformações dentre outras, podem indicar efetivamente o despertar de uma nova tendência das relações de gênero, principalmente para as mulheres que fazem parte do grupo de mulheres, é um movimento importante para alterar os padrões de comportamento tradicionais.

Lajedo de Timbaúba é uma comunidade onde se registra a introdução dos primeiros projetos de convivência com o semi-árido. Essas experiências de sustentabilidade, nos fez perceber uma mudança nas práticas cotidianas das famílias, sobretudo no que diz respeito à permanência na terra e nas relações de divisão do trabalho por gênero, uso e gestão da água na comunidade.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AB' SÁBER, A. N. Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida. In: **Revista de Estudos Avançados da USP**. São Paulo: v. 13, nº 36, p. 07-59. 1999.

_____. **Os domínios de natureza no Brasil**: potencialidades paisagísticas. São Paulo: UNESP, 1980.

_____. **O domínio morfoclimático semi-árido das caatingas brasileiras**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

Agência Nacional de Águas. **História dos Usos da água no Brasil. Do Descobrimento ao Século XX**. Disponível em <http://historiadaagua.ana.gov.br/2007>.

ANDRADE, M. C. de. **A problemática da seca**. Recife: Líber Gráfica e Editora, 1999.

ALEGRIA, M. A. O gênero na gestão da água. Eco 21, Ano XIV, ed. 97, Dezembro 2004. Disponível em: <<http://www.eco21.com.br>>. Acessado em: 28/09/2007.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Geografia: Ciência da Sociedade**. Ed. Universitária UFPE, Recife, 2006.

ARAUJO, A. J. da S. Reestruturação produtiva e divisão sexual do trabalho: mudanças e permanências. In: **Revista Conceitos**. Associação dos Docentes da Universidade Federal da Paraíba, v. 5, n. 8, João Pessoa, Paraíba, 2002.

ASA BRASIL. Disponível em: <<http://www.asabrasil.com.br>> Acesso em: junho de 2010.

BLAY, E. A. Mulheres e movimentos sociais urbanos no Brasil: anistia, custo de vida e creches. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**, v. 26, Rio de Janeiro, 1980.

BOFF, L. O semi-árido: o mais chuvoso do planeta. In: Disponível em: <<http://www.asabrasil.org.br>>. Acessado em: 24/03/2008.

BOUGUERRA, M. L. A guerra pela água. In: Lê Diplo, Rio de Janeiro, 3 ed. Ed. Anita Garibaldi, 2003, 50 p.

Brasil, Atlas Das Áreas Susceptíveis À Desertificação. Mma, Ufpb – Brasília: MMA, 2007.

BRASIL. Lei Federal 9.433 de 08 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente/Secretaria de Recursos Hídricos. *Atlas das áreas suscetíveis à desertificação do Brasil*. Brasília: MMA 2007.

BROW, L. **Um deserto cheio de gente**. In: Lê Diplo, Rio de Janeiro, 3 ed. Ed. Anita Garibaldi, 2003, 50 p.

CARVALHO, M. G. R. F. **Estado da Paraíba**: classificação geomorfológica. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1982.

CORRÊA, R. L. Espaço, um Conceito-Chave da Geografia. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia, conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand, 6. ed. 2003.

COSTA; MIRANDA, C. C. Desenvolvimento sustentável e perspectiva de gênero. Brasília, IICA, 2005. Disponível em: <<http://books.google.com.br/>>. Acessado em: 01/11/2007.

COSTA, Jussara Carneiro. Dinâmicas de exclusão e (re) inclusão social no semi-árido paraibano: uma análise do Programa Federal de Combate aos efeitos da Seca (1998-99) no município de Soledade, Dissertação de mestrado, UFPB/ CCHLA, João Pessoa, 2001.

DANTAS, C. Organização de mulheres e convivência com o semi-árido: a experiência das cisterneiras no Rio Grande do Norte. In: *Agriculturas Experiências em Agroecologia*. Rio de Janeiro, Leisa, Brasil, julho 2007, v. 04, n. 02, p. 28.

DIEGUES, A. C. (Org). **A imagem das águas**. São Paulo: HUCITEC /USP, 2000.

DICIONÁRIO DE FILOSOFIA 2 ed. Porto Alegre: Editora Globo, 1973.

DICIONÁRIO GEOGRÁFICO BRASILEIRO. 2 ed. Porto Alegre: Editora Globo, 1973^a.

DUQUE, Ghislaine (org.). (2002), *Agricultura familiar, meio ambiente edesenvolvimento: Ensaio e pesquisas em Sociologia Rural*. João Pessoa, Editora Universitária/UFPB.

DUQUE, Ghislaine, OLIVEIRA, Maria do S. de Lima. (2003), "A experiência da ASA/PB com os Fundos Rotativos Solidário", in SIMPÓSIO BRASILEIRO DE CAPTAÇÃO E MANEJO DE ÁGUA DE CHUVA, 4º, Juazeiro. 4º Simpósio Brasileiro De Captação E Manejo De Água De Chuva. Juazeiro, ABCMAC, 1 CD Room.

DUQUE, Ghislaine, DINIZ, Paulo Cesar. (2002), "Estimulando o debate sobre Convivência com o Semi-Árido: Os Bancos de Sementes comunitários no agreste da Paraíba", in G. Duque (org.), *Agricultura familiar, meio ambiente e desenvolvimento*. João Pessoa, Editora Universitária/ UFPB.

DUQUE, Ghislaine& Oliveira, M.S; Diniz, Paulo. A Experiência do Semiárido (ASA) Brasil: na luta contra a pobreza e para o desenvolvimento. In: Anais do Primeiro Congresso Internacional sobre Pobreza, Migración e Desarrollo. México-2009.

ESMERALDA, Gema Galgani Silveira Leite. **O feminino na sombra: relações de poder na CUT**. Fortaleza: EUFC, 1998.

FRANCO, M. "A luta pela terra sob enfoque de gênero: os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema". (Doutorado) Geografia, UNESP: São Paulo, 2004.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala*. Rio de Janeiro, Editora Record, 2001

FREYRE, Gilberto. **Ordem e progresso**. 6. ed. São Paulo: Global, 2004.

FURTADO, Celso. **A luta pelo Nordeste e a estratégia da SUDENE**. In: A Defesa Nacional, ano XLIX, n574-575. Rio de Janeiro. Maio/Junho de 1962.

FURTADO, Celso. A operação Nordeste. Rio de Janeiro: ISEB, 1959.

_____. Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste. 2. ed. Recife: Sudene, 1967.

FURTADO, Celso. *Seca e Poder*, São Paulo, Câmara Brasileira de Livros Fundação Perseu Abramo, 1998.

GOHN, M. da G. **Teorias dos Movimentos Sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 2007. 6 edição.

GONÇALVES, C. W. P. **Os (des) caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 14 ed., 2006.

GONÇALVES, Renata. *Vamos Acampar? A luta pela terra e a busca pelo assentamento de novas relações de gênero no MST do Pontal do Paranapanema*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Brasil. , 2005

GUIMARÃES, Fábio de Macedo Soares. (1939). Divisão Regional do Brasil. In.: Revista Brasileira de Geografia / Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística - ano 1. n. 1 (1939, jan./mar.). Rio de Janeiro: IGBE.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand, Brasil, 2004.

HAESBAERT, R. **Territórios Alternativos**. São Paulo: Ed. Contexto, 2002.

HEREDIA, Beatriz Maria Alasia, *A morada da vida: Trabalho familiar de pequenos produtores no Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

IDEIÃO, Sandra Maria Araújo; Richarde Marques da Silva; Celso A. G. Santos. Análise de frequência da chuva no semi-árido paraibano acoplado a um sistema de informações Geográficas. SEMILUSO - SEMINÁRIO LUSO-BRASILEIRO-CABOVERDIANO/III ENCONTRO PARAIBANO DE GEOGRAFIA. III Semageo, 29 de junho a 02 de julho em João Pessoa-PB, 2006.

JOFFILY, Irineo. **Notas sobre a Paraíba**. Brasília: Thesaurus, 1977.

JUCA, Gisafran Nazarenno Mota. **O processo de ocupação do espaço**. In: COELHO, Modesto Siebra (coord.). Projeto delimitação e regionalização do Semi Árido Paraibano: o quadro econômico social. Volume II. João Pessoa: UFPB, Setembro de 1984.

LACERDA, Alecksandra Vieira de. **A Semi-Aridez e Gestão em Bacias Hidrográficas visões e trilhas de um divisor de idéias**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB. 2003.

LACERDA, A. V. & BARBOSA, F.M. **Matas ciliares no domínio das caatingas**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2006.

LOPES, Carlos Soares. **Tecnologias sociais: experiências de uso e manejo de água em território paraibano** / Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCEN.- João Pessoa, 2008

MALVEZZI, R. A questão da água na América Latina. 2005. Disponível em: <www.jubileubrasil.org.br/artigos> Acesso em: 17/02/2008.

MARIANO NETO, B. **Ecologia e imaginário: memória cultural, natureza e submundialização**. 1. ed. João Pessoa-PB: Editora Universitária/UFPB, 2001.

_____. **Abordagem Territorial e Enfoques Agroecológicos no Agreste /Brejo Paraibano: Desenhos, Arranjos e Relações**. 2006. 208 f. Tese (Doutorado em Sociologia Rural) – Universidade Federal de Campina Grande/ Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande.

MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1986.

MORAES, A. C. R. **Território e história no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2002.

MOREIRA, E. R. F. **Os estudos regionais realizados para a Paraíba**. Apostila de Estudos. João Pessoa: Departamento de Geociências, UFPB, 2000. (mimeo)

_____; Targino, I. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1997

NETO, J. V. M. Gênero, sexualidade e educação de jovens e adultos. In: **Revista Conceitos**. Associação dos Docentes da Universidade Federal da Paraíba, v.5, n. 8, João Pessoa, Paraíba, 2002.

OLIVEIRA, A. P. **Fazendo gênero no mercado de trabalho feminino de Fortaleza.** In: Anais. VII Encontro Nacional da ANPEGE, Niterói, RJ, 2007.

OLIVEIRA, Dalva Felipe. **Mulher, trabalho e vida no campo: Um estudo junto as mulheres da comunidade rural do Ligeiro** – Carri Paraibano, Dissertação de mestrado em sociologia, UFPB, João Pessoa, 1996

PETRELLA, R. **O manifesto da água.** Petrópolis: Vozes, 2002.

PINTO, I. F. **Datas e Notas para a História da Paraíba.** Vol 1. Documentos Paraibanos 3. João Pessoa: Ed. Universitária/ UFPB, 1977.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO: Dados sócio econômicos dos municípios. Disponível em <<http://www.pnud.or.br>>. Acesso em: junho de 2010

Projeto áridas: guia de planejamento para o desenvolvimento sustentável/ Ministério do Meio Ambiente; Sean E Mackaughan (organizador). – Brasília MMA, 2008.

POLLETO, Ivo. **Da Indústria da Seca para a Convivência com o Semiárido Brasileiro.** In: Água de Chuva: o segredo da convivência com o Semi-árido Brasileiro/Cáritas Brasileira. Comissão Pastoral da Terra, Fian/Brasil-São Paulo. Editora: Paulinas, 2001.

RABAY, Gloria, **Gênero, Raça e Etnia**, João Pessoa, Editora Universitária, 2000

_____, Movimentos de Mulheres na Paraíba: Conquistas e Desafios. In SALES, Cecília de Maria Veras Sales & ESMERALDA, Gema Gakgani Silveira Leite. **Feminismo Memória e História.** Fortaleza: Imprensa Universitária, 2000

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** (Série Temas). São Paulo: Ática, 1993.

RATZEL, F. **Ratzel – Geografia.** S. I.: Ed.Ática, 1990. N. 59. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

RAFFESTIN, Claud. **Por uma Geografia do Poder**, São Paulo: Ática, 1993.266p.

REBOUÇAS, A. da C. **Uso inteligente da água.** São Paulo: Escrituras, 2004.

REBOUÇAS, A. da C; TUNDISI, J. G; BRAGA, B. **Águas doces no Brasil.** Capital ecológico, uso e conservação. São Paulo: Escrituras, 1999.

RIBEIRO, Rafael Winter, **Seca e Determinismo: a Gênese do discurso do semi-árido Nordeste**, Anuário Estático de instituto de geociências – UFRJ, volume 22, 1999

RODRIGUES, M. de F. F. **Tem Truká na Aldeia: Narrativa de um Trabalho de Campo na Ilha de Assunção, Cabrobó-Pe**. Revista OKARA: Geografia em Debate. V.1, n.1, 2007 p.101 – 117.

SANTOS; IZUMINO, Cecília MacDoweel, PASINATO, Wânia. Violência contra as mulheres e violência de gênero: Notas sobre estudos feministas nos Brasil. Revista Interdisciplinar da America Latina, Universidade do Caribe, 2005.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. 3 ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1986.

_____. **Técnica Espaço Tempo**: Globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

_____. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: editora da USP, 2002.

_____. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. São Paulo: Editora da USP, 2004.

_____. **O espaço do cidadão**. São Paulo: EDUSP, 2007.

SCHREINER, Bárbara. Água, Gênero e Pobreza. CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE ÁGUA DOCE. 2001. Disponível em: <www.portaldomeioambiente.org.br>. Acessado em: 07/10/2007.

SEGATO, Rita Laura. Os percursos do gênero na antropologia e para além dela. **Revista Série Antropologia**, Brasília, 1998.

SERPA, Â. O trabalho de Campo em Geografia: Uma Abordagem Teórico-Metodológica. In: Boletim Paulista de Geografia. São Paulo, Jul. 2006. nº 84.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Educação e Realidade, jul-dez. 1995, v. 20, n. 2 .

LACERDA, A. V. & BARBOSA, F.M. **Matas ciliares no domínio das caatingas**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2006.

SIDERSKY, Pablo. Gestão de Recursos Hídricos e Sistemas Produtivos. Um estudo sobre inovações técnicas e sócias em assentamentos do Alto Sertão da Paraíba. Disponível: <http://www.inagrodf.com.br/revista/index.php/SDR/article/view/59-Revista Sociedade e Desenvolvimento Rural,vol.2,num.1> (2008)

SILVA, S. V. da. Os estudos de gênero no Brasil: Algumas considerações. Universidade Federal do Rio Grande. Biblio 3W Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales, Universidade de Barcelona, n. 262, 15 de novembro de 2000. Disponível em: <www.reggal.com.br>. Acessado em: 07/09/2007.

SILVA, Roberto Marinho Alves. **Entre o Combate à seca e a Convivência com o semi-árido: Transições paradigmas e sustentabilidade do desenvolvimento.** Tese de Doutorado – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, 2006

SOJA, E. W. **Geografia pós-moderna: as reafirmações do espaço na teoria crítica social.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOUZA, M. L. de. O território sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.). Geografia, conceitos e temas. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2003.

SOUZA, Bartolomeu Israel. **Contribuição ao estado da desertificação na Bacia do Taperoá – PB.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA), CCEN- UFBP. João Pessoa, 1999.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e Filosofia:** contribuição para o ensino do 11 pensamento geográfico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

SUASSUNA, João, **SEMI-ÁRIDO: proposta de convivência com a seca.** FUNDAJ/DESAT, fev. 2002, 14p. Disponível em <http://www.fundaj.gov.br>, acesso em maio de 2009.

_____. **O semi-árido de goela seca.** FUNDAJ/DESAT, agosto, 1999. Disponível em <http://www.fundaj.gov.br> acesso em maio de 2009.

_____. **Água no Semi-árido nordestino: contradição nas ações de uso.** FUNDAJ/DESAT, outubro, 1998. Disponível em <http://www.fundaj.gov.br> acesso em maio de 2009.

_____. **Água potável no semi-árido: escassez anunciada.** FUNDAJ/DESAT. Disponível em <http://www.fundaj.gov.br> acesso em maio de 2009.

_____. **Vontade política é a verdadeira seca do Nordeste.** FUNDAJ/DESAT, maio de 1998. Disponível em <http://www.fundaj.gov.br> acesso em maio de 2009.

_____. **Opções e limitações tecnológicas para a região semi-árida do nordeste.** FUNDAJ/DESAT, 1989. Disponível em <http://www.fundaj.gov.br> acesso em maio de 2009.

TORRES, A. T. G. "Hidroterritórios (novos territórios da água): os instrumentos de gestão dos recursos hídricos e seus impactos nos arranjos territoriais." Dissertação (Mestrado). Geografia, Universidade Federal da Paraíba, 2007.

TEDESCHINE, Losandro Antonio . História das mulheres e as representações do feminino. Campinas- SP, Editora Curt Nimuendajú, 2008.

TUCCI, C; E. M.; HESPANHOL, I; NETTO, O. M. C. **Gestão da água no Brasil**. UNESCO. Brasília, 2001.

VIANNA, P. C. G. A água vai acabar? In: ALBUQUERQUE, Edu. Silvestre. (Org). **Que País é esse?** São Paulo: Globo, 2005. p. 341-368.

_____. Uma contribuição da geografia para gestão dos recursos hídricos no Brasil. VIII ENCONTRO REGIONAL DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS. Natal-RN, 2001.

_____. O sistema aquífero guarani (SAG) no Mercosul. 2002. Tese (Doutorado). Geografia. Universidade de São Paulo, 113 p.

ZWARTEVEEN, M. Incorporação efetiva da perspectiva de gênero na gestão de águas para vidas sustentáveis: de diretrizes à prática. Série de Publicações de Both ENDS (Universidade de Wageningen), 2006. Disponível em: <<http://www.bothends.org/>>. Acessado em: 26/10/2007.

Sites pesquisados

Articulação no Semi-Árido Brasileiro (ASA): <[http:// www.asabrasil.org.br](http://www.asabrasil.org.br)>

Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba S/A (**EMEPA**): <<http://www.emepa.org.br>>

Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG): <<http://www.abong.org.br>>

Federação de Municípios Paraibanos (**FAMUP**): <[http:// www.famup.com.br](http://www.famup.com.br)>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (**IBGE**): <[http:// www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>

Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual da Paraíba (**IDEME**): <<http://www.ideme.pb.gov.br>>

Instituto de Colonização e Reforma Agrária (**INCRA**): <[http:// www.incra.gov.br](http://www.incra.gov.br)>

Ministério do Desenvolvimento Agrário (**MDA**): <[http:// www.mda.gov.br](http://www.mda.gov.br)>

Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (**MDS**): <<http://www.mds.gov.br>>.

Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (**NEAD**): <<http://www.nead.org.br>>

Portal **Scielo**: <[http:// www.scielo.org](http://www.scielo.org)>

Revistas Eletrônicas da **CAPES**: <[http:// www.periodicos.capes.org.br](http://www.periodicos.capes.org.br)>